

Entrevista

Qual perfil o mercado espera dos profissionais da contabilidade?

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Entrevista
Qual perfil o mercado espera dos profissionais da contabilidade?

Lorena Molter

5



Artigo
Contribuições da perícia contábil para o Poder Judiciário:
uma revisão de artigos acadêmicos

Claudinéia dos Santos Paula, Bernardo Gomes Barbosa Nogueira,
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza e Renata Bernardes Faria Campos

9



Artigo
Planejamento tributário, remuneração executiva e governança corporativa:
um estudo a partir de companhias que compõem o IBRX100

Juliano Augusto Orsi de Araujo e Maísa de Souza Ribeiro

21



Artigo
A participação feminina no mercado de trabalho contábil: uma análise
sobre a atuação das contabilistas nos escritórios do Recôncavo Baiano

Camila de Oliveira Cardoso e Caroline de Souza dos Santos

35



Artigo
Prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais:
um estudo sobre a percepção dos profissionais da contabilidade
de um município do Estado da Bahia

Ana Carolina Costa Pires, Ericarlos de Souza Fonseca e Vinícius Motta Oliveira

47



Artigo
Análise do impacto da pandemia da Covid-19 na estrutura de
capital de bancos múltiplos listados na B3 e instituições
de pagamento reguladas pelo Bacen

Ícaro Luiz de Sousa Silva, André Magalhães Bravo,
Elizabeth Borelli e José Odálio Santos

61



Artigo Convidado
Influência da Educação Financeira
no Planejamento da Aposentadoria

Thamirys de Sousa Correia, Ingrid Laís de Sena Costa e Wenner Glaucio Lopes Lucena

77

PALAVRA DO PRESIDENTE

Ao iniciarmos a nossa gestão, em janeiro de 2022, tínhamos como um de nossos objetivos a promoção da mudança de mentalidade para a nossa classe. Nossa proposta era, justamente, apresentar aos contadores novas perspectivas. A partir de nossa experiência, verificamos que o mercado de trabalho necessitava de novas posturas e de outras formas de visão e de preparação.

Nesse contexto, o conhecimento especializado é uma parte das qualidades que compõem o profissional, que precisa, na realidade, ter conhecimentos multidisciplinares. Esse público deve dominar assuntos que envolvem os aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), as novas tecnologias, a inteligência de mercado, o relacionamento com os *stakeholders*, entre outros temas tão discutidos na atualidade.

Ao mesmo tempo, afirmamos que esses homens e mulheres precisam incorporar outros valores, como a visão horizontal, o respeito pela diversidade e a preocupação com o futuro do planeta. Somado a isso, é necessário o desenvolvimento do autoconhecimento e da inteligência emocional. A pandemia da covid-19, de fato, mudou algumas de nossas lógicas de trabalho. Entretanto, se observarmos profundamente esse capítulo de nossa história, concluiremos que esse triste cenário, na realidade, acelerou mudanças que já vinham em curso.

Dessa forma, não podemos nos programar para uma adaptação futura porque o futuro já é hoje. Nossas posturas precisam ser outras, de modo que consigamos impactar positivamente, ainda no momento presente, nossa sociedade.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) iniciou, no final de 2021, a profunda tarefa voltada para construção da proposta de alteração da Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004. Esse documento institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e guia as Instituições de Ensino Superior (IES) brasi-

Arquivo CFC/Samuel Figueira



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

leiras. Por meio desse projeto, buscamos, justamente, propor que essas temáticas já sejam trabalhadas durante a graduação.

Os profissionais da contabilidade já formados necessitam buscar essa mudança de mentalidade e as suas transformações, sob pena de ficarem fora do mercado. Além dos elementos já mencionados, os contadores precisam entender que, atualmente, somos consultores de negócios e, nesse sentido, as atividades mais funcionais são relevantes, mas temos que ocupar os nossos lugares estratégicos nas organizações e nas empresas.

Para tratar sobre esse tema fundamental, esta edição da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) contará com as reflexões e análises do ilustre professor doutor Eliseu Martins. Por meio de uma rica entrevista, os senhores, leitores, poderão entender, de forma mais substancial, o novo perfil que o profissional da contabilidade deve ter. Tenho a certeza de que esse olhar acadêmico será um norte seguro para os senhores, que, em seguida, poderão adquirir mais conhecimento ao lerem os valiosos artigos deste exemplar.

Tenham uma excelente leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 256, julho/agosto de 2022 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

- > **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br
- > **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-presidentes
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vitória Maria da Silva
- > **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aguinaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sitônio Fialho de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador José Domingos Filho
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Sérgio Faraco
Contadora Ticiane Lima dos Santos
Contador Wellington do Carmo Cruz
- > **Conselheiros Suplentes**
Contador Aloísio Rodrigues da Silva
Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Contadora Ângela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador Arleon Carlos Stelini
Técnico em Contabilidade Gil Farney Assis Rodrigues
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo de Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Leonardo Silveira do Nascimento
Contadora Líliliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Nilton Luiz Lima Praseres
Contador Norton Thomazi
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contador Valmir Leôncio da Silva
Contador Weberth Fernandes
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Werner Glauco Lopes Lucena
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Fernando de Almeida Santos
- > **Jornalista Responsável**
Rafaela Feliciano – 7830/DF
- > **Redação**
Lorena Molter
- > **Projeto Gráfico**
Igor Outeira, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**
Dianne Freitas e Sabrina Mourão
- > **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Ilustrações**
Allan Patrick
- > **Foto da Capa**
Juliano Franco de Barros/ABC
- > **Colaboradora**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



ENTREVISTA

Qual perfil o mercado espera dos profissionais da contabilidade?

Por Lorena Molter

Profissionais com conhecimentos que vão além da formação técnica estão sendo valorizados no mercado de trabalho. É necessário o domínio de assuntos que envolvem outras áreas e ainda a incorporação e a aplicação de temas relevantes no nível global, como os valores ambientais, sociais e de governança (ASG) nas estratégias e no dia a dia de trabalho. Somado a isso, fatores psicológicos comportamentais são avaliados nas empresas pelas áreas de recursos humanos e pelas lideranças.

O mercado de trabalho pede profissionais com novas competências e habilidades. O conhecimento estritamente técnico e especializado tão valorizado em décadas anteriores já não é o suficiente nos dias de hoje. Nesse novo cenário, ir além das atividades previstas e da sua mesa de trabalho e dominar assuntos referentes a outras áreas são atitudes essenciais para aqueles que pretendem destacar-se, na realidade, em qualquer profissão.

Aliado a esses fatores, a absorção e a implementação de temáticas, como os valores ambientais, sociais e de governança (ASG), as transformações digitais e tantos outros temas de nossa atualidade,

que vão além do meramente técnico, precisam ser inseridos em estratégias e no dia a dia de trabalho. Nesse século, as preocupações com o bem-estar social, com a sustentabilidade e com a integridade ganharam protagonismo por todo o planeta. Em função disso, também se ampliou a demanda – e por que não dizer a exigência? – por profissionais que tivessem essas pautas incorporadas em seus trabalhos e posturas. Somado a esses fatores, os aspectos psicológicos comportamentais ganharam um peso maior nas análises realizadas pelos setores de recursos humanos e pelas lideranças. Contudo, em uma reflexão mais profunda, é possível concluir que a sociedade, de uma forma ge-

ral, tem cobrado novas posturas de governos e de empresas.

Com a Contabilidade não é diferente. Os profissionais dessa área precisam entender, adequar-se e colocar em prática essas posturas e saberes. Considerando-se a relevância da profissão para a abertura, desenvolvimento e crescimento das empresas e para o desenvolvimento sustentável dos países, fica ainda mais evidente o impacto positivo que pode ser gerado a partir dessas mudanças comportamentais e culturais. Ao mesmo tempo, é evidente que aqueles que não buscarem a transformação estarão sujeitos a perder competitividade e, em consequência, ficarem fora do mercado de trabalho.

O professor doutor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) – *campi* São Paulo (SP) e Ribeirão Preto (SP), Eliseu Martins, explica quais foram as principais mudanças na Contabilidade nas últimas décadas e esclarece quais são as características importantes para os profissionais da contabilidade manterem-se competitivos no mercado atualmente. Acompanhe a entrevista a seguir.

RBC – Quais são as mudanças mais profundas que ocorreram na Contabilidade na última década?
Eliseu Martins – A última década da Contabilidade brasileira apresentou a maior revolução histórica da nossa área (a primeira foi a Lei nº 6404/1976, na implantação da Lei das SAs.). Com isso, principalmente, para as médias e gran-

des empresas, e principalmente para as abertas, uma Contabilidade, nesta última década, bem mais evoluída, rica, exigente e com maior capacidade informativa obrigou à formatação de profissionais com perfil bem diferente do que era exigido até então.

RBC – Que tipo de profissional da área contábil o mercado tem buscado?

E.M. – Precisamos hoje de um profissional da contabilidade que não mais fique sentado e isolado em sua cadeira; há que se procurarem informações no departamento financeiro para entender melhor os tipos de instrumentos financeiros que a empresa possui, qual a intenção de utilização das carteiras de clientes, quais os riscos e contingências, qual a vida útil de equipamentos de todas as naturezas, de edificações, de patentes e de todos os demais tipos de imobilizados e intangíveis. Há que se conhecer o mercado financeiro para ajudar a definir taxas de desconto aplicáveis à sua entidade; dialogar com o jurídico para melhor entender os contratos de todas as naturezas que a empresa possui, principalmente os que envolvem direitos societário e tributário; conhecer a terminologia da tecnologia da informação e os potenciais benefícios da utilização de todos os recursos dessa área, desde os tradicionais até os instrumentos que usam inteligência artificial e outros; e é necessário

dominar todos os conceitos básicos da micro e da macroeconomia. Voltando à sua cadeira: nela, precisa aprender a atender a todos da entidade que cada vez mais vêm a ele. Na verdade, esses são os pontos principais, mas, não, os únicos, ou seja, um profissional que domine a Contabilidade, mas que tenha razoável domínio de Direito, de Economia, de Finanças, de Gestão, de Tecnologia da Informação, no mínimo.

RBC – Para o senhor, além dessas características essenciais para os contadores, qual pode ser um diferencial competitivo para o profissional da contabilidade hoje?

E.M. – Cada vez mais, o grande fator diferencial competitivo está no uso da inteligência emocional. Todo o conhecimento técnico e todas as características atrás definidas são absolutamente necessárias, mas não são suficientes. Hoje, a grande diferença para a ascensão e manutenção de posto na hierarquia (da empresa, da família, da igreja, do clube, do partido, etc.) está na capacidade de autocontrole emocional, na capacidade de entender o comportamento de seus pares, superiores e subordinados e na capacidade de gerir pessoas que têm diferentes perfis psicológicos comportamentais – não que isso seja uma novidade, mas, cada vez mais, as entidades vão tomando consciência de que não adianta ter o profissional mais tecnicamente preparado do mercado, se ele não consegue dialogar com facilidade e transparência, não sabe conviver com pessoas individualmente e em grupo, não consegue ter capacidade de reduzir conflitos e aí por diante. O lado comportamental humano é hoje o diferencial mais forte em qualquer profissão.



Foto: acervo CFC



Professor Eliseu Martins foi agraciado com Medalha Mérito Contábil João Lyra

RBC – O que deve ser deixado para trás no perfil dos contadores das décadas passadas?

E.M. – Aquela história de que eu sei o que precisa ser feito e não preciso conversar com ninguém; os não contadores não são capazes de entender o que faço, logo, não adianta perder tempo com eles; se não entendem as demonstrações contábeis que lhes mando, o problema é deles; chiiii... a situação vai mal, mas não vou ser eu quem vai alertar a empresa ou o cliente disso... Todas essas atitudes precisam ser simplesmente enterradas e sem velório, inclusive.

RBC – Como o domínio de pautas como ESG, inteligência de mercado e transformação digital tem contribuído para valorizar os profissionais da contabilidade atualmente?

E.M. – Esses assuntos todos hoje interferem, e fortemente, no papel dos profissionais da contabi-

lidade; não há empresa e não há cliente, a partir de um certo porte, que não precisem cuidar, e com muita atenção, dessas matérias, e esse profissional precisa ser capaz de entender, dialogar e, às vezes, implementar novas funções além daquelas que já vinha exercendo. Essas matérias afetam a empresa como um todo, e a Contabilidade não fica de fora.

RBC – Como os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* podem favorecer os contadores?

E.M. – A educação continuada é simplesmente outra questão de sobrevivência, e o mundo da Contabilidade tem um índice de renovação e inovação que tem se ampliado ao longo do tempo. Um aluno que aprendeu uma matéria no segundo ano pode, ao se formar, ter que revisar a matéria porque ela poderá já ter sofrido

alterações. Com isso, a demanda por atualização é um prato a se digerir todo o santo dia. E esses cursos são parte relevante desse processo de atualização. A escolha vai, é claro, depender de uma autoanálise do profissional para verificar quais seus pontos fracos e quais os que, mesmo estando a dominar, precisam ser reforçados. Haverá também sempre aqueles com maior capacidade autodidática que preferirão ler livros e artigos para se manterem atualizados, mas, as pressões de tempo tendem a tornar difícil esse caminho. E há a facilitação enorme hoje dos cursos a distância, que facilitam o acesso à essa educação continuada. O fundamental é, depois da autoanálise, indagar e pesquisar sobre a qualidade das alternativas oferecidas no mercado e lembrar: não há possibilidade hoje de não fazer essas atualizações.



Contribuições da perícia contábil para o Poder Judiciário: uma revisão de artigos acadêmicos

Este artigo propõe-se a descrever os resultados de pesquisas realizadas sobre perícia contábil e suas contribuições para o Poder Judiciário. O procedimento metodológico se deu mediante revisão sistemática da literatura, realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A busca foi por assunto, utilizando o termo: “perícia contábil” e selecionando o idioma português. Como resultados, foram identificados 21 artigos, sendo que, destes, 13 versam sobre perícia contábil. Esses artigos indicam a necessidade de ampliar o debate e estudos que fomentem o olhar na temática aqui apresentada. Evidencia-se a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas, visando ampliar os conhecimentos, posicionamentos, críticas e análises da contribuição da perícia contábil como meio de prova para o Judiciário.

Claudinéia dos Santos Paula

Autora. Docente, Perita Contábil. Mestranda em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - Univale. claudineia. E-mail: paula@univale.br

Bernardo Gomes Barbosa Nogueira

Coautor. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: bernardo.nogueira@univale.br

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Coautora. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: celeste.br@gmail.com

Renata Bernardes Faria Campos

Coautora. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. Doutora em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rbfcampos@gmail.com

1. Introdução

De acordo com o Novo Código de Processo Civil/2015, a perícia é um meio de prova que tem por objetivo orientar o julgamento de um fato, mostrando a sua veracidade de forma imparcial. Trata-se de um campo específico da Contabilidade, realizada por um profissional apto ao exercício da função. Como meio de prova, tem por finalidade esclarecer questões judiciais controversas entre as partes, estando à disposição tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas e pode ser requerida pelo juiz, quando a prova depender de conhecimento técnico-científico.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP 01 (R1), responsável por estabelecer instruções quanto à atuação do contador no exercício da função de perito, define o conceito de perito e expõe que:

Perito é o contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico[...] (CFC,2020, p.2).

A perícia contábil tem por objetivo demonstrar fatos econômicos, financeiros, tributários, trabalhistas e outros de natureza contábil, a fim de convencer o magistrado da veracidade do que afirmam as partes. Excluídas as questões da fé, o conhecimento da verdade depende do método de investigação aplicado em cada caso, que conduzirá o perito a conclusões mais precisas e verdadeiras. Quanto mais clara for a prova, mais fácil será para o indivíduo convencer-se da certeza que ela transmite. No momento em que a prova convence o indivíduo da verdade que ela transmite, surge a

convicção do que é verdadeiro e, por comparação, a convicção do contrário, do que é falso (ZANNA, 2013).

Dessa forma, a perícia contábil se traduz em parecer lançado sobre a investigação de fatos relacionados ao patrimônio individualizado, sendo realizados exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em resumo, todo e qualquer procedimento necessário para alcançar esse objetivo (SÁ, 2011).

Levando-se em conta o exposto, este estudo tem como objetivo abordar as contribuições da perícia contábil na solução dos litígios do Judiciário, mediante uma abordagem qualitativa, pautada na revisão sistemática da literatura de artigos acadêmicos do portal de periódicos Capes (<https://www.periodicos.capes.gov.br>), utilizando como referência a temática perícia contábil.

Nesse sentido, na seção 2 apresentam-se os conceitos ancorados em estudiosos da área contábil que tratam do tema perícia contábil. Na seção 3 é detalhada a metodologia utilizada no estudo. Na seção 4 faz-se a apresentação dos resultados do que tem sido produzido sobre perícia contábil, relacionando a sua contribuição para o Poder Judiciário.

2. Fundamentação Teórica

O princípio básico da perícia está presente desde os primórdios da sociedade, pois o homem primitivo examinava a situação, coisa ou fato para, então, ele mesmo julgá-la. Outros registros revelam a presença do perito na sociedade, como na Índia com o surgimento do árbitro; no Egito e na Grécia antiga, onde para determinadas matérias jurídicas se dispunha de especialistas para análise e exame dos fa-



tos. Já no Direito romano, de forma mais objetiva e ainda associada ao sentido de árbitro, a figura do perito era determinada pela ligação entre a decisão da lide e os conhecimentos técnicos do juiz. A partir do século XVII, ganha força no mundo a estrutura atual que é a perícia como sistema auxiliar na promoção da justiça (ALBERTO, 2010).

A expressão perícia advém do latim *Peritia*, que em seu sentido próprio significa conhecimento adquirido pela experiência, bem como experiência propriamente dita. Segundo Magalhães (2009, p. 6), perícia é:

O conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar a instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

Alberto (2010) sustenta que a perícia é o aprendizado e a prática das coisas; é uma habilidade que vai se construindo no decorrer da vida. O profissional da perícia é aquele que tem conhecimento sobre os fatos e sobre as coisas e desenvolve a capacidade de perceber a veracidade sobre a matéria examinada.

“A perícia contábil poderá ser realizada somente por um profissional formado em Ciências Contábeis, regularmente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.”

Para Costa (2017, p.1), “perícia é a aplicação do conhecimento humano com a finalidade de desvendar algo que não está evidente, demonstrar o que não está claro para quem está analisando, julgando aquilo que está em discussão entre duas ou mais partes”. Pode se desenvolver nas organizações em geral, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial, e pode ser aplicada às pessoas naturais, visando resolver litígios de qualquer espécie (COSTA, 2017).

De acordo com o novo Código de Processo Civil, a perícia é um meio de prova e poderá ser solicitada nas demandas judiciais por ser um direito constitucional (BRASIL, 2015). Dessa forma, para trazer aos julgamentos decisões fundamentadas em verdades cientificamente evidenciadas, a perícia contábil se faz um instrumento propício empregando a Ciência Contábil de forma singular, permitindo que os pilares do Direito sejam seguros e legítimos (MULLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017).

Por uma ótica mais ampla, a perícia pode ser entendida como trabalho de natureza específica, cujo rigor na execução é profundo. Pode ser apresentada em várias esferas científicas conforme a área de conhecimento, seja médica, contábil, trabalhista, entre outras, por se tratar de um trabalho realizado com

especialização, com a finalidade de orientar o magistrado ou as partes da lide, mediante provas e opinião (MAGALHÃES, 2017).

Na solução de questões controversas relacionadas à área contábil, a perícia contábil, segundo Alves et al. (2017, p.13), “é o conjunto de procedimentos técnico-científicos que se destinam a oferecer as provas necessárias, que vão subsidiar os argumentos que os defensores de uma causa em litígio apresentarão a um juiz”. É fundamental nas decisões da Justiça e oferece como recurso o valor informativo da contabilidade pela sua capacidade para elucidar dúvidas levantadas na interpretação de provas, objetivando apoiar decisões. Tem por objetivo expor a veracidade de situações determinadas nas petições, sejam elas financeiras, trabalhistas, econômicas ou outras, sendo assim estabelecida segundo cada caso (ZANNA, 2013).

Segundo Ornelas (2011), a perícia contábil é um dos métodos técnicos à disposição das pessoas físi-

cas ou jurídicas e constitui meio de prova dos fatos e das questões patrimoniais duvidosas. É um exame eficaz com o propósito de prover questões contábeis, derivadas de dúvidas, contestações e de situações determinadas em leis.

A perícia contábil poderá ser realizada somente por um profissional formado em Ciências Contábeis, regularmente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.



O perito contábil pode ser nomeado, contratado ou escolhido. Nomeado quando determinado pelo juiz em processos de matéria contábil; contratado quando atuar em perícias contábeis extrajudiciais; e escolhido quando exercer a função de árbitro nas demandas de arbitragem. Ele pode atuar nessas áreas como perito contador assistente, quando contratado e indicado pelas partes litigantes (CFC, 2020). É, pois, o profissional que auxilia o magistrado, quando este tem a necessidade de um especialista em questões es-

pecíficas e técnicas, sendo assistido, preferivelmente, por uma pessoa com curso superior que tenha habilidades, experiência e conhecimento sobre o assunto periciado (MULLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017).

O perito deve ter um conjunto de habilidades legais, além do registro no Conselho Regional de Contabilidade e título de contador. Essas habilidades são qualidades profissionais que se constituem pelo conhecimento geral, prático e teórico da contabilidade e suas tecnologias; pela experiência profissional; pelo seu discernimento, sagacidade, firmeza e índole; pela capacidade ética estabelecida nas normas emitidas pelos órgãos responsáveis; pela qualidade moral relacionada à sua conduta pessoal (SÁ, 2011).

Para realizar seu trabalho de forma equilibrada, o profissional deve atuar em duas formas de excelência: moral, por meio da honestidade, prudência e imparcialidade; e intelectual, pelo conhecimento, sagacidade e sensatez (ALBERTO, 2010).

Para atuar como perito-contador, o profissional deverá também estar inscrito no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPIC) do

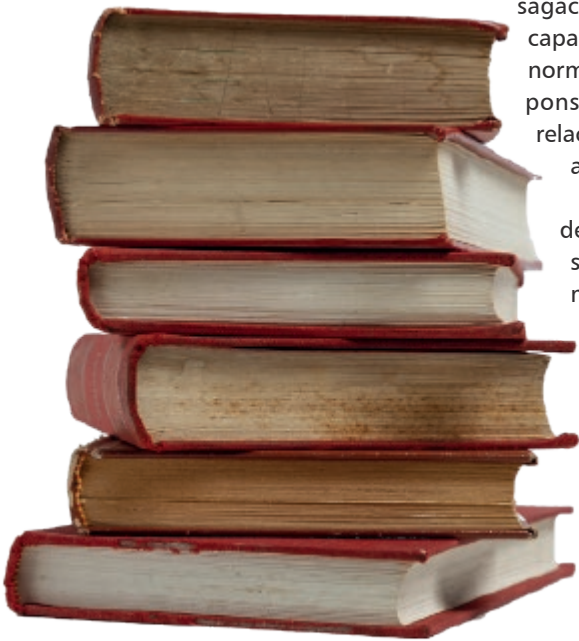
Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com as Resoluções n.º 1502 (CFC, 2016a) e 1513 (CFC, 2016b) e a NBC PP 02 (CFC, 2016c).

O perito-contador deve respeitar o Código de Ética Profissional do Contador, deve assegurar o sigilo do que for apurado durante a realização do seu trabalho, sendo assim proibida a sua divulgação, exceto quando houver obrigação legal (ROCHA, 2005).

O Conselho Federal de Contabilidade, visando à conduta do profissional de contabilidade, faz referência à responsabilidade e às consequências do seu descumprimento, na Norma NBC PP 01 (R1), em seus itens:

16.O perito deve conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais às quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.

17.O termo “responsabilidade” refere-se à obrigação do perito em respeitar os princípios da ética e do direito, atuando com lealdade, idoneidade e honestidade no desempenho de suas atividades, sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por seus atos. (CFC, 2020)



“O perito contábil pode ser nomeado, contratado ou escolhido. Nomeado quando determinado pelo juiz em processos de matéria contábil; contratado quando atuar em perícias contábeis extrajudiciais; e escolhido quando exercer a função de árbitro nas demandas de arbitragem.”

“A declaração clara do perito sobre fatos patrimoniais devidamente detalhados gera a peça chamada de laudo pericial que é o julgamento ou pronunciamento, baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, acerca de eventos ou fatos que são submetidos à sua apreciação (SÁ, 2011).”

O perito-contábil, profissional apto a realizar perícia contábil, diante da sua responsabilidade em atendimento às normas, vem se qualificando cada vez mais para cumprir com seriedade e êxito seus trabalhos no Judiciário, que o nomeia, estando ciente de suas responsabilidades com a verdade, uma vez que a elaboração do laudo pericial e parecer contábil contribuem de forma significativa para o esclarecimento da lide nas questões controversas.

A declaração clara do perito sobre fatos patrimoniais devidamente detalhados gera a peça chamada de laudo pericial que é o julgamento ou pronunciamento, baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, acerca de eventos ou fatos que são submetidos à sua apreciação (SÁ, 2011).

O laudo pericial é elaborado pelo perito e constitui o trabalho pericial nos aspectos de exposição e documentação, principalmente no propósito de expressar opinião sobre as questões formuladas nos quesitos (MAGALHAES, 2017).

No laudo está a documentação da perícia. Nele se documentam os fatos, as operações realizadas e as conclusões devidamente fundamentadas a que chegou o perito. A redação do laudo deve ser feita com objetividade, evitando simples res-

postas positivas ou negativas. Deve-se esclarecer as respostas, justificando-as e enunciando as fontes (MAGALHAES, 2017).

3. Trajetória Metodológica

A partir de uma abordagem qualitativa e com o propósito de percorrer de maneira mais aprofundada os estudos acerca da contribuição da perícia contábil para o Judiciário, adotou-se a realização de revisão sistemática da literatura.

Conforme abordado por Ferenhof e Fernandes (2016), a revisão sistemática da literatura é uma base para a escrita científica acadêmica.

[...] está fundamentada em sua capacidade de possibilitar a análise e a síntese do conhecimento existente na literatura científica, permitindo a obtenção de informações que possibilitem aos leitores avaliar a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da produção científica. (FERENHOF; FERNANDES, 2016, p. 562)

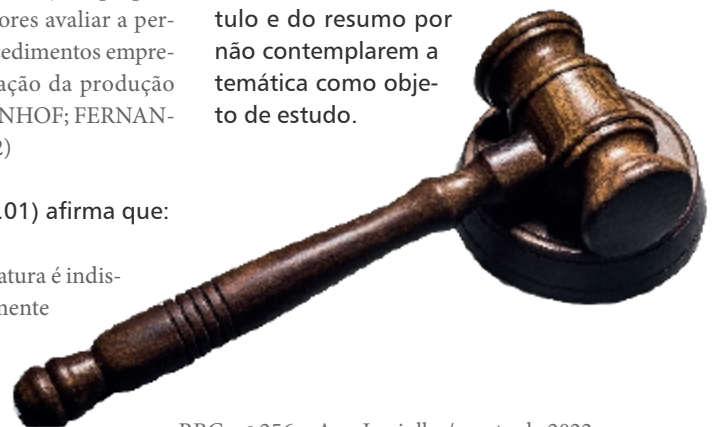
Bento (2012, p.01) afirma que:

A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem

o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.

Dessa forma, segundo Bento (2012), são propósitos para esta investigação: delimitar o problema e procurar novas linhas de investigação. Em conformidade com esse propósito, realizou-se o estudo por meio de busca de artigos acadêmicos, na biblioteca virtual do portal de periódicos da Capes.

Utilizou-se como questionamento norteador: O que tem sido produzido sobre perícia contábil? A busca foi realizada por assunto, utilizando o termo: “perícia contábil”, selecionando o idioma português. Foram identificados, no total, 21 produções; oito foram descartados após a leitura do título e do resumo por não contemplarem a temática como objeto de estudo.





Para a realização da revisão sistemática, fez-se o download dos artigos separando-os por pastas. Logo após, foi realizada a leitura dos artigos na íntegra analisando as discussões propostas nos estudos. Os resultados da revisão sistemática são apresentados na próxima seção.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Nessa etapa apresentam-se a análise e a discussão dos resultados encontrados na busca dos dados relacionados com a temática da perícia contábil. Após a leitura dos textos, as produções foram organizadas em um quadro, com o propósito de apresentar um panorama geral. No quadro a seguir, expõem-se a autoria, o título das produções, o ano de publicação e identifica-se também a área de discussão, com o objetivo de verificar o comparecimento da temática.

Os artigos encontrados na revisão sistemática da literatura referem-se ao período de 2006 a 2020. Abordam diversas temáticas envolvendo a perícia contábil, destacando que as discussões versam sobre a perspectiva da contabilidade com as demais áreas do ensino, como Educação e Direito. A temática começa a comparecer na produção acadêmica nesse portal de periódicos a partir

Quadro 1- Artigos relacionados com perícia contábil			
Autoria	Título	Ano Publicação	Área
Carlos Alberto Serra Negra, Milanez Silva de Souza e Walter Roosevelt Coutinho.	Juros do Sistema Financeiro da Habitação: a falácia dos sistemas de amortização no âmbito da perícia contábil.	2006	Contábil e Financeira
Wilson Alberto Zappa Hoog.	Perícia contábil em contratos de financiamentos	2008	Contábil e Financeira
Ivam Ricardo Peleias, Martinho Maurício Gomes de Ornelas, Marcelo Rabelo Henrique e Elionor Farah Jreige Weffort.	Perícia contábil: análise das condições de ensino em cursos de ciências contábeis da região metropolitana de São Paulo.	2011	Contábil e Educação
Tatiane Schmitz, Vanderlei dos Santos, Leomar Truppel, Lara Fabiana Dallabona e Elaine Kammers Truppel.	Perícia Contábil: análise bibliométrica e sociométrica em periódicos e congressos nacionais, no período de 2007 a 2011.	2013	Contábil
José Ricarte Lima, Elias Bortoli e Nelson O. Silva.	A função do perito contábil judicial e sua influência na solução de litígios na percepção dos magistrados do município de Cáceres-MT.	2014	Contábil e Direito
Patrícia Celestino Gonçalves, Michele Rílany Machado, Lúcio de Souza Machado e Ercílio Zanolla.	Características do perito contador: perspectiva segundo juízes da Justiça Federal, advogados da União e peritos contadores no contexto goiano.	2014	Contábil e Direito
José Antônio de França e Aline Borges Barbosa.	O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis.	2015	Contábil e Educação
Ivam Ricardo Peleias, Sérgio Moro Jr., Elionor Farah Jreige Weffort, Martinho Maurício Gomes de Ornelas.	Interfaces jurídico-contábeis nos processos de recuperação judicial do Tribunal de Justiça da Comarca de São Paulo.	2016	Contábil e Direito
Jislene Trindade Medeiros, Cecília Maria Medeiros Dantas de Melo, Diogo Henrique Silva de Lima e Erivan Ferreira Borges.	Determinantes da qualidade do trabalho pericial contábil nas varas cíveis da comarca de Natal/RN.	2018	Contábil e Direito
Eduarda Burin, Ana Cristine Heinen, Clari Schuh e Marco Aurélio Batista de Sousa.	A perícia contábil trabalhista como técnica auxiliar no trabalho jurídico.	2019	Contábil e Direito
Thiago Henrique Costa Silva	A perícia e o perito criminal contábil: instrumentos a serviço da justiça.	2019	Contábil e Direito
Udo Strassburg, Niqueli Ortolan e Luanda Borsoi.	A perícia contábil e as exigências do novo código de processo civil: a percepção dos peritos e acadêmicos sob a ótica do discurso do sujeito coletivo.	2020	Contábil e Direito
Ariel Prates, Jonatas Dutra Sallaberry, Leonardo Flach, Ivam Ricardo Peleias e Romina Batista de Lucena Souza.	Mapeamento de competências: necessidades de aprimoramento de analistas periciais em contabilidade do Ministério Público Federal.	2020	Contábil e Direito

Fonte: autores citados.

do ano de 2006. Na área Financeira, são dois artigos; na área de Educação dois artigos; na área do Direito, oito artigos; e, na área Contábil, um artigo. Com relação à temática abordada neste estudo, optou-se por apresentar as informações contidas no conjunto de artigos encontrados, aliando-a às áreas afins.

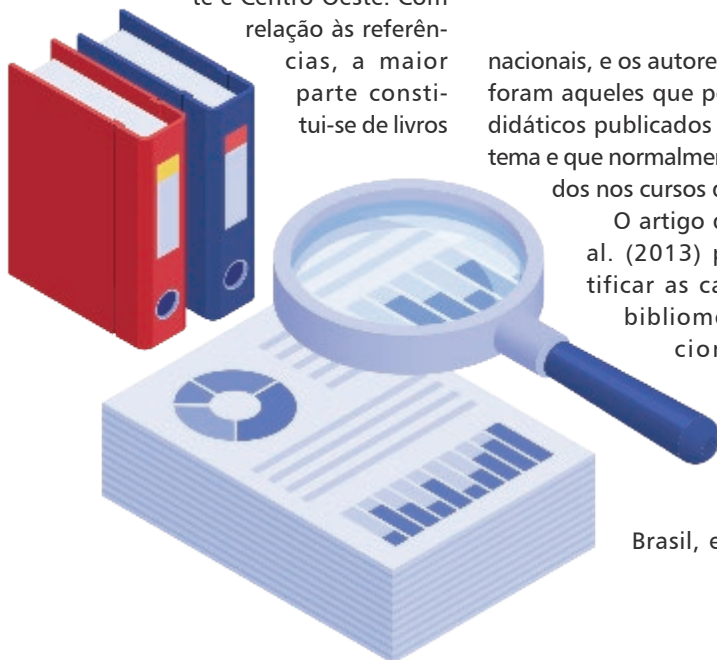
Dos artigos apresentados no quadro, destaca-se o artigo de Schmitz et al. (2013) "Perícia Contábil: análise bibliométrica e sociométrica em periódicos e congressos nacionais no período de 2007 a 2011", por se constituir, também, em uma revisão da literatura de artigos acadêmicos.

“Com relação às referências, a maior parte constitui-se de livros nacionais, e os autores mais citados foram aqueles que possuem livros didáticos publicados a respeito do tema e que normalmente são utilizados nos cursos de graduação.”

Na pesquisa realizada pelos autores, observou-se que as publicações foram mais intensas em 2007 e 2008. O tema foi difundido apenas em nove periódicos e praticamente não houve publicação naqueles considerados de alto impacto, como se pode verificar no Quadro 2.

A estrutura e a qualidade do laudo pericial e as condições de ensino de perícia nos cursos de graduação foram os temas mais destacados, porém restritos a determinadas regiões. Estrutura e qualidade do laudo pericial sobressaem-se nas regiões Sudeste e Nordeste; e as condições de ensino de perícia nos cursos de graduação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com

relação às referências, a maior parte constitui-se de livros



Quadro 2 - Quantidade de artigos publicados por periódicos e congressos com Qualis

Local de Publicação / Ano	Qualis	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Ciências Sociais em Perspectiva	B4					1	1
Contabilidade Vista & Revista	B1		1		1		2
Contexto (UFRGS)	B3		1			1	1
Perspectivas Contemporâneas	B2					1	1
RACI. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU	C		1				1
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B4	2					2
Revista de Contabilidade da UFBA	B4				1		1
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B3	1					1
Revista Pensar Contábil	B3		1				1
ANPCONT	E1	1		1		1	3
ENANPAD	E1		1				1
Congresso USP de Controladoria	E1	3	2		2	1	8
CBC	E1			1	1		2
Total		7	7	2	5	4	25

Fonte: dados da pesquisa de Schmitz et al. (2013).

nacionais, e os autores mais citados foram aqueles que possuem livros didáticos publicados a respeito do tema e que normalmente são utilizados nos cursos de graduação.

O artigo de Schmitz et al. (2013) propôs identificar as características bibliométricas e sociométricas de pesquisas realizadas sobre perícia contábil no Brasil, entre os anos

de 2007 e 2011. Como resultado, foram identificados 25 artigos que continham as palavras “perito” ou “perícia” nas palavras-chave, título ou resumo, e que abordavam especificamente a perícia contábil, no período de 2007-2011. Os autores, considerando que foram encontrados apenas 25 artigos publicados no período analisado, concluíram que o tema é pouco explorado, tanto no meio acadêmico quanto no profissional, sugerindo, dessa forma, que futuras pesquisas sejam desenvolvidas sobre a temática “perícia contábil”.

“A pesquisa se deu por meio de um levantamento de campo de natureza documental. A análise documental revelou a evolução histórica no ensino de perícia contábil na legislação sobre o ensino da Contabilidade no Brasil.”

O conjunto dos dois artigos aliados à área financeira com temas “Juros do Sistema Financeiro da Habitação: a falácia dos sistemas de amortização no âmbito da perícia contábil” e “Perícia contábil em contratos de financiamentos” compartilham de discussão em comum. Os autores Negra, Souza e Coutinho (2006) tiveram por objetivo aferir se o Sistema Francês de Amortização, mais conhecido no Brasil como Tabela Price ou o Sistema de Amortização Crescente, também denominado nos contratos pela sigla Sacre, utiliza-se da metodologia de juros simples ou de juros capitalizados. Ressaltam que a importância de definir se existe, ou não, a capitalização de juros decorre do expressivo volume de ações judiciais em trâmite em todo o país discutindo a capitalização de juros em contratos financeiros.

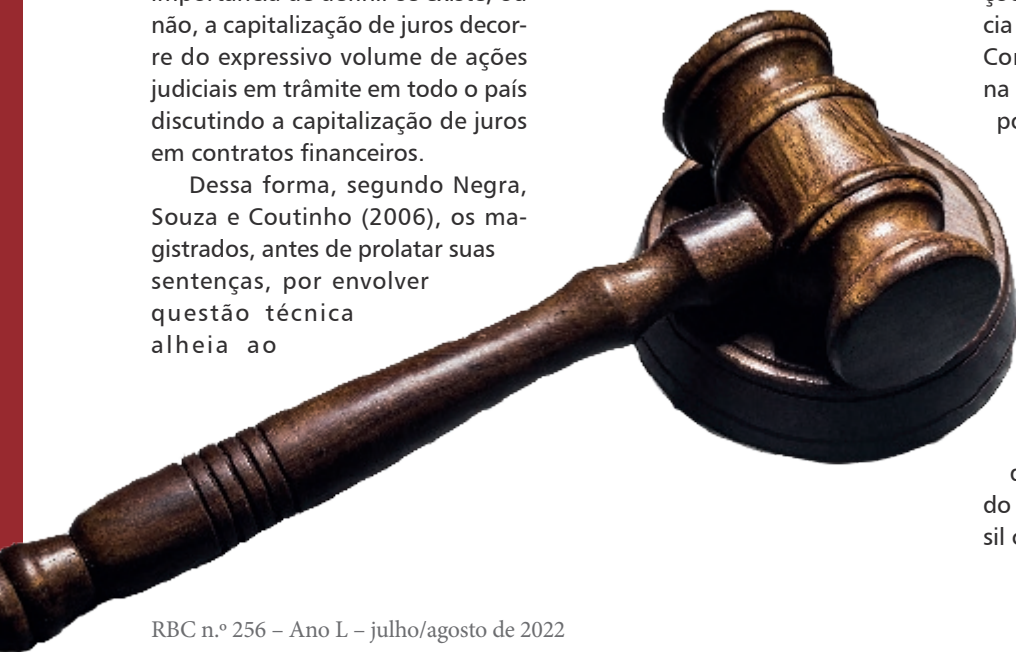
Dessa forma, segundo Negra, Souza e Coutinho (2006), os magistrados, antes de prolatar suas sentenças, por envolver questão técnica alheia ao

Direito, estão se valendo de laudos periciais contábeis. Caberá ao expert nomeado pelo juiz apresentar os elementos de convicção que indiquem claramente se houve, ou não, a capitalização dos juros no contrato sob exame.

Hoog (2008) apresenta como discussão a presença do Poder Judiciário na defesa da ordem econômica nacional, com a participação do perito-contador que tem o papel de iluminar os magistrados diante da realidade de dano econômico, decorrente da capitalização e da cobrança antecipada dos juros em financiamentos que tenham prestações excessivamente onerosas,

como, por exemplo, os relativos à aquisição da casa própria. A prova pericial consiste em todo elemento que contribui para a formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato, sendo relevante para a solução do litígio, de acordo com as normas jurídicas, mediante laudo técnico pelo perito contador e perito contador assistente (MULLER; TIMI; HEIMOSKI, 2017).

Os dois artigos que versam sobre a área contábil e Educação compartilharam de uma preocupação em comum: as condições de ensino na área contábil. O artigo de Peleias et al. (2011) teve por objetivo identificar e analisar as condições de ensino da disciplina Perícia Contábil, em cursos de Ciências Contábeis na região metropolitana de São Paulo. A pesquisa se deu por meio de um levantamento de campo de natureza documental. A análise documental revelou a evolução histórica no ensino de perícia contábil na legislação sobre o ensino da Contabilidade no Brasil. Foi constatado que a oferta de conteúdos para disciplinas correlatas na América do Norte é estimulada pela sociedade e pelo mercado de trabalho, ao contrário do Brasil cujo comando é a lei.



A análise documental dos planos de ensino realizada por meio da análise de conteúdo, apontou que os cursos classificados pelo Enade possuem melhores condições de ensino, revelando maiores preocupações e cuidados com: estratificação dos grupos de conteúdos oferecidos, completude dos planos de ensino, variação nas estratégias de ensino, ênfase em determinados grupos de conteúdos e variedade nos critérios de avaliação. Os autores ressaltam que pesquisas futuras poderão estudar formas de promover a integração entre o que é tratado em sala de aula com a realidade objetiva da perícia contábil e sugerem replicar a pesquisa para analisar as condições de ensino de perícia contábil em outras regiões brasileiras.

Para França e Barbosa (2015), a questão de pesquisa consistiu em obter evidências sob a perspectiva dos alunos de como as instituições de ensino superior, que ofertam o curso de Ciências Contábeis, preparam seus alunos para o exercício da profissão na atividade pericial, nos quesitos relativos à motivação para o desempenho na perícia e de informação sobre desafios e oportunidades do mercado de trabalho. No sentido de viabilizar respostas para essa questão, a pesquisa teve por objetivo verificar como as IES ofertam o conteúdo de perícia contábil, visando preparar seus egressos para atender ao mercado de perito-contador. Os resultados finais obtidos mostram, com confiança de 90% e 95%, que os alunos que cursaram esse conteúdo curricular se interessam pela perícia e que há um alto grau de desinformação sobre desafios e oportunidades do mercado de perito-contador. Esses resultados sugerem a necessidade de que as IES promovam adequação curricular para eliminar as deficiências evidenciadas.

Dos oito artigos que aliam a área contábil com o Direito, cinco

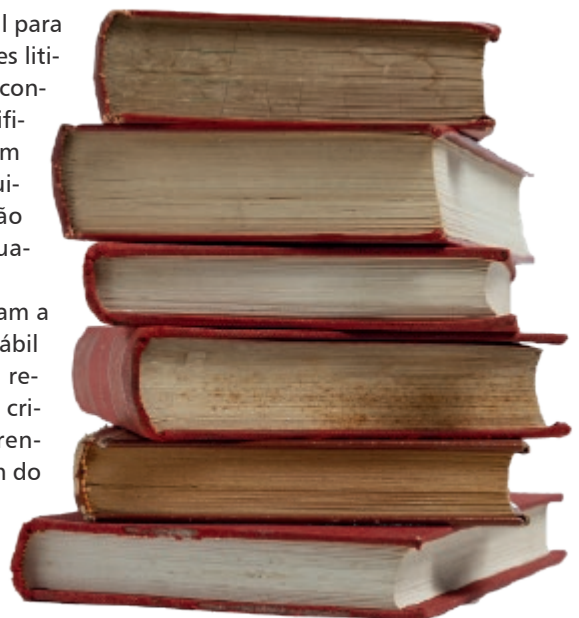
apresentaram suas discussões enfatizando pontos relevantes da atuação do profissional da contabilidade no exercício da função pericial. “A função do perito contábil judicial e sua influência na solução de litígios na percepção dos magistrados do município de Cáceres-MT”; “Características do perito contador: perspectiva segundo juizes da Justiça Federal, advogados da União e peritos contadores no contexto goiano”; “Determinantes da qualidade do trabalho pericial contábil nas varas cíveis da comarca de Natal/RN”; “A perícia contábil e as exigências do novo código de processo civil: a percepção dos peritos e acadêmicos sob a ótica do discurso do sujeito coletivo” e “Mapeamento de competências: necessidades de aprimoramento de analistas periciais em contabilidade do Ministério Público Federal”.

A discussão contemplou a necessidade de o perito ter o conhecimento técnico-científico na área contábil para o exercício da função; a qualidade do serviço prestado pelo perito contábil na construção da prova técnica, ou seja, na construção do laudo pericial; a observância do perito em relação à legislação jurídica no exercício da função; e a contribuição do trabalho do perito contábil para a resolução das questões litigiosas inerentes à área contábil. Os estudos se justificaram por apresentarem discussões que contribuirão para uma prestação de serviço com mais qualidade e eficiência.

Três artigos discutiram a atuação do perito contábil na área trabalhista, na recuperação judicial e na criminal contábil, requerendo do profissional, além do conhecimento contábil, um conhecimento específico na área

periciada. “A perícia contábil trabalhista como técnica auxiliar no trabalho jurídico”; “A perícia e o perito criminal contábil: Instrumentos a serviço da justiça” e “Interfaces jurídico-contábeis em processos de recuperação judicial na Comarca de São Paulo”. Os autores Peleias et al. (2016), Burin et al. (2019) e Silva (2019) destacaram que a perícia é um meio de prova que contribui de forma significativa para a resolução das questões controversas entre as partes litigantes e que o profissional precisa ser capacitado; atributo essencial para o desenvolvimento de um trabalho.

Portanto, os artigos da revisão sistemática, dentro da sua temática, apresentaram objetivos distintos. Entretanto, evidencia-se um ponto em comum abordado por todos: a necessidade do conhecimento não só da própria contabilidade, como também de outras ciências afins para a realização do trabalho pericial. Destaca-se desses estudos que o profissional precisa estar apto para o exercício do encargo a si confiado. Dessa forma, contribuirá para efetivação do objetivo da perícia contábil, que consiste em auxiliar na resolução das demandas judiciais.



5. Considerações Finais

A análise da produção acadêmica realizada no portal de periódicos da Capes revelou que o trabalho pericial prestado pelo profissional contábil na função de perito é de suma importância para o Judiciário, pois auxilia o magistrado na elucidação das questões técnicas contábeis que se encontram em controvérsia no processo.

Mediante as leituras analíticas dos artigos, ficou claro que é imprescindível que os peritos possuam atributos para nomeação, sendo necessárias virtudes morais e éticas,

imparcialidade, discernimento, sagacidade, firmeza e boa índole, abstendo-se de quaisquer opiniões pessoais. É preciso ter técnica na constatação de fatos e situações, conhecimentos práticos e teóricos e, acima de tudo, ter habilitação legal perante o órgão competente.

Ao longo desta revisão, constatou-se a ênfase para a formação acadêmica do profissional contábil. Este precisa estar embasado de conhecimento técnico-científico para que, no exercício da função de perito, possa atender satisfatoriamente às demandas do Poder Judiciário, contri-

buindo para o esclarecimento e resolução das questões controversas entre as partes.

Finaliza-se este artigo com o pensamento de que é possível ampliar o debate acerca da temática aqui apresentada, enfatizando a importância da atuação do profissional contábil na resolução das demandas do Judiciário.



Referências

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. *Perícia Contábil*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, Aline et al. *Perícia Contábil*. [recurso eletrônico] [revisão técnica: Lilian Martins]. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BENTO, Antônio V. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. *Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)*, nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>

BURIN, Eduarda et al. A perícia contábil trabalhista como técnica auxiliar no trabalho jurídico. *Refas-Revista Fatec Zona Sul*, v. 5, n. 5, p. 1-19, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Normas brasileiras de contabilidade: exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil: NBC PP 02*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pp-do-perito-contabil>>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Normas brasileiras de contabilidade: perícia contábil: NBC TP 01(R1)*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2020. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tp-de-pericia>>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Normas brasileiras de contabilidade: perito contábil: NBC PP 01(R1) e NBC PP 02*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2020. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pp-do-perito-contabil>>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC nº 1.502/2016*. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências. 2016. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/001502&arquivo=Res_1502.doc.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC nº 1.513/2016*. Altera os artigos 2º e 6º da Resolução CFC nº 1.502/2016, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências. 2016. https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/001513&arquivo=Res_1513.doc.

COSTA, João Carlos Dias da. *Perícia Contábil: aplicação prática*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FERENHOF, Hélio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. *Revista ACB*, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1194>>

FRANÇA, José Antônio de; BARBOSA, Aline. Borges O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis - DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n43p63-73>. *Revista Catarinense da Ciência Contábil, [S. l.]*, v. 14, n. 43, p. p. 63-73, 2015. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2137>.

GONÇALVES, Patrícia Celestino et al. Características do perito contador: perspectiva segundo os juízes da justiça federal, advogados da união e peritos contadores no contexto goiano. *Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.]*, v. 11, n. 22, p. 119-140, 2014. DOI: 10.5007/2175-8069.2014v11n22p119. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n22p119>.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Perícia contábil em contratos de financiamentos. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 7, n. 19, p. 47-54, 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>

LIMA, José Ricarte; BORTOLI, Elias; SILVA, Nelson Ortega. A função do perito contábil judicial e sua influência na solução de litígios na percepção dos magistrados do município de Cáceres-MT. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 3, n. 5, 2014.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. *Perícia Contábil*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, Jislene Trindade et al. Determinantes da qualidade do trabalho pericial contábil nas varas cíveis da comarca de natal/rn. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 10, n. 1, p. 275-292, 2018.

MULLER, Aderbal. Nicolas; TIMI, Sônia Regina Ribas; HEIMOSKI, Vanya Trevisan M arcon. *Perícia Contábil*. São Paulo: Saraiva, 2017.

NEGRA, Carlos Alberto Serra; DE SOUZA, Milanez Silva; COUTINHO, Walter Roosevelt. Juros do Sistema Financeiro da Habitação: a falácia dos sistemas de amortização no âmbito da perícia contábil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 5, n. 13, p. 27-43, 2005.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. *Perícia Contábil*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Interfaces jurídico-contábeis em processos de recuperação judicial na Comarca de São Paulo. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 35, n. 2, p. 17-34, 2016.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Perícia contábil: análise das condições de ensino em cursos de ciências contábeis da região metropolitana de São Paulo. *Educação em Revista*, v. 27, p. 79-108, 2011.

PRATES, Ariel et al. Mapeamento de competências: necessidades de aprimoramento de analistas periciais em contabilidade do Ministério Público Federal. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 12, n. 1, p. 215-233, 2020.

SCHMITZ, Tatiane et al. Perícia contábil: análise bibliométrica e sociométrica em periódicos e congressos nacionais no período de 2007 a 2011. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 12, n. 37, p. 64-79, 2013.

SILVA, Thiago Henrique Costa. A perícia e o perito criminal contábil: Instrumentos a serviço da justiça. *Revista Brasileira de Criminalística*, v. 8, n. 1, p. 35-47, 2019.

STRASSBURG, U. D. O.; ORTOLAN, Niqueli; BORSOI, Luanda. A perícia contábil e as exigências do novo código de processo civil: a percepção dos peritos e acadêmicos e sob a ótica do discurso do sujeito coletivo. *Revista Unemat de Contabilidade*, v. 8, n. 16, 2019.

ZANNA, Remo Dalla. *Prática de Perícia Contábil*. 4ªed. São Paulo: IOB Folhamatic, 2013.



Planejamento tributário, remuneração executiva e governança corporativa: um estudo a partir de companhias que compõem o IBRX100

Essa pesquisa investigou o pagamento de bônus aos executivos de companhias brasileiras de capital aberto em função da redução de tributos sobre o lucro por intermédio do planejamento tributário. Por meio de uma análise de regressão com dados em painel, a pesquisa investigou 300 companhias brasileiras do período de 2016 a 2021. Os achados indicam o pagamento de remuneração adicional aos executivos que apresentaram redução de carga tributária das companhias. Os resultados indicam uma remuneração maior paga aos executivos de companhias de maior porte, bem como aos executivos cujas companhias estão no segmento de Novo Mercado. Assim, a pesquisa contribui com a literatura que investiga as relações de agência ao compilar em seus achados o apetite do executivo em assumir riscos fiscais, balizados pelas políticas de governança corporativa adotadas nas companhias.

Juliano Augusto Orsi de Araujo

Professor titular do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Ibirapuera. Doutor em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
E-mail: juliano@expresscontabil.com.br

Maisa de Souza Ribeiro

Professora titular do Departamento de Contabilidade na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
E-mail: maisorib@usp.br

1. Introdução

O Brasil enfrentou, nos últimos anos, grave crise econômica, que, segundo Barbosa Filho (2017), iniciou-se em 2011 com a adoção da Nova Matriz Econômica, agravada pela crise moral e política vivenciada no país. A crise trouxe desconfiança ao investidor externo, o que levou a desvalorização do real (BRL) frente ao dólar americano e ao euro e à consequente desvalorização das ações das companhias brasileiras na bolsa de valores do país.

Paralelamente a esse cenário, empresas buscam sobreviver a essa turbulência, adotando estratégias que permitam obter algum crescimento frente ao quadro de recessão macroeconômica. Para isso, as companhias mantêm, na direção executiva, profissionais com habilidades para traçar o planejamento estratégico adequado para continuidade das atividades, contribuir para o crescimento do negócio e aumentar a riqueza do acionista.

Por meio da redução da carga tributária, é possível aumentar o resultado econômico e o patrimônio líquido da empresa. Para Martinez e Ramalho (2017), Momente et al. (2017) e França e Bezerra (2022), o Brasil é reconhecidamente um país em que há uma grande carga tributária e, entre as estratégias adotadas para o enfrentamento de crises, o planejamento tributário é uma delas.

Ademais, a atividade de planejamento tributário, segundo Wang e Cullinan (2020), impacta diretamente a arrecadação de governos pelo mundo, o que sugere fortes movimentos governamentais no sentido de fiscalização, aplicação de multas e, em alguns casos, responsabilização de executivos, o que sugere que é uma prática que está exposta a risco.

Nesse sentido, Bushman, Dai e Wang (2010) defendem que o presidente executivo, por sua vez, avale os riscos do negócio e, a depender da relação entre risco e ganho, aceita ou não tomar determinada decisão. Ademais, para Lunardini e Martins (2017), o planejamento tributário, em determinados momentos, esbarra em políticas de governança corporativa, fato este que pode ser um entrave em relação à decisão de ser mais ou menos agressivo no planejamento tributário. Além disso, Desai e Dharmapala (2006) afirmam que pode haver ligação entre governança e decisões fiscais evitadas; em particular, argumentam que o planejamento tributário e a redução de remuneração executiva podem ser complementares se a agressividade fiscal reduzir a transparência corporativa, que, por sua vez, aumenta a oportunidade para os administradores desviarem recursos corporativos para benefício pessoal.

Diante dos resultados controversos e da lacuna existente na literatura, esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: Qual o incentivo financeiro recebido por executivos das companhias abertas brasileiras para o uso do planejamento tributário?

Assim, o estudo tem por objetivo geral investigar o incentivo financeiro recebido pelos exe-

cutivos das empresas brasileiras de capital aberto, para o uso do planejamento tributário, durante o período de crise compreendido entre os anos de 2017 e 2020.

Adicionalmente, a pesquisa tem por objetivo específico investigar os efeitos do tamanho da companhia, desempenho econômico e segmentos de governança corporativa influenciam a remuneração de executivos das companhias investigadas.

Os estudos sobre planejamento tributário desenvolvidos no Brasil permeiam estudos de caso sobre redução de tributos em empresas específicas (REDIVO; ALMEIDA; BEUREN, 2020; COSTA et al., 2018; SONTAG; HOFER; BULHÕES, 2015). Estudos como os de Silva e Evangelista (2017) e Sousa Neto et al. (2014) investigaram questões sobre o conflito de agência no pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio e questões tributárias. Potin et al. (2016) investigaram a relação de dependência entre proxies de governança corporativa, planejamento tributário e retorno sobre os ativos das companhias brasileiras.

A pesquisa se justifica, pois contribui com as pesquisas sobre remuneração executiva, governança corporativa e planejamento tributário ao lançar luz sobre estes três temas relacionados. O estudo também se apresenta como uma resposta à Hanlon e Heitzman (2010), dado que os autores clamam por mais pesquisas sobre os impactos das escolhas de executivos nas estratégias de planejamento tributário.



“O ingrediente adicional desta pesquisa em relação às já desenvolvidas é que ela se deu em um país com carga tributária reconhecidamente alta, em um cenário de crise macroeconômica, sob o balizamento da governança corporativa.”

Armstrong et al. (2015) investigaram governança corporativa, incentivos e planejamento tributário durante os anos de 2007 a 2011 para empresas listadas no mercado norte americano e não encontraram relação significativa entre as variáveis. Graham (2003) admite que tributos são vistos como um dos muitos fatores que influenciam a tomada de decisões estratégicas. O ingrediente adicional desta pesquisa em relação às já desenvolvidas é que ela se deu em um país com carga tributária reconhecidamente alta, em um cenário de crise macroeconômica, sob o balizamento da governança corporativa.

Ao se fragmentar esses três temas, a remuneração de executivos é abordada pela teoria da Agência e consiste em adotar políticas que permitam alinhar os interesses de executivos (agente) e investidores (principal) em maximizar a riqueza de cada um deles. Nesse sentido, Araujo e Ribeiro (2017) demonstram que os estudos anteriores concentraram esforços para investigar a relação da remuneração executiva com o desempenho econômico e aspectos de governança corporativa, principalmente nos cenários norte-americano e europeu.

No mesmo sentido, os estudos anteriores sobre planejamento tributário se voltaram para o comportamento dos indivíduos nas companhias (SLEMROD; YITZHAKI, 2002) e as diferenças entre o apetite em assumir riscos tributários de indivíduos e companhias, o que, para Slemrod (2004), pode ser analisado sob os aspectos tratados na teoria da Agência.

Como balizadora desta relação está a governança corporativa, que se apresenta como um limitador com características conservadoras às práticas de planejamento tributário e às políticas de remuneração executiva. Segundo Conyon e Schwalbach (2000), as estruturas de governança corporativa, legislação e normas contábeis locais são fatores determinantes na elaboração das políticas de remuneração executiva em cada país.

O estudo se dedica a explorar três temas estratégicos na gestão e no monitoramento de negócios, interna e externamente. Sua relevância está em ressaltar o entrelaçamento entre eles e chamar a atenção para a necessidade de maior acompanhamento por parte de acionistas, conselhos de administração e fiscal e a sociedade ci-



vil em geral. Este estudo traz implicações práticas, que consistem em:

- i) exigências da sociedade civil contra as práticas de planejamento tributário abusivo;
- ii) questões tributárias no centro das atenções da imprensa especializada e;
- iii) *trade-offs* entre os relatórios financeiros e os incentivos fiscais.

A pesquisa contribui para identificar a realidade brasileira, com ênfase nos aspectos merecedores de maior monitoramento de órgãos governamentais para prover a igualdade de exigências às empresas, evidenciar necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de governança corporativa, bem como revelar remuneração adicional paga aos executivos das empresas brasileiras de capital aberto para o uso do planejamento tributário.



2. Fundamentação teórica e desenvolvimento das hipóteses

2.1 Planejamento tributário e legislação brasileira

Entre as particularidades da legislação brasileira estão os tributos sobre a atividade empresarial. O direito tributário brasileiro abarca duas naturezas de tributos: diretos e indiretos (MARCHESI; ZANOTELI, 2021).

Os tributos indiretos são aqueles que são cobrados de maneira indireta ao patrimônio, ou seja, são cobrados sobre os bens e serviços de consumo. No Brasil, há diferenciação de tributos quanto à atividade industrial (IPI), comercial (ICMS) e prestação de serviços (ISS). No entanto, todas as atividades estão sujeitas ao pagamento de contribuições sociais sobre o consumo (PIS/Cofins). Em função dessa distinção, este estudo não se voltou para mensurar estes tributos na carga tributária apurada.

Por outro lado, os tributos diretos são aqueles que têm por fato gerador o patrimônio e incidem diretamente sobre o aumento deste, sendo o foco desta pesquisa o planejamento tributário dos tributos diretos incidentes sobre o acréscimo patrimonial que, no caso das empresas, é o lucro. No Brasil, o lucro contábil recebe o nome de Lucro Antes do Imposto de Renda (Lair) e, em função das diferenças existentes entre as normas contábeis e a legislação fiscal, este lucro contábil é exposto a ajustes e, para fins de tributação, é denominado de Lucro Real. É este lucro objeto de tributação.

A carga tributária brasileira sobre o lucro vigente no Brasil é de 34% do lucro real. São cobrados pelo Governo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ possui alíquota de 15%, com uma cobrança adicional de 10% para as

empresas com lucro superior a 240.000,00 BRL/Ano, ou seja, sobre o que exceder este valor, há um acréscimo de 10% de IRPJ, o que eleva a alíquota a 25%. A CSL é taxada a 9% sobre o lucro real, independentemente da quantidade de lucro.

O planejamento tributário é visto como benéfico para empresas e acionistas desde que a redução dos custos tributários implique maiores fluxos de caixa e lucro líquido para as empresas e, residualmente, para seus acionistas (BLOUIN, 2014). Para Martinez (2017) e Marchesi e Zanoteli (2021), o planejamento tributário almeja reduzir o recolhimento de tributos por meio das concessões legítimas e as isenções previstas na legislação. Também envolve o processo de organização das atividades empresariais, de forma que as obrigações tributárias sejam minimizadas.

Hanlon e Heitzman (2010) afirmam que as atividades favoráveis à redução de tributos colaboram para definir a agressividade fiscal. Martinez (2017) adverte que, dependendo da intensidade e da legalidade em como as práticas de planejamento tributário são adotadas, define-se o grau de agressividade tributária presente na companhia.

Tanto para Hanlon e Heitzman (2010) quanto para Martinez (2017), a empresa com perfil mais agressivo, do ponto de vista tributário, tende a escolher o que lhe for mais conveniente sempre que houver falhas ou incerteza na lei fiscal, ou ainda, se esta for aberta a interpretação, traduzindo-se em menores gastos com tributos. No entanto, esta posição pode resultar em conduta juridicamente duvidosa, que pode ser alvo de infrações por parte da autoridade fiscal. Neste sentido, cabe investigar o apetite ao risco fiscal das empresas e quanto estas incentivam seus executivos por meio da remuneração.

2.2 Planejamento tributário, remuneração executiva e risco

A remuneração de executivos é notadamente o mecanismo que o acionista dispõe para tentar controlar as ações do executivo, fenômeno esse amplamente pesquisado e que está alicerçado na teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976). Por meio da remuneração, o acionista sinaliza para o executivo os resultados que espera alcançar com a companhia, fruto das decisões tomadas pelo gestor. Para Araujo e Ribeiro (2017), parte das pesquisas sobre a temática concentraram seus esforços em identificar os fatores que levam a determinar o pacote de remuneração executiva estabelecido por acionistas. Segundo os autores, a maioria dos estudos identificou relação entre a remuneração e o desempenho das companhias. No entanto, há um limite nesta relação representado pelo apetite ao risco.

Para Murphy (2012), incentivos na remuneração estimulam os executivos a assumirem riscos nas operações da empresa. Porém, o autor adverte que o executivo estimulado a assumir riscos também deve ter claro em seu planejamento as penalidades por eventuais falhas nas decisões tomadas, que se traduzam em prejuízo. Se os executivos são incentivados a assumir riscos sem serem balizados pela possível penalidade no caso de falha, há uma “isenção” do executivo, transferindo todo o risco para a companhia. Assim, Murphy (2012) orienta que todo risco estimulado pelo pagamento de bônus na remuneração deve ser cerceado pela penalidade, no caso de falha.

“No Brasil, os CEOs das companhias são os responsáveis legais pelas empresas, recaindo sobre eles, pessoalmente, toda e qualquer responsabilidade de cunho civil e fiscal, levando inclusive à possíveis representações criminais, a depender da gravidade do ato.”

Em um país cuja carga tributária é notadamente alta, uma das estratégias adotadas para melhorar a *performance* econômica e reduzir a saída de fluxos de caixa pode ser o planejamento tributário (MARTINEZ E RAMALHO, 2017; MOMENTE et al., 2017; MARQUES, et al., 2022). Para os autores, o planejamento tributário é amplamente utilizado em situações de enfrentamento de crises, dado que pode melhorar o lucro, reduzir o prejuízo e ainda diminuir a saída de caixa nas companhias em períodos críticos.

No entanto, Wang e Cullinan (2020) advertem que o planejamento tributário impacta diretamente no recolhimento de tributos pelas companhias, o que sugere aumento de fiscalização por parte dos entes públicos, com possibilidade de aplicação de multas e em alguns casos, responsabilização de executivos, o que sugere que é uma prática que está exposta a risco.

Para mitigar os riscos excessivos, a estrutura de compensação deve ser linear em toda a variação de resultados, incluindo grandes perdas. Segundo Murphy (2012), para os executivos de alto nível com grandes estoques e legado de preocupações, as perdas potenciais de



riqueza pessoal são provavelmente suficientes para atenuar os incentivos para a tomada de riscos excessivos. No entanto, para executivos mais jovens e com menor experiência, os ganhos potenciais de risco excessivo podem parecer atraentes em relação às perdas.

No Brasil, os CEOs das companhias são os responsáveis legais pelas empresas, recaindo sobre eles, pessoalmente, toda e qualquer responsabilidade de cunho civil e fiscal, levando inclusive à possíveis representações criminais, a depender da gravidade do ato. Dada a premiação pela assunção de riscos, espera-se: H1 – a redução na carga tributária impacta positivamente sobre a remuneração executiva.

Para Conyon e Schwalbach (2000), em ambientes com maior regulação do estado e pressão do governo sobre a remuneração executiva, ou ainda, em cenários em

que há uma forte adoção das boas práticas de governança corporativa, há uma limitação quanto à assunção de riscos por parte dos executivos.

2.3 Planejamento tributário, remuneração de executivos e governança corporativa no Brasil

A governança corporativa tem sua importância no sucesso das organizações e determina os impactos da empresa sobre a sociedade. Para Silveira (2002), as empresas que apresentam uma estrutura de governança mais adequada tendem a alcançar resultados mais vantajosos e melhor avaliação no preço de suas ações. Silva (2005) defende que a governança corporativa procura harmonizar a relação de conflito existente entre os interesses da empresa e *stakeholders*, com o propósito de redução do custo de capital, agregar valor e gerar retorno para os acionistas.

Assim, Silveira (2002) e Silva (2005) acreditam que a adoção de mecanismos de governança pode interferir na estrutura de capital da empresa, na composição do endividamento e sobretudo nas decisões que envolvem risco para a empresa e acionista, entre elas, as escolhas contábeis e o planejamento tributário.

No Brasil, existem três níveis de governança corporativa. Esses níveis dependem do grau do compromisso assumido pelas companhias em adotar as boas práticas de governança corporativa e é firmado contrato entre a companhia e a bolsa de valores. Segundo Scalzer, Almeida e Costa (2008), companhias que estão classificadas no Nível 1 devem apresentar melhorias na prestação de informações ao mercado e promoverem dispersão do controle acionário. As companhias de Nível 2 devem cumprir as exigências previstas no Nível 1 e, adicionalmente, adotar um conjunto de regras mais amplo de práticas de governança, com ampliação dos direitos dos acionistas minoritários. No Novo Mercado, estão as companhias que adotam medidas de governança que reflitam em grau de segurança em relação aos direitos dos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias.

Nascimento et al. (2016) elencam os princípios básicos que norteiam as relações de governança no Brasil:

- i) transparência, que se traduz na ampla divulgação de informações importantes às partes interessadas não se limitando apenas às de desempenho econômico-financeiro;
- ii) equidade: tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*);
- iii) prestação de contas (*accountability*): os sócios, administradores, conselheiros e auditores devem prestar contas de sua atuação assumindo as responsabilidades de seus atos e omissões;
- iv) responsabilidade corporativa: os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade, com objetivo à perpetuidade da companhia.

Deste modo, para atingir os princípios básicos de governança corporativa e alinhar a eles as escolhas tributárias adotadas pela companhia, espera-se ampla divulgação das práticas adotadas, prestação de contas destas ações, com mensuração do risco assumido em cada uma das estratégias adotadas que podem interferir na responsabilidade corporativa dos agentes e da companhia frente a sociedade.

Desai e Dharmapala (2006) afirmam que os executivos de empresas com maiores níveis de governança corporativa terão maiores incentivos para a agressividade tributária porque a presença de outros mecanismos de governança os impede no uso de gerenciamento de resultados em outras rubricas contábeis. Em contraste, os executivos de empresas com menores níveis de governança não terão incentivos para a agressividade tributária porque a falta de monitoramento e fiscalização permitiria, de outra forma, que esses agentes gerenciem os resultados das companhias em outras rubricas, que não as tributárias.

Dadas as características restritivas impostas pelas práticas de governança corporativa, espera-se: H2 – a governança corporativa impacta negativamente sobre a remuneração executiva e práticas de planejamento tributário.

3. Amostra e método de pesquisa

A amostra é composta de companhias abertas brasileiras que divulgaram as informações sobre remuneração



ração executiva no período de 2016 a 2020. Excluiu-se da amostra o ano de 2021. O principal fator de escolha dessas empresas se deu em função do porte e da solidez das companhias, principalmente no que tange à uniformidade das informações contábeis, dado que adotaram as normas contábeis, segundo o IASB, dentro do período de estudo, o que permite maior comparabilidade às informações divulgadas, além da própria representatividade econômica dessas companhias no mercado acionário brasileiro. Os *outliers* foram tratados com winsorização a 1% (WOOLDRIDGE, 2010).

As informações foram coletadas da base de dados da ComDinheiro.com. Os dados são disponibilizados pela CVM por meio das demonstrações contábeis e do formulário de referência, onde é possível coletar as informações sobre a remuneração dos diretores estatutários. Todos os dados foram coletados em reais (BRL). A escolha das companhias se deu em função da disponibilidade dos dados de todas as variáveis durante o período de análise. (tabela 1)

Tabela 1 – Amostra

2016 a 2020	Amostra	Observações
Total de Empresas	406	2030
(-) Empresas com <i>missing values</i>	106	530
(=) Amostra final para análise	300	1500

Fonte: os autores.

“Para o tratamento da endogeneidade, que, segundo Wooldridge (2010), representa a correlação entre as variáveis explicativas com o erro padrão do modelo, realizou-se o teste de Correlação entre o erro padrão do modelo e as variáveis explicativas.”

A variável dependente testada foi uma *proxy* da remuneração total média, calculada da seguinte maneira:

$$\text{Remuneração Média}_{i,t} = \frac{\text{Remuneração Total}_{i,t}}{\text{Membros Diretoria}_{i,t}} \quad (1)$$

A variável explicativa utilizada foi uma *proxy* de planejamento tributário, adaptado da *proxy* de Blouin (2014) à tributação brasileira, da seguinte maneira:

$$\text{Planejamento Tributário}_{i,t} = \frac{\text{Imposto de Renda}_{i,t}}{\text{Lucro Antes do Imposto de Renda}_{i,t}} - 0,3 \quad (2)$$

Assim, quando a variável se apresentou com valor igual ou maior que zero, indicou que não houve planejamento tributário, pois pagou-se mais que 34% do lucro antes do imposto de renda a título de IRPJ e CSLL. Quando a variável apresentou valor menor que zero, indicou que houve planejamento tributário para a empresa “*i*” no período “*t*”.

Por variável de controle de tamanho, utilizou-se o logaritmo natural do Ativo Total da empresa “*i*” no período de tempo “*t*”. Também se utilizou uma variável de controle

de desempenho, *proxy* calculada da seguinte maneira:

$$\text{Margem Líquida}_{i,t} = \frac{\text{Lucro Líquido}_{i,t}}{\text{Receita Líquida}_{i,t}} \quad (3)$$

Por fim, controlamos governança corporativa por nível, através de variáveis *dummy* para N1 – Nível 1, N2 – Nível 2 e NM para Novo Mercado.

Utilizamos duas técnicas estatísticas para avaliar os resultados: inicialmente, analisamos as variáveis a partir da estatística descritiva, com o objetivo de organizar e sintetizar a coleta de dados, auxiliando no entendimento e posterior relato das informações achadas.

A segunda técnica empregada foi a regressão com dados em painel de corte transversal (*i*), relacionados com as características das companhias ao longo da série temporal (*t*), de 2010 a 2016. Esta técnica nos permitiu utilizar tanto a dimensão espacial quanto a dimensão temporal.

Para observar a não violação dos pressupostos da regressão, realizamos os testes de heterocedasticidade (BAUM, 2006), de autocorrelação (WOOLDRIDGE, 2010) e o de multicolinearidade. Os modelos em painel tratam a heterogeneidade dos dados e se apresentam em mo-

delos de efeitos fixos e de efeitos aleatórios. Para o tratamento da endogeneidade, que, segundo Wooldridge (2010), representa a correlação entre as variáveis explicativas com o erro padrão do modelo, realizou-se o teste de Correlação entre o erro padrão do modelo e as variáveis explicativas. Não houve indicadores de correlação na matriz entre as variáveis explicativas e o erro.

Para eleger a especificação mais adequada, procedeu-se, primeiramente, ao teste de Lagrange Multiplier (LM), proposto por Breusch e Pagan (1980). Posteriormente, foi realizado o teste de Hausman, para avaliar a correlação entre os efeitos individuais do intercepto, sob a hipótese nula de $\text{corr}() = 0$. Se existir correlação entre o intercepto com os erros, elegeu-se o modelo de Efeitos Fixos. No entanto, ao testar o modelo de efeitos fixos, as variáveis *dummy* de controle de governança corporativa são constantes a cada indivíduo e foram omitidas nesta modalidade.



O modelo proposto está a seguir apresentado:

$$AvgCEOCOMP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 + \beta_2 TaxAvoid_{i,t} + \beta_3 LNTotAss_{i,t} + \beta_4 NetInc_{i,t} + \beta_5 GCN1_{i,t} + \beta_6 GCN2_{i,t} + \beta_7 GCNM_{i,t} + e_{i,t} \quad (4)$$

Em que:

- *AvgCEOCOMP*: Média da remuneração total, da empresa *i*, no período *t*;
- *TaxAvoid*: Proxy para planejamento tributário da empresa *i*, no período *t*;
- *LNTotAss*: Logaritmo natural para o Ativo Total da empresa *i*, no período *t*;
- *NetInc*: Margem líquida da empresa *i*, no período *t*;
- *CGN1*: *Dummy* para controlar Governança Corporativa Nível 1 da empresa *i*, no período *t*;
- *CGN2*: *Dummy* para controlar Governança Corporativa Nível 2 da empresa *i*, no período *t*;
- *CGNM*: *Dummy* para controlar Governança Corporativa em Novo Mercado da empresa *i*, no período *t*;

Para Bushman e Smith (2001) e Pukthuanthong, Talmor e Wallace (2004), medidas de desempenho e de tamanho são utilizadas frequentemente para o estabelecimento de incentivos oferecidos aos gestores.

4. Análise dos resultados

Para cumprir com o objetivo de investigar o incentivo financeiro recebido pelos executivos das empresas brasileiras de capital aberto, que compõem o IBRX100, para o uso do planejamento tributário, durante o período de crise compreendido entre os anos de 2010 a 2016 e, adicionalmente, verificar se os níveis de governança corporativa restringem as ações do exe-

cutivo na adoção de políticas de planejamento tributário agressivas, inicialmente são apresentados os resultados obtidos com a estatística descritiva na Tabela 2.

Os resultados apontam para remuneração mínima de R\$72.010,00 anuais e máxima de R\$44.134.950,00. A média encontrada da remuneração foi de R\$2.362.462,42 e desvio padrão de R\$3.229.507,00. O valor adotado para medir o planejamento tributário variou entre -0,2367 a 0,3495, com média de -0,3367 e desvio padrão de 0,0012. Segundo os números, há companhias que apresentaram planejamento tributário agressivo, com redução de quase toda a carga tributária direta, que é de 34%. Em média, as empresas apresentaram redução de 1,33% da tributação sobre o lucro.

As companhias apresentaram ativos que variaram entre R\$142.846,00

e R\$2.019.251.000,00, com média de ativos de R\$33.463.142,00 e desvio-padrão de R\$163.703.478,00. A margem líquida encontrado variou margem negativa de 132% e positiva de 35%, com margem líquido média negativa de 92% e desvio-padrão de 49%.

Posteriormente, verificou-se a não violação dos pressupostos e especificações do modelo de regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO), conforme Tabela 3.

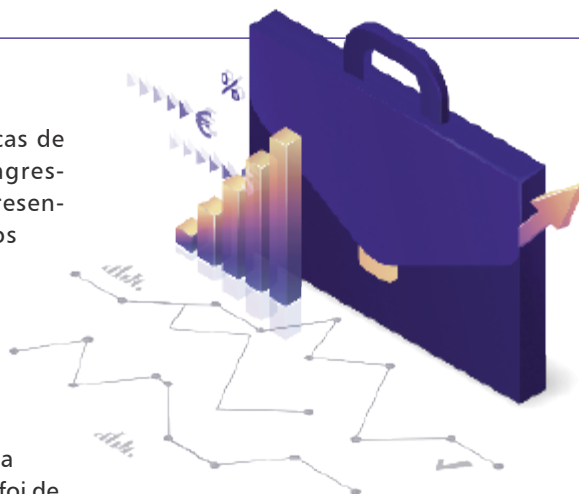


Tabela 2 - Estatística Descritiva

Variável	Obs	Ind	Min	Max	Média	Desvio-padrão
Remuneração Média CEO	1500	300	72.010	44.134.950	2.362.462,42	3.229.507
Planejamento Tributário	1500	300	-0,2367	0,3495	-0,3367	0,0012
Total Ativos	1500	300	142.846	2.019.251.000	33.463.142	163.703.478
Margem Líquida	1500	300	- 132%	35%	-92%	49%
CGN1	1500	300	-	-	-	-
CGN2	1500	300	-	-	-	-
CNNM	1500	300	-	-	-	-

Fonte: os autores.

Tabela 3 – Não violação dos pressupostos e especificações do modelo de regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO)

Teste	Finalidade do teste	Resultado		
		Valor Médio	Valor Máximo	Desejado
Shapiro-Wilk	Normalidade da distribuição dos dados	Distribuição Normal		P>0,05
Fator de Inflacionamento da Variância (VIF)	Colinearidade entre as variáveis	1,18	1,33	<10
Grau de tolerância (1/VIF)	Existência de multicolinearidade	0,86	0,99	>0,1
Breusch-Pagan-Godfrey	Verificar se há heterocedasticidade	Há heterocedasticidade		
White	Verificar se há heterocedasticidade	Há heterocedasticidade		

Fonte: os autores.

Também se procedeu ao teste robusto para diferenciação de interceptos de grupos e os testes de Breusch-Pagan e Hausman para verificar, dentre os modelos de MQO, efeitos fixos ou efeitos aleatórios, o que mais se adequa aos dados da pesquisa. (tabela 4)

De acordo com os testes para a escolha do modelo, dados em painel com efeitos aleatórios se mostraram mais adequados. Em função da existência de heterocedasticidade apontada nos testes formais, foi utilizado o modelo de efeitos aleatórios com a técnica de regressão com erros-padrão robusto.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 5, com significância estatística de 5%, não se rejeita H1 – tal que os achados sugerem que a redução na carga tributária impacte positivamente sobre a remuneração executiva. Nota-se que o fenômeno ocorre em empresas com maior porte, com significância a 1%. A lucratividade não apresentou significância segundo os resultados.

Assim, os achados estão alinhados com a teoria da Agência, demonstrando que por meio da remuneração executiva, é possível direcionar as ações da diretoria e alinhar os objetivos dos agentes aos dos acionistas, conforme admitido por Jensen e Murphy (1976). O

Teste robusto para diferenciar interceptos	Teste Breusch-Pagan	Teste de Hausman
H0 = MQO / H1 = EF	H0 = MQO / H1 = EA	H0 = EA / H1 = EF
F(3, 293) = 3,28	Qui-Quadrado (01) = 1426,52	Qui-Quadrado (4) = 1,98
Prob > F = 0,0212	Prob > chibar2 = 0,0000	Prob > chibar2 = 0,7394

Fonte: os autores.

	Coef.	Erro Padrão	Z	P>z	Significância
Coeficient	-8763026	1573738	-5,57	0.000	***
Planejamento Tributário	1150200	556274,1	2,07	0.039	**
Tamanho	702576,1	110307,5	6,37	0.000	***
Margem Líquida	2.871721	1,774834	1,62	0.106	
CG N1	201222.8	641325,3	0,31	0.754	
CG N2	-414966,2	494565,8	-0,84	0.401	
CG NM	993500,6	1573738	4,06	0.000	***
Prob > F = 0.0000					

R² = 0.3356 | Significance: *** 0,01; ** 0,05; * 0,10.

Fonte: os autores.

coeficiente sugere que, em média, para a amostra e o período selecionados no estudo, há um acréscimo de R\$1.150.200,00 para cada 1% de redução na carga tributária.

Este acréscimo representa, aproximadamente, 16 vezes a menor remuneração da amostra ou ainda, aproximadamente, 48% da remuneração média encontrada na amostra do estudo. Esses achados indicam que o empenho de esforços de executivos em adotar uma postura mais agressiva quanto ao planejam-

to tributário, conforme descrito por Hanlon e Heitzman (2010) e Martinez (2017), pode render uma remuneração adicional relevante.



“De acordo com os testes para a escolha do modelo, dados em painel com efeitos aleatórios se mostraram mais adequados. Em função da existência de heterocedasticidade apontada nos testes formais, foi utilizado o modelo de efeitos aleatórios com a técnica de regressão com erros-padrão robusto.”



Esses achados também permitem afirmar que os executivos brasileiros, para a amostra e períodos estudados, apresentam apetite ao risco fiscal em função do pagamento de bônus para tal assunção, conforme predito por Murphy (2012). No entanto, os achados também estão alinhados com a teoria em relação à governança corporativa enquanto limitador na atuação dos executivos em relação ao planejamento tributário.

Segundo os resultados alcançados, apenas a variável de controle de governança corporativa do segmento do Novo Mercado apresentou-se significativa a 1%. Segundo os achados, executivos que atuam nestas empresas percebem uma remuneração maior em aproximadamente R\$993.500,00 em relação aos executivos que atuam em companhias sem segmento definido. Os demais níveis não apresentaram significância estatística.

No entanto, com os resultados alcançados não é possível rejeitar H2, tal que a governança corporativa impacta negativamente sobre a remuneração executiva e práticas de planejamento tributário, dado que apenas para um dos segmentos o modelo apresentou relação estatisticamente significativa.

5. Conclusão

O Brasil enfrentou, a partir dos anos 2010, grave crise econômica decorrente da má implantação de matriz econômica, que resultou em desvalorização de sua moeda frente ao dólar, enfraquecimento do investimento externo nas companhias brasileiras e, por consequência, desvalorização dos papéis das companhias brasileiras frente às companhias globais. Aliado a isso, o país apresenta uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, que cobra até 34% do lucro obtido pelas companhias.

Neste sentido, os esforços de executivos se dão nas mais diversas áreas da companhia, sobretudo para evitar a tributação, principalmente para garantir a continuidade da companhia e buscar a maximização do resultado para o acionista. Assim, o planejamento tributário se apresenta como uma estratégia eficaz na busca pelo pagamento de menos tributos ao Governo. No entanto, as escolhas que levam ao planejamento tributário ensejam em assunção de riscos por parte da companhia, por meio das ações do executivo.

Desse modo, esta pesquisa investigou o incentivo financeiro

pago aos executivos das empresas brasileiras de capital aberto em função do uso do planejamento tributário, durante o período de crise compreendido entre os anos de 2016 e 2020 e, adicionalmente, verificar se os níveis de governança corporativa restringem as ações do executivo na adoção de políticas de planejamento tributário agressivas.

Os resultados da pesquisa sugerem que, por meio do pagamento de bônus na remuneração executiva, os acionistas procuram alinhar os seus interesses aos dos executivos no que tange ao aumento da riqueza, proporcionando aos executivos um pagamento adicional em função da redução da carga tributária incidente sobre o lucro. Assim, o estudo ratifica os estudos anteriores que indicam que a remuneração executiva pode ser um instrumento de alinhamento de interesses entre agente e principal.

“Neste sentido, os esforços de executivos se dão nas mais diversas áreas da companhia, sobretudo para evitar a tributação, principalmente para garantir a continuidade da companhia e buscar a maximização do resultado para o acionista.”

No entanto, os achados deste estudo não permitiram aferir relação entre a governança corporativa, remuneração de executivos e planejamento tributário, dado que para apenas um dos segmentos de governança encontrou-se significância estatística. A literatura existente afirma que há a necessidade de haver um compartilhamento do risco entre agente e principal, e a governança corporativa, dentro de suas características, busca não incentivar o uso agressivo de planejamento tributário nas companhias. Deste modo, sugere-se um aprofundamento em estudos futuros para identificar o papel da governança corporativa sobre a remuneração de executivos e o planejamento tributário.

Assim, o estudo contribui com a literatura que estuda as relações de agência ao analisar três constructos ainda não estudados em conjunto: remuneração executiva, planejamento tributário e governança corporativa. Os achados contribuem ao elucidar pesquisadores e conselhos de administração no sentido de que o executivo está disposto a assumir risco, desde que premiado por isso. Do ponto de vista prático, a pesquisa traz contribuições aos conselhos de administração das companhias abertas no sentido de desenvolverem políticas de remuneração de executivos também com olhos para o planejamento tributário, balizadas pelas boas práticas de governança corporativa.

Esta pesquisa se limitou a estudar este fenômeno em um país que apresentava cenário de crise econômica, alta concentração acionário do capital das companhias estudadas, alta carga tributária e um mercado acionário em amadurecimento. Também se restringiu a coletar os dados publicados em demonstrações contábeis e formulários de referência publicados por órgão regulador. O estudo também não levou em consideração questões que permeiam a relação de agência como o gerenciamento de resultados e o uso extremo de *accruals*.

Neste sentido, estudos futuros podem ser desenvolvidos considerando os impactos dos *accruals* como uma variável de controle na relação entre remuneração de executivos e planejamento tributário. Também sugerimos replicar o estudo com o uso de amostra de países que apresentem características diversas a estas, como economia estabilizada, mercado acionário maduro, pulverização acionária e com carga tributária distinta da vigente no Brasil. Também os estudos acerca da relação de agência podem ser aprofundados com o uso de informações não financeiras, dado que a teoria prediz que características individuais dos executivos podem levar à achados diferentes.



Referências

ARAÚJO, J.; RIBEIRO, M. Trinta anos de pesquisa em Remuneração Executiva e Retorno para o Acionista. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, Brasília, v. 11, p. 21-40, 2017.

ARMSTRONG, C. S.; BLOUIN, J. L.; JAGOLINZER, A. D.; LARCKER, D. F. (2015). Corporate Governance, Incentives, and Tax Avoidance. *Journal of Accounting and Economics*, v. 60, n. 1, p. 1-17, 2015. DOI: 10.1016/j.jaccoco.2015.02.003

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. DOI: 10.1590/s0103-40142017.31890006

- BAUM, C. F. *An Introduction to Modern Econometrics Using Stata*. College Station: Stata Press, 2006.
- BLOUIN, J. Defining and Measuring Tax Planning Aggressiveness. *National Tax Journal*, Chicago, v. 67, n. 4, p. 875-900, 2014.
- BREUSCH, T. S.; PAGAN, A. R. The lagrange multiplier test and its applications to model specification in econometrics. *The Review of Economic Studies*, Oxford, v. 47, n. 1, p. 239-253, 1980. DOI: 10.2307/2297111
- BUSHMAN, R.; DAI, Z.; WANG, X. Risk and CEO turnover. *Journal of Financial Economics*, v. 96, n. 3, p. 381-398, 2010.
- BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Financial accounting information and corporate governance. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 237-333, 2001. DOI: 10.1.1.467.6157
- CONYON, M. J.; SCHWALBACH, J. European differences in executive pay and corporate governance. In: Gabler Verlag, Wiesbaden. Horst Albach (Ed.). *Corporate Governance: ZfB-Ergänzungshefte*, v. 1, p. 97-114, 2000.
- COSTA, D. F.; SILVA, A. C. M.; MOREIRA, B. C. M.; COSTA, M. F.; ANDRADE, L. P. Proposta de um Modelo de Previsão do Resultado para o Planejamento Tributário de Pequenas Empresas. *Enfoque Reflexão Contábil*, v. 37, n. 3, p. 93-110, 2018.
- DESAI, Mihir A.; DHARMAPALA, Dhammika. Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of financial Economics*, v. 79, n. 1, p. 145-179, 2006.
- FRANÇA, T. S.; BEZERRA, F. A. Agressividade tributária nas empresas de capital aberto que atuam em mercado regulado. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 14, n. 1, p. 110-130, 2022.
- GRAHAM, J.R. Taxes and corporate finance: a review. *Review of Financial Studies* v. 16, p. 1074-1128, 2003.
- GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HANLON, M.; HEITZMAN, S. A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2, p. 127-178, 2010. DOI: 10.1016/j.jacceco.2010.09.002
- JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, New York v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. DOI: 10.1016/0304-405X(76)90026-X
- MARCHESI, R. F.; ZANOTELI, E. J. Agressividade Fiscal e Investimentos no Mercado Acionário Brasileiro. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, p. 065-083, 2021.
- MARQUES, V. A.; ZUCOLOTO, A.; ACERBE, L. G.; ZANOTELI, E. J. Incerteza Econômica e Nível de Agressividade Tributária das Empresas Listadas na B3. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 16, n. 1, 2022.
- MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária: uma survey da literatura. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, v. 11, p. 106-124, 2017.
- _____; RAMALHO, V. P. Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 16, n. 49, p. 7-16, 2017.
- MOMENTE, T. T. et al. Nível de Planejamento Tributário em Épocas de Crise no Mercado Brasileiro. In: Congresso Anpcont. 11., 2017, Belo Horizonte. *Anais [...]*. São Paulo: ANPTCONT, 2017.
- MURPHY, K. J. Pay, politics and the financial crisis. In: BLINDER, A.; LO, A.; SOLOW, R. *Rethinking the Financial Crisis*, New York: Russell Sage Foundation, 2012.
- NASCIMENTO, J. O.; MARTINS, F. R. C.; ZITTEI, M. V. M.; LUGOBONI, L. F.; ARAUJO, J. A. O. Estrutura Formal e instrumentos da Controladoria em Empresas Familiares que buscam implementar boas práticas de Governança Corporativa. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 3-25, 2016.

PESARAN, M. H. *Design and analysis of large lithium-ion battery systems*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

POTIN, S.; SILVA, V. C.; REINA, D.; SARLO NETO, A. Análise da relação de dependência entre proxies de governança corporativa, planejamento tributário e retorno sobre ativos das empresas da BM&FBovespa. *Revista Organizações em Contexto*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 455-478, 2016.

PUKTHUANHONG, K.; TALMOR, E.; WALLACE, J. S. Corporate governance and theories of executive pay. *Corporate Ownership & Control*, v. 1, n. 2, pp. 41-62, 2004. DOI: 10.1007/s10551-015-2962-0

REDIVO, J. F.; ALMEIDA, D. M.; BEUREN, I. M. Reflexos dos Controles de Gestão no Planejamento Tributário: Um Estudo em uma Pequena Empresa Industrial. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 77, p. 55-67, 2020.

SCALZER, R.; ALMEIDA, J.; COSTA, F. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 117-130, 2008.

SILVA, A. L. C. *Governança Corporativa e Decisões financeiras no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SILVA, E. B.; EVANGELISTA, A. A. Planejamento tributário: uma análise comparativa sobre a retiradas dos sócios através do pró-labore, dividendos e juros sobre o capital próprio. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 19-37, 2017.

SILVEIRA, A. D. M. *Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil*. 2002. 165 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SLEMROD, J. The economics of corporate tax selfishness. *National Tax Journal*, Chicago, v. 57, p. 877–899, 2004.

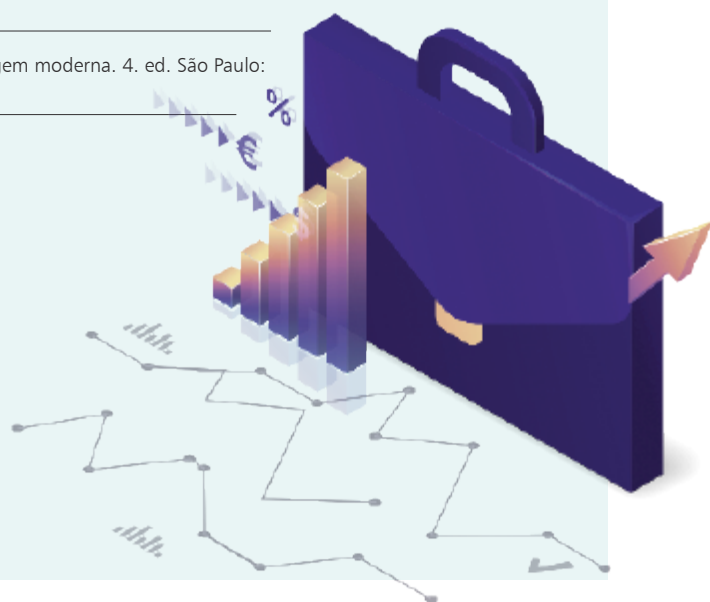
SLEMROD, J.; YITZHAKI, S. Tax avoidance, evasion and administration. In: AUERBACH, A.J., FELDSTEIN, M. (Eds.), *Handbook of Public Economics*, v. 3, p. 1423–1470, 2002.

SONTAG, A. G.; HOFER, E.; BULHÕES, R. Planejamento tributário: um estudo aplicado a uma empresa paranaense. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 211-225, 2015.

SOUSA NETO, J. A.; JORDÃO, R. V. D.; PINHEIRO, J. L.; MARQUEZINE, R. P. Juros Sobre Capital Próprio como forma de remuneração de acionistas: um estudo sobre o conflito de agência e as práticas de planejamento tributário. *Revista de Administração FACES Journal*, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 90-108, 2014.

WANG, Fangjun et al. Corporate tax avoidance: A literature review and research agenda. *Journal of Economic Surveys*, v. 34, n. 4, p. 793-811, 2020.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. 4. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.





A participação feminina no mercado de trabalho contábil: uma análise sobre a atuação das contabilistas nos escritórios do Recôncavo Baiano

As conquistas femininas e as barreiras enfrentadas pelas mulheres são algo bastante debatido na Contabilidade, pois, embora esse grupo tenha ganhado espaço, ainda ocorrem situações que implicam maior sucesso feminino na carreira contábil. Assim, o estudo tem por objetivo analisar a participação feminina nos escritórios de contabilidade do recôncavo baiano. Trata-se de uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa, delineada como um levantamento survey. Os dados foram coletados por meio de questionário através do Google Forms, totalizando 30 participantes, bacharéis em Ciências Contábeis dos escritórios das cidades de Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira e Muritiba. Observou-se que as mulheres estão em maioria entre os respondentes, porém são minoria quando se trata dos proprietários dos escritórios, tendo predominância em cargos de auxiliares/assistentes. Além disso, a maior parte dos pesquisados discorda que sofreu preconceito para se inserir no mercado contábil devido ao sexo, demonstrando que os profissionais não enxergam mais impedimentos quanto ao destaque feminino na Contabilidade. Desta forma, a pesquisa contribui para conhecimento do grupo feminino na Contabilidade, precisamente, aos escritórios do recôncavo baiano, devido ao quantitativo baixo de estudos nesta região sobre a mulher e a Contabilidade.

Camila de Oliveira Cardoso

Bacharela em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Maria Milza.

E-mail: camilacardoso0307@gmail.com

Caroline de Souza dos Santos

Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Bacharela em Ciências Contábeis (UNIMAM). Atua também como docente no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Maria Milza.

E-mail: caroline.mtx@gmail.com

1. Introdução

Atualmente as mulheres têm ganhado espaço no mercado de trabalho, embora antigamente vivenciassem algumas situações de submissão. Em concordância com isso, Sousa (2008) afirma que a classe feminina era enxergada como submissa aos homens, fosse ele seu pai ou seu marido.

Existem áreas que antes eram majoritariamente masculinas, mas que hoje em dia têm uma presença maior de mulheres, e uma delas é a contabilidade, em que, conforme Kirkman e Loft (1993), era um setor predominado por homens devido ao fato de envolver cálculos, gestão, entre outras temáticas. O grupo feminino, que antes era minoria na área contábil, corresponde a 45,9 %, quase metade dos profissionais da contabilidade ativos por gênero e região (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2020), sendo em quantidade 164.931, enquanto os homens são 193.876. Entretanto, Silva (2020) afirma que, apesar do crescimento feminino no ramo contábil, grande parte dos cargos de poder continuam sendo destinados ao público masculino.

No entanto, as mulheres estão em maior número no âmbito acadêmico no curso superior de Ciências Contábeis. De acordo com os resultados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2019, as estudantes representavam aproximadamente 55,20% das ingressas no curso de Ciências Contábeis, demonstrando mais uma conquista na carreira contábil. Apesar deste avanço, o grupo feminino, no que diz respeito à Contabilidade, ainda lida com estereótipos direcionados à mulher contadora. Neste sentido, Moura et al. (2016), em análise da cinematografia voltada para os estereótipos ligados ao contador, considera que

as contadoras possuem qualidades, como criatividade, pontualidade e visão estratégica, entre outras, todavia, quando se trata do negativo, os estereótipos são de submissas, antissociais, solitárias, frias, desonestas e antiéticas.

Perante a evolução das mulheres na Contabilidade, o presente estudo é norteado por meio do seguinte questionamento: Qual é o cenário atual da participação feminina nos escritórios de contabilidade do recôncavo baiano? Em consequência do crescimento feminino e das várias conquistas na Contabilidade, bem como dos obstáculos enfrentados pela mulher contadora, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a participação feminina nos escritórios de contabilidade do recôncavo baiano.

Ressalta-se a necessidade de estudos com a temática das mulheres na Contabilidade no Recôncavo Baiano devido à falta de pesquisas correlatas na região que envolvam o grupo feminino de forma específica, de modo a expor as situações e perspectivas relacionadas a este público. Assim, este trabalho poderá contribuir para ampliação do conhecimento do que implica estas mulheres ou auxiliá-las na profissão contábil.

2. Revisão de Literatura

2.1 Inclusão Feminina no Mercado de Trabalho

A expansão feminina no mercado de trabalho tem sido notória. Segundo a Síntese de indicadores sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2021, nos últimos anos, a participação das mulheres no mercado de trabalho passou a representar 41,20% da força laboral, enquanto os homens, 61,40%.

Apesar desse aumento, existem fatos que tornam este ocorrido algo a ser debatido, como, por exemplo,

o de as mulheres serem maioria no campo acadêmico, porém minoria em grande parte das ocupações. Corroborando a isso, os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019) mostraram que, do total de 6.153.560 de pessoas matriculadas nos cursos superiores, 3.340.115 eram mulheres e 2.724.445 homens, constatando que esse primeiro público é maioria nas entidades de ensino superior.

Além disso, o grupo feminino possui menor rendimento em relação ao masculino, tanto que, conforme a Síntese de Indicadores Sociais, no ano de 2020, o rendimento mensal de todos os trabalhadores era de R\$2.372,00, porém, para os homens, a estimativa era de R\$2.608,00 e para mulheres de R\$2.307,00, sendo assim, o sexo masculino ganhava em média 28,1% a mais que o feminino (IBGE, 2021).



“Apesar das conquistas, o grupo feminino ainda lida com algumas situações em relação à diferença de gênero na contabilidade. As barreiras enfrentadas pela mulher no ambiente laboral são chamadas de ‘teto de vidro.’”

Neste sentido, o fato de o público feminino ter ganhado espaço no mercado de trabalho pode ser considerado um importante mérito ao longo de sua jornada no mercado de trabalho, pois onde antes eram vistas apenas como mão de obra suplementar, atualmente participam ativamente desse meio.

2.2 Participação da Mulher na Área Contábil

Assim como no mercado de trabalho de forma geral, o ambiente contábil teve seu início formado predominantemente por homens. De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), 2019, as mulheres em 1950 representavam apenas 1,3% da classe contábil. Para quebrar esses paradigmas, ainda há uma certa complexidade, porém não é impossível, tanto que as mulheres começaram a entrar na profissão, mesmo que a princípio de maneira tímida.

Hoje em dia, a classe feminina ganhou força na Contabilidade, porém continua sendo minoria. De acordo com os dados dos profissionais da contabilidade ativos por gênero e região (CFC, 2021), dos 517.361 profissionais registrados, 42,80% eram mulheres e 57, 20% homens. No que se refere ao Estado

da Bahia, a quantidade de profissionais femininas ativas, de acordo com os dados do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), 2021, são 8.677 (39,52%), enquanto os homens são 13.279 (60,48%).

As mulheres obtiveram várias conquistas nesse meio, como, por exemplo, o fato de estarem presentes majoritariamente nos cargos de chefia, como diretoria, coordenações, gerências e supervisões, no Conselho Federal de Contabilidade, somando mais de 65% (CFC, 2019). Além disso, no campo acadêmico, foi constatado pelo Censo Superior da Educação (INEP, 2019), que dentre os matriculadas no curso de Ciências Contábeis 55,20% eram mulheres.

Apesar das conquistas, o grupo feminino ainda lida com algumas situações em relação à diferença de gênero na contabilidade. As barreiras enfrentadas pela mulher no ambiente laboral são chamadas de «teto de vidro», que, conforme Zabbotti (2017), refere-se ao termo utilizado para denominar as desigualdades e faltas de oportunidades devido ao seu gênero. Corroborando o exposto, em um estudo realizado por Santos, Melo e Batinga (2021), algumas mulheres nos escritórios de contabilidade relataram que às vezes as pessoas preferem

ser atendidas por homens. O estudo também evidencia que estas possuem remuneração menor ou sofrem com comentários sexistas.

Mediante este contexto, a questão salarial ganha notoriedade pelo fato de as mulheres ainda lidarem com diferenças no que se refere a sua renda. Como exemplo, pode-se citar a discriminação salarial na profissão de *controller*, conforme verificado por Silva, Ames e Silva (2020) em um estudo dos profissionais *controllers* ativos brasileiros no *LinkedIn*, no qual o sexo masculino possuía em média remuneração de 10 a 12 salários-mínimos, enquanto o feminino, possuía remuneração de 7 a 9 salários-mínimos, demonstrando que as mulheres, além de serem minoria na controladoria, enfrentam a problemática salarial, com rendimentos menores se comparado com o sexo oposto.

Assim, observa-se que, mesmo com todos os avanços conquistados no espaço contábil, a classe feminina ainda passa por situações de desprestígio na contabilidade, devido às consequências de práticas do passado, relacionadas principalmente à discriminação de gênero.



3. Metodologia

Este estudo tem como natureza descritiva, posto que tem o intuito de ter ciência sobre a situação feminina no mercado de trabalho contábil, nos escritórios de contabilidade do Recôncavo Baiano. O Recôncavo Baiano é formado por 19 municípios, estando situado em volta da Baía de Todos-os-Santos, localizada no Estado da Bahia, na região Nordeste. Conforme Castro (2012), é conhecido internacionalmente pela diversidade cultural, principalmente pelas suas festividades. Apesar disso, existem poucos estudos que tratem sobre o Recôncavo Baiano ou alguma cidade desta região no que diz respeito à participação feminina na Contabilidade. Sendo assim, para analisar a percepção dos contadores, por critérios de conveniência, as cidades escolhidas foram Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira e Muritiba.

Foi escolhida como abordagem quali-quantitativa, pois foi utilizada a verificação de questões subjetivas referentes ao universo feminino contábil, buscando compreender as possíveis barreiras deste público e a análise de variáveis quantitativas, como o tempo de experiência em anos, quantitativo de mulheres em cargos de gestão, número de respondentes por área de atuação e sexo, diferença salarial em anos, entre outras. Ainda, utilizou-se o pacote *Likert* do Programa R 4.1.0, usando estatística descritiva com foco em análise de frequência de respostas, em que, a partir disso, foram elaborados gráficos, tabelas e imagens como forma de possibilitar o exame sobre comportamento dos dados obtidos.

Além disso, escolheu-se a técnica de levantamento do tipo *survey* por haver contato direto com os contadores dos escritórios de 4 cidades localizadas no recôncavo, objetivando verificar as particularidades dos locais de estudo mediante o contexto da temática.

As cidades citadas foram escolhidas devido à proximidade ao município onde as autoras residem e a instituição de ensino na qual estão vinculadas, sendo nesses municípios o lócus da pesquisa os escritórios de contabilidade, que, de acordo com o CRCBA, 2021, são ao todo 36 empreendimentos. Os participantes do estudo são os bacharéis em Ciências Contábeis dos escritórios das cidades selecionadas, desde sócios a auxiliares.

Como forma de coleta de dados, optou-se por um questionário contendo vinte e cinco questões, com perguntas objetivas e de escala *likert*, dividido em quatro blocos, iniciando-se no primeiro bloco sobre o perfil dos respondentes; o segundo sobre mulheres nos cargos de poder dos escritórios pesquisados; o terceiro referindo-se à questão salarial

entre homens e mulheres, e o último quanto à condição das mulheres contadoras referente à entrada e à atuação nos escritórios. O instrumento de coleta foi aplicado tanto on-line, via *Google Forms*, enviado através de e-mail e *whatsapp*, quanto pessoalmente, considerando a vacinação da maioria da população em combate à Covid-19 e respeitando todas as medidas socio sanitárias. Totalizou-se uma amostra de 30 respostas de 50 questionários enviados.

Referente aos dados coletados, eles foram tabulados em uma planilha eletrônica, na qual, como forma de análise, foram elaborados gráficos, tabelas e figuras. As questões de escala *Likert* foram analisadas a partir do Programa estatístico R versão 4.1.0, sendo utilizado o pacote *Likert*, o qual interpretou as informações quantitativas por meio da transformação em figura que representa o nível de concordância ou discordância de cada uma das variáveis.

4. Resultados e discussões

Este capítulo refere-se às discussões e às análises dos resultados obtidos após a aplicação dos questionários aos contadores dos escritórios de contabilidade do Recôncavo Baiano. Os resultados tratam sobre a realidade feminina nos escritórios e as opiniões dos contadores sobre esta, onde são expostas as conclusões relacionadas aos achados encontrados.

Na Figura 1, está exposta a análise feita através do Programa estatístico R versão 4.1.0 das questões de escala *likert*, no qual é exposto o nível de concordância e discordância dos respondentes referente a esses questionamentos. O índice vai de 1 a 5, sendo 1 *Strongly Disagree* – Discordo



Totalmente e 5 *Strongly Agree* – Concordo Totalmente. Além disso, a Tabela 1, apresentada logo em seguida, apresenta a legenda para as questões analisadas mediante a Figura 1.

Na Tabela 1, são demonstradas as questões de escala *likert* de 8 a 25, sendo utilizado como uma legenda para a Figura 1. As questões de 8 a 13 são referentes às mulheres como líderes; 16 a 17 refere-se à diferença salarial entre gêneros; e 18 a 25 sobre as barreiras enfrentadas pela mulher na carreira contábil.

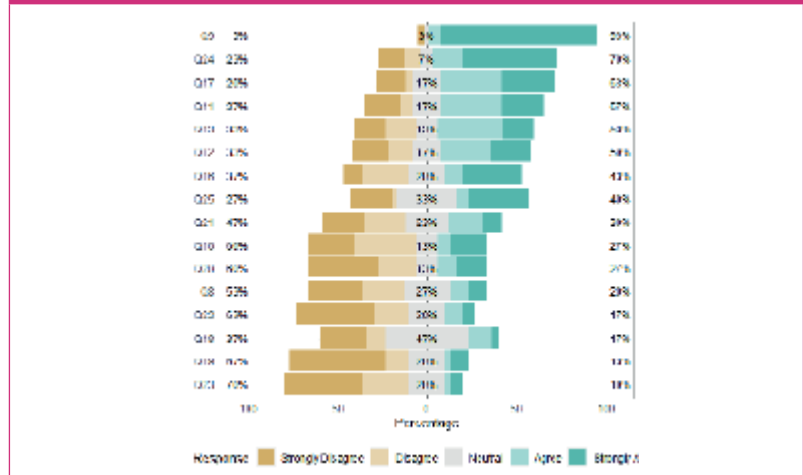
4.1 Perfil dos respondentes

A partir da análise dos dados, foi possível identificar que as mulheres são maioria dos respondentes, cujos resultados estão sintetizados na Figura 2.

A Figura 2 releva que as mulheres são 60% dos respondentes, sendo 20% a mais do que os homens nos escritórios. O aumento feminino pode ser justificado devido ao fato de possuírem grau de escolaridade maior em comparação ao homem (MOTA; SOUZA, 2013).

Além disso, observou-se que, na realidade de estudo, as mulheres, em sua maioria (55,56%), estão em cargos de auxiliares/assistentes e, destas, grande parte atua em mais de uma área (55,56%), sendo a segunda área com maior presença feminina a fiscal com 22,22%. Zabotti (2017) afirma que quanto maior a hierarquia das organizações, a presença feminina se torna menor em algumas posições, e antigamente as mulheres eram vistas em funções de escriturárias, secretárias e datilógrafas, atividades que atualmente são consideradas de assistentes. Um dos motivos de elas estarem em maioria na área fiscal pode ser pelo fato de que, em 1970, houve uma concentração feminina na área tributária, pois a profissão de auditora demandava viagens e períodos prolongados fora de casa (ROBERTS; COUTTS, 1992).

Figura 1 – Resultados estatísticos



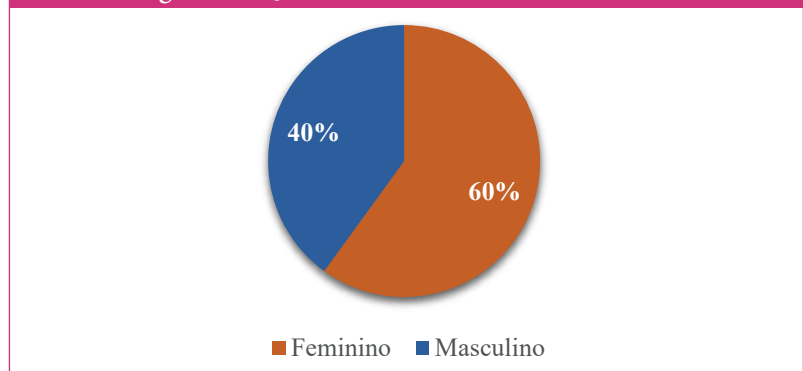
Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 1 – Legenda referente as variáveis analisadas na figura: questões 8 a 25

Numeração	Questão
Q8	Homens têm mais facilidade em lidar com cargos de poder.
Q9	Mulheres são igualmente capazes em relação aos homens de ocuparem cargos de gestão.
Q10	Há oportunidades igualitárias na ascensão para cargos superiores para homens e mulheres.
Q11	No escritório onde trabalho as mulheres estão mais presentes nos cargos de gestão.
Q12	Questões de gênero implicam no destaque feminino nos cargos de gestão.
Q13	As mulheres líderes enfrentam dificuldades na aceitabilidade de ordens, decisões e ideias.
Q16	Há igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem cargos iguais ou equivalentes.
Q17	Em cargos com remuneração maior homens têm maior aceitabilidade.
Q18	Tenho preferência em trabalhar com homens do que com mulheres.
Q19	Enfrentei dificuldades para me inserir no mercado de trabalho contábil devido ao meu gênero.
Q20	Ter filhos pode servir como empecilho para a mulher em uma vaga de emprego na área contábil.
Q21	Há preferência pelo trabalho de homens contabilistas, pois mulheres têm a possibilidade de gravidez, podendo prejudicar de alguma forma o escritório.
Q22	Encontro dificuldades entre conciliar a vida pessoal e o trabalho no escritório.
Q23	Os homens também sofrem discriminações unicamente em função de gênero.
Q24	Nunca sofreu discriminação dentro do ambiente de trabalho contábil devido ao meu gênero.
Q25	A empresa desenvolve políticas visando estimular a diversidade de gênero e equidade entre os sexos, assim como combater diferentes formas de preconceito.

Fonte: elaborado pelas autoras (2022), adaptado de Zabotti (2017) e Pavanelo, Araújo e Hey (2018).

Figura 2 – Quantitativo de Homens x Mulheres



Fonte: dados da pesquisa (2022).

4.2 Mulheres como líderes

A liderança feminina é um assunto a ser debatido, posto que as mulheres muitas vezes estão em minoria na área de gestão. Nos escritórios pesquisados, as mulheres estão presentes em apenas 20,00% como contadoras responsáveis. Conforme Santos (2018), devido às situações de discriminações a que as mulheres foram submetidas e a submissão em relação aos homens, elas não têm muitas vezes iniciativa para adentrarem em cargos mais altos.

Levando em consideração a análise estatística elaborada pelo Programa R, os respondentes tendem a discordar totalmente ou parcialmente em 53,00% que os homens têm facilidade em lidar com cargos de poder. Isso expõe que os contadores acreditam que há igualdade em relação à capacidade de ambos os sexos quanto à liderança.

Ainda em relação aos cargos de poder, os participantes da pesquisa têm tendência a concordarem totalmente ou parcialmente (93,00%) no sentido de as mulheres serem capazes de lidar igualmente como os homens. Corroborando o exposto, Fabrício, Ferreira e Borba (2021), em um estudo sobre as mulheres líderes de alguns países, informam que elas se desempenham de melhor forma que os homens nos cargos de lide-

rança devido ao fato de serem mais cuidadas por causa da construção social histórica.

Quanto à disponibilidade de forma igualitária para a entrada feminina nestes cargos mais altos, 60,00% dos participantes tendem a discordar que existam chances igualitárias. Em determinadas vezes os homens veem as mulheres como ameaças, devido a isso aumentam as dificuldades para ascensão feminina a alguns cargos ou posições (OLIVEIRA, 2021).

No que diz respeito à presença feminina na gestão dos escritórios, 57,00% concordam totalmente ou parcialmente que as mulheres estão mais presentes. Porém, segundo os dados coletados há divergência, posto que as mulheres estão em maior presença como auxiliares (55,56%). Além disso, conforme a Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (IBGE, 2021), as mulheres no ano de 2020 ocupavam apenas 37,4% dos cargos gerenciais.

Buscou-se analisar se o gênero implicava o destaque das mulheres em cargos de gestão e observou-se que 50,00% dos pesquisados concordaram totalmente ou parcialmente com essa afirmativa. Isto corrobora as autoras Nunes e Lima (2021), que apresentam o “ piso pegajo-

so” que se refere ao fato de as mulheres, na maioria das vezes, serem submetidas a trabalhos com remuneração menor e o “teto de vidro”, em que haverá mais homens em cargos com maior remuneração e reconhecimento.

Por fim, foi verificado se as mulheres têm dificuldades em relação a firmar as ordens, ideias e decisões quando líderes, e como resposta a maioria concordou totalmente ou parcialmente em 53,00% com esta ideia. Cembranel, Floriano e Cardoso (2020) afirmam que um dos motivos disto é que os homens são vistos como líderes naturalmente, enquanto as mulheres sempre têm que provar que são capacitadas para ocupar cargos de liderança.



“ Ainda em relação aos cargos de poder, os participantes da pesquisa têm tendência a concordarem totalmente ou parcialmente (93,00%) no sentido de as mulheres serem capazes de lidar igualmente como os homens. ”

4.3 Diferença Salarial entre Gêneros

Uma das problemáticas que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho é a diferença salarial, pois, na maioria das vezes, o público feminino tem remuneração inferior ao masculino ocupando a mesma função. Nahra e Costa (2021) afirmam que a diferença salarial entre gêneros inicia-se quando ambos recebem salários diferentes do mesmo empregador, exercendo a mesma função, demonstrando que o mundo trabalhista reproduz a desigualdade imposta na sociedade em relação a mulher.

Como forma de verificar se há diferença salarial entre homens e mulheres nos escritórios de contabilidade, foi feita uma análise frente a isso, obtendo-se como resultados que tanto homens quanto mulheres estão na faixa salarial de 2 a 3 salários-mínimos; quando se diz respeito à faixa de 4 a 5 salários-mínimos, os homens são maioria, sendo 33,33%, e as mulheres, 5,56%. Já, na faixa acima de 6 salários-mínimos, apenas uma mulher está presente nesta faixa, que trabalha no escritório há 15 anos, sendo a contadora responsável deste.

Além disso, para verificar essa disparidade salarial, verificou-se a experiência em anos dos contadores nos escritórios. Nesta pesquisa as mulheres e os homens atuam em maioria de 2 a 5 anos, porém, quando se trata da atuação em 15 anos, as mulheres são maioria, com 16,67%, enquanto os homens não pontuaram. No estudo de Lodi e Lodi (2021), as mulheres têm em sua maioria 15 anos de atuação nos escritórios, diferente desta pesquisa, que é a segunda faixa com maior presença feminina e, não, a primeira.

Deste modo, os pesquisados tendem a concordar em 43,00% que há igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Apesar disso, Keine e Buss (2021) consideram que mes-

mo as mulheres sendo colocadas na mesma posição que os homens, com atividades e nível de responsabilidades iguais, o salário do público masculino costuma ser maior.

Ainda, apesar do que foi evidenciado pelos participantes acima, a maioria dos respondentes concorda que os homens têm maior aceitação em cargos com remuneração maior (63,00%). Nahra e Costa (2020) trazem o fato de que os postos com maior remuneração normalmente são ocupados por homens, embora as mulheres tenham nível de escolaridade maior.

4.4 Barreiras Enfrentadas pela Mulher Contadora

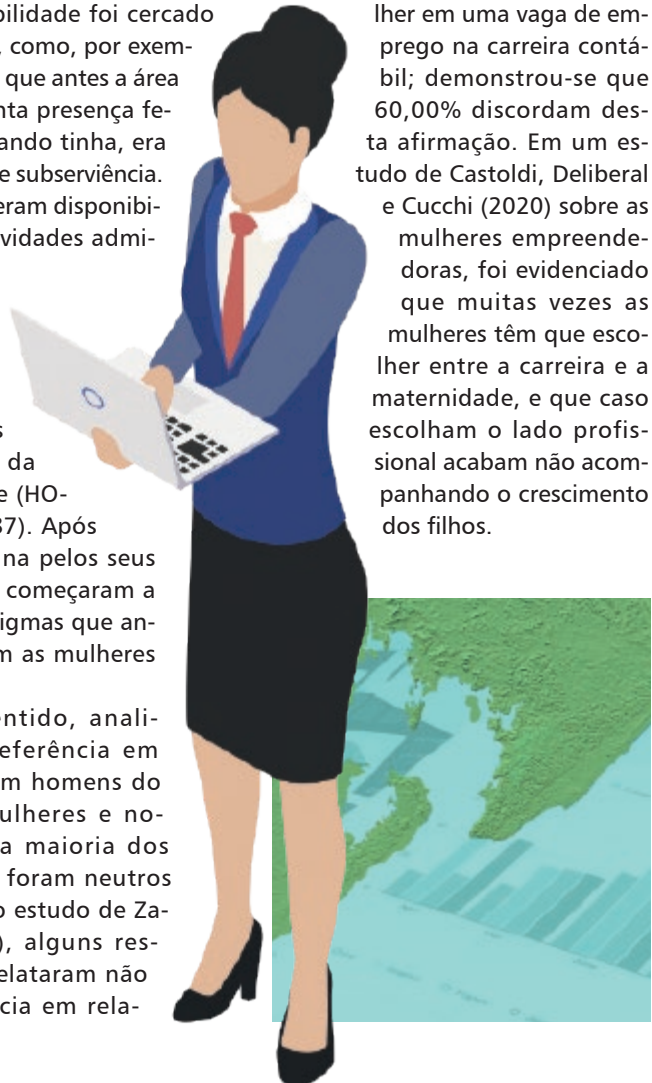
O processo de entrada feminina na contabilidade foi cercado por estigmas, como, por exemplo, o fato de que antes a área não tinha tanta presença feminina e, quando tinha, era em funções de subserviência. As mulheres eram disponibilizadas às atividades administrativas e de secretariado, enquanto os homens estavam nos altos cargos da contabilidade (HOPWOOD, 1987). Após a luta feminina pelos seus direitos, elas começaram a vencer os estigmas que antes infringiam as mulheres contadoras.

Nesse sentido, analisou-se a preferência em trabalhar com homens do que com mulheres e notou-se que a maioria dos pesquisados foram neutros (47,00%). No estudo de Zambotti (2017), alguns respondentes relataram não ter preferência em rela-

ção a trabalhar com homens do que com mulheres, porém um relatou preferir mulheres por serem mais detalhistas, e outro informou ter certo receio em trabalhar com o grupo feminino devido a este grupo colocar a família em primeiro lugar.

No que diz respeito de sofrerem com dificuldades para inserção no mercado de trabalho contábil por causa do gênero, 67,00% dos respondentes discordaram. Muitas vezes as mulheres sofrem preconceitos no mercado de trabalho, porém não notam pois não é algo escancarado (CEMBRANEL; FLORIANO; CARDOSO, 2020).

Nesta perspectiva, sobre o fato de que possuir filhos poderia ser um empecilho para a mulher em uma vaga de emprego na carreira contábil; demonstrou-se que 60,00% discordam desta afirmação. Em um estudo de Castoldi, Deliberal e Cucchi (2020) sobre as mulheres empreendedoras, foi evidenciado que muitas vezes as mulheres têm que escolher entre a carreira e a maternidade, e que caso escolham o lado profissional acabam não acompanhando o crescimento dos filhos.



Considerando o exposto, os respondentes tendem a discordarem (47,00%) sobre a preferência de contratação dos homens profissionais da contabilidade devido à probabilidade de as mulheres engravidarem e isso poder ser prejudicial para o escritório. Análogo a isso, apesar de a maioria dos respondentes discordarem desta questão, no estudo de Machado e Brunozi (2021) foram encontrados nos resultados que algumas profissionais entrevistadas acreditam que os empresários algumas vezes preferem contratar homens por temor de as mulheres colocarem a família acima do trabalho.

Ainda sobre a questão da vida pessoal e o trabalho, os participantes em sua maioria discordaram, parcialmente ou totalmente, que há dificuldade na conciliação da vida pessoal e do trabalho (63,00%). As contadoras da pesquisa de Lourenço et al. (2021) corroboram os resultados da presente pesquisa, visto que a maioria afirmou não ter dificuldades para conciliação da vida pessoal e profissional.

No quesito da discriminação, a maioria dos respondentes discorda que os homens sofrem discriminação por causa do gênero (70,00%). Ainda no que diz respeito à discriminação por conta do gênero, 70,00%

dos participantes tenderam a concordar com o fato de que nunca sofreram discriminação no ambiente de trabalho por este motivo, com valor de discordância semelhante ao da questão anterior. A maioria das contadoras do estudo de Santos, Melo e Batinga (2021) afirmou não sofrer preconceitos na área contábil por serem mulheres, assim como os respondentes deste estudo.

Para saber se os escritórios de contabilidade estão incentivando a igualdade de gênero nos escritórios por meio de políticas, fez-se uma análise em que expõe que 40,00% dos respondentes tendem a concordar totalmente ou parcialmente, que os escritórios têm políticas que incentivam a igualdade de gênero, representando um quantitativo ainda baixo e que deve ser melhorado. buscando aprimorar as questões de gêneros relacionadas à Contabilidade.

5. Considerações Finais

As mulheres conseguiram alcançar várias posições no mercado de trabalho contábil. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar a participação atualmente das mulheres nos escritórios de contabilidade do Recôncavo Baiano.

A pesquisa contemplou os contadores dos escritórios de contabilidade das cidades de Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira e Muritiba e, a partir disso, constatou-se que a maioria dos respondentes são mulheres, em que estas se dividem em mais de uma área; estão mais presentes em cargos de auxiliares; e, quando comparado tempo e salário, elas têm remuneração menor do que os homens pesquisados. Nesta perspectiva, fica exposto o fato de que as mulheres estão tendo mais espaço na carreira contábil, que antes tinha maior presença masculina, além de se desdobrarem com o foco de executar várias funções, estando em posição inferior ao homem, com remuneração menor e mais tempo de trabalho.

Apesar de as mulheres serem minorias em cargos de liderança, a maioria dos respondentes acredita que não há impedimento para a entrada feminina em cargos gerenciais, bem como que exista igualdade do processo de liderança entre homens e mulheres nos escritórios. As mulheres que alcançaram os cargos de liderança são de grande representatividade para que as que querem ocupar estes espaços vençam as inseguranças e as adversidades que importunam o crescimento feminino em cargos mais altos.

“As mulheres conseguiram alcançar várias posições no mercado de trabalho contábil. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar a participação atualmente das mulheres nos escritórios de contabilidade do Recôncavo Baiano.”

O fato de o grupo feminino respondente desta pesquisa informar não sentir dificuldades em relação ao mercado de trabalho contábil devido ao seu gênero demonstra um grande marco, já que, em vários outros estudos trazidos neste trabalho, muitas mulheres informaram sofrer preconceitos em uma profissão que antes era considerada uma profissão masculina. Porém, este fato de as mulheres discordarem da maioria das barreiras não significa que elas não sofram com elas, talvez sofram, mas vivenciam estas situações de forma recorrente no mercado de trabalho que acabaram normalizando.

Como contribuição teórica, neste estudo foi possível demonstrar o que as mulheres conquistaram na profissão contábil, bem como contribuir para a expansão do conhecimento acerca das situações recorrentes referentes à mulher contadora nos escritórios do Recô-

cavo Baiano. Além disso, traz representatividade para o grupo feminino na contabilidade, posto que a entrada feminina na carreira contábil quebra o estereótipo de que a carreira é destinada a homens, fazendo assim com que as mulheres estejam mais presentes nessa profissão, destruindo algumas das adversidades que as infligem.

Neste estudo, a principal limitação foi a obtenção de respostas dos contadores, visto que, na maioria das vezes, eles informavam estar muito ocupados ou simplesmente não respondiam aos questionários enviados de forma on-line. Apesar das limitações, esta pesquisa tem muita importância para os grupos que fazem partes das minorias no mercado de trabalho. Devido a isso, seria importante terem estudos futuros referentes a públicos considerados minoria no mercado de trabalho, bem como na contabilidade, vítimas de preconceitos no univer-



so de trabalho, como negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiências, além de estudos voltados para as mulheres na gestão e sobre os locais que os homens contadores estão atuando em maioria, posto que, neste estudo, foi demonstrado que no âmbito dos escritórios as mulheres estão em maioria.

Referências

CASTOLDI, E. M., DELIBERAL, J. P.; CUCCHI, M. B. Maternidade e carreira: Reposicionamento das Mulheres no Mercado de Trabalho Após a Maternidade. *XX Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão*, Caxias do Sul, RS, 2020.

CASTRO, J. R. B. *Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 1-12.

CEMBRANEL, P., FLORIANO, L. & CARDOSO., J. Mulheres em Cargos de Liderança e os seus Desafios no Mercado de Trabalho. *Revista de Ciências da Administração*, n. 22 57p., 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE *Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero*, 2021. Recuperado de <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/consultaporregiao.aspx?Tipo=0>.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA (2021). *Escritórios Sociedade e Profissionais*, 2021. Recuperado de <http://201.33.22.153:8080/crcba/quantossomosoc.php>.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS *Pelo respeito e pelos direitos: CFC enaltece a importância da mulher na contabilidade*, 2019. Recuperado de <https://crcal.org.br/pelo-respeito-e-pelos-direitos-cfc-enaltece-a-importancia-da-mulher-na-contabilidade/>.

FABRÍCIO, S., FERREIRA, D. M. & BORBA, J. A. Enfrentamento aos Impactos da Covid-19: Governos Liderados por Mulheres Apresentam Melhor Resposta em Prevenção a Pandemia? *Revista Gestão Organizacional*, v. 14 n. 1, p. 390-415, 2021.

HOPWOOD, A. G. Accounting and gender: An introduction. *Accounting Organizations and Society*, v. 12, n. 1, p. 65-69, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese De Indicadores Sociais: Uma Análise Das Condições De Vida Da população brasileira: 2021*. Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior 2019: Resumo Técnico Do Censo Da Educação Superior 2019*. Brasília, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2019*. Brasília, 2019.

KEINE, T.; BUSS, R. J. Desigualdade de gênero: uma análise da mulher na contabilidade da região do norte catarinense. *Ágora: Revista De divulgação científica*, v. 26, p. 45-63, 2021.

KIRKHAM, L. M. & LOFT, A. Gender and the construction of the professional accountant. *Accounting Organizations and Society*, v. 18, n. 6, p. 507-558, 1993.

LODI, M. G.; LODI, I. G. O perfil das mulheres contabilistas proprietárias de escritórios de contabilidade na cidade de Araxá. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, v. 16, n. 17, p. 113-138, 2020. Recuperado de <http://uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/issue/view/43/showToc>.

LOURENÇO, T. K. et al. *Desafio das mulheres que ocupam cargos de liderança*. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica De Goiás, Goiânia, GO, Brasil, 2021. Recuperado de <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2360>.

MACHADO, L.V.; BRUNOZI, A. C. Jr. Fatores Motivadores e Limitadores à Escolha e à Atividade da Profissão Contábil pelas Mulheres. *Anais Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*. São Paulo, SP, Brasil, jul. 2021.

MOTA, E. C. F. & SOUZA, M. A. A evolução da mulher na contabilidade: Os desafios da profissão. *Anais do Congresso Convibra*, São Paulo, SP, Brasil, 2013.

MOURA, M. F. et al. Herói ou Vilão? Mudanças no Estereótipo dos Contadores na Produção Cinematográfica. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade - RAGC*, v. 4, n. 14, p. 129-147, 2016.

NAHRA, C.; COSTA F. A. Desigualdade salarial de gênero e o abismo salarial entre os gêneros. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 52, p. 67-86, 2020.

NUNES, K. K.; LIMA, A. P. Sticky Floor, Glass Ceiling and Queen Bee: The triple barrier imposed by the sexist economy. *Research, Society and Development*, v. 10 n. 8, 2021.

OLIVEIRA, L. B. *Análise da Inserção da Mulher nos Escritórios de Contabilidade da Cidade de Manhuaçu/Mg e Região*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu, MG, Brasil, 2021.

PAVANELO, A., ARAUJO, B.; HEY, L. A. N. A representatividade da mulher contabilista nos escritórios de contabilidade em Curitiba. *FESPPR Pública*, v. 2, n. 3, 2018.

ROBERTS, J.; COUTTS, J. A. Feminization and professionalization: a review of na emerging literature on the development of accounting in the United Kingdom. *Accounting Organizations and Society*, v. 17, n. 3-4, p. 379-395, 1992.

SANTOS, J. S. *Mulheres em posição de poder: um estudo com mulheres que atuam na gestão do setor privado em João Pessoa-PB*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil, 2018.

SANTOS, M. A., MELO, M. C. O. L.; BATINGA, G. L. Representatividade da Mulher Contadora em Escritórios de Contabilidade e a Desigualdade de Gênero na Prática Contábil: Uma Questão ainda em Debate? *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 16, p. 48-163, 2021.

SILVA, I. T. A. *Gênero e o contexto acadêmico contábil: percepções sobre a discriminação na trajetória das mulheres em instituições de ensino superior brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2020.

SILVA, M. Z., AMES, A. C.; SILVA, M. G. Discriminação salarial de gênero e a percepção dos agentes: análise na profissão de controller. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 19, p. 1-18, 2020.

SOUSA, I. A mulher na idade média: A Metamorfose de um Status. *Revista UNI-RN*, v. 3, p. 159, 2008.

ZABOTTI, E. D. *Gênero e Contabilidade no Brasil: Qual é o saldo dessa conta?* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil, 2017. Recuperado de <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3506>. Acesso em: 07 abr. 2022.





Prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais: um estudo sobre a percepção dos profissionais da contabilidade de um município do Estado da Bahia

Os avanços tecnológicos trouxeram mudanças para a rotina de diversas profissões, inclusive do profissional da contabilidade, que pôde expandir a forma de prestação de seus serviços, oferecendo-os também de forma virtual. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção dos profissionais da contabilidade da cidade de Cruz das Almas/BA em relação à prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva quanto ao objetivo, de abordagem qualitativa, e quanto ao delineamento trata-se de um levantamento tipo survey, com aplicação de questionário on-line direcionado aos contadores responsáveis pelos escritórios de contabilidade do Município de Cruz das Almas/BA. Os resultados apontam que 80% dos profissionais da contabilidade concordam que a modalidade virtual ampliou a integração de informações entre contabilidade e cliente, 60% dos profissionais de escritórios físicos pretendem aderir à plataforma virtual e 70% avaliaram a qualidade dos serviços contábeis oferecidos através das plataformas virtuais como “bom”, “muito bom” e “excelente”. Espera-se que este estudo possa contribuir para melhor compreensão da contabilidade virtual, despertando interesse em profissionais da contabilidade, acadêmicos e pesquisadores, de modo que o assunto possa ser explorado no âmbito da ciência.

Ana Carolina Costa Pires

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Maria Milza (2020), Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM) e Bolsista de Mestrado Profissional da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).
E-mail: acpires01@gmail.com

Ericarlos de Souza Fonseca

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Maria Milza (2020), Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), atualmente é assistente fiscal na empresa Comercial de Alimentos J.M. Ribeiro Eireli.
E-mail: ericarlossfonseca@hotmail.com

Vinícius Motta Oliveira

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2007), M.B.A em Gestão Pública na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Especialização em Metodologia da Pesquisa Científica e Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Faculdade Maria Milza (FAMAM). Coordenador e professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM) e do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, Avaliador do MEC / INEP para atos de credenciamento institucional presencial e EAD.
E-mail: vini_motta_oliver@hotmail.com

1. Introdução

Tradicionalmente, a contabilidade presta vários serviços que são oferecidos em escritórios físicos, porém, com os avanços tecnológicos, a profissão pôde ganhar um novo formato, que é a prestação de serviços contábeis em ambiente virtual. A prestação de serviços com qualidade e redução de custos é o que tem incentivado o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas. A tecnologia da informação possibilita essa flexibilidade. Segundo Pigatti (2018), o escritório virtual apresenta um custo mais baixo para o empreendedor. Com isto, a empresa virtual tem ganhado espaço, pois quanto ao exercício da profissão contábil, os contadores podem optar por prestar seus serviços em escritório virtual.

É importante salientar que a contabilidade virtual causa controvérsia entre os especialistas, pois, segundo alguns profissionais, essa modalidade de prestação de serviço contábil pode ser ofertada por um preço mais baixo. No entanto, é insuficiente na qualidade dos serviços, pois não tem um atendi-

to humanizado. Para Mello (2017), esse novo modelo contábil apresenta desvantagens, pois reforça a imagem do contador que se resume a cuidar apenas da burocracia, não podendo ser chamado de evolução da contabilidade, uma vez que a verdadeira contabilidade é aquela que cuida da saúde das empresas.

Pesquisa nacional realizada por Barbosa (2018) buscou identificar os escritórios virtuais no Brasil e foram levantados 30 escritórios para análise. A autora obteve como principais resultados que 46% desses escritórios existem há cerca de 6 anos ou mais, com cerca de 86% com origem nas regiões Sul e Sudeste e apenas 3% no Estado da Bahia. Contudo, para a consecução dessa pesquisa, foi realizado um levantamento mediante utilização de ferramentas de busca na internet e, com isso, foram identificados 5 escritórios de contabilidade virtuais em atuação no Estado da Bahia, sendo 3 localizados em Salvador.

Ainda sobre a referida autora, “há pouca informação acerca desse segmento de mercado que, com o advento da tecnologia, a cada dia adquire novas possibilidades de prestação de serviço” (BARBOSA, 2018, p. 39). Percebe-se, portanto, que discutir sobre contabilidade virtual é relevante, pois se trata de um assunto incipiente, o qual necessita de pesquisas exaustivas, visto que a tecnologia tende a implementar novas formas de prestação dos serviços contábeis. Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se por tentar preencher esta lacuna do conhecimento que se encontra carente de novos estudos. Assim, o tem-se como problemática desta pesquisa: Qual a percepção dos profissionais da

contabilidade da cidade de Cruz das Almas/BA em relação à prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais? E como objetivo geral a análise da percepção dos profissionais da contabilidade do Município de Cruz das Almas/BA em relação à prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais.

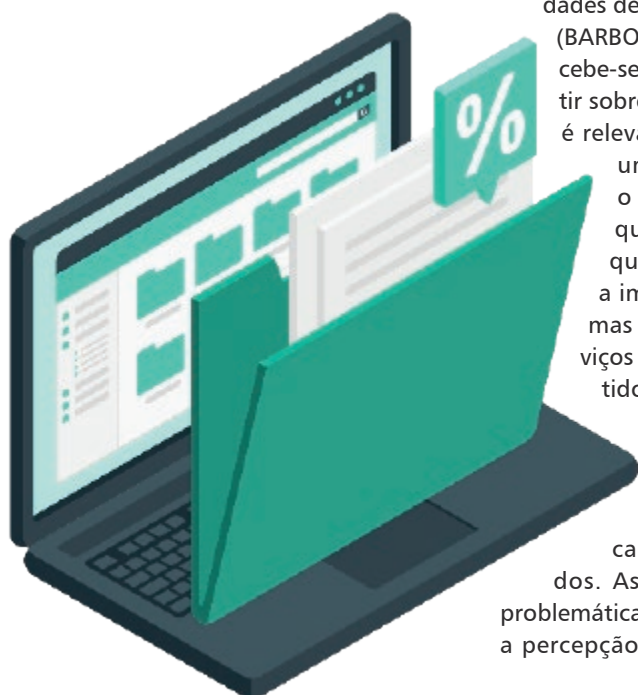
2. Referencial Teórico

2.1 O perfil do profissional da contabilidade no contexto atual

Paralelamente aos avanços tecnológicos da contabilidade, também evolui o profissional da contabilidade, sendo necessária sua constante atualização e progresso. Sob esse ponto de vista, Nespoli e Silva (2017) afirmam que diante do cenário atual, a contabilidade exige excelência do profissional da contabilidade na execução dos seus serviços, bem como competências e habilidades mais avançadas, caracterizando assim um profissional atualizado e almejado pelos usuários da informação contábil.

Para Bomfim (2020), é imprescindível que o profissional da contabilidade esteja preparado para enfrentar desafios, superar as suas limitações e adquirir a capacidade de gerar informações relevantes e eficientes aos seus clientes. “A Contabilidade não para de evoluir e os profissionais devem acompanhar este processo. Entre os grandes desafios enfrentados pelos contadores pode-se citar a era da contabilidade digital” (TAMAZI; SCHNEIDER, 2019, p. 33).

Para Nespoli e Silva (2017), é considerável que os profissionais da contabilidade necessitam de conhecimentos desenvolvidos pela profissão, para dominar com eficiência as suas atribuições no intuito de sugerir, analisar, comparar e tomar decisões, alcançando ascensão profissional.



“Em relação à regulamentação, os escritórios de contabilidade on-line estão abrangidos neste projeto de lei, que regulamenta as condições para suas atividades, mas ainda não há regulamentação específica dos órgãos contábeis para esta modalidade.”

No contexto global da Ciência Contábil, é possível identificar as diversas áreas que o profissional formado em bacharelado em Ciências Contábeis pode atuar, de acordo com a Resolução CFC n.º 560/1983, estão listadas: analista, assessor, assistente, auditor interno e externo, conselheiro, consultor, controlador, *controller*, escriturador contábil ou fiscal, fiscal de tributos, legislador, perito, pesquisador, entre outros. Mesmo com diversas oportunidades que a contabilidade proporciona, é indispensável que o profissional seja ágil quanto aos avanços tecnológicos.

De acordo com Tomazi e Schneider (2019), é constante a evolução e sofisticação dos procedimentos contábeis, com a exigência de maior agilidade e informatização, de modo que a contabilidade não para e em consequência os profissionais devem acompanhar esse processo. Ainda sobre os referidos autores, com o desenvolvimento de novas tecnologia paralelo a competitividade existente no mercado, o perfil do profissional da contabilidade vem sendo moldado, exigindo que esteja em sintonia com a evolução dos cursos superiores, com os processos de regulamentação contábil e com os avanços tecnológicos: atualização quanto a proces-

sos, softwares e novas atividades exigidas e extinguidas.

Portanto, é importante salientar que a tecnologia trouxe inúmeros benefícios para a contabilidade. De acordo com Carvalho e Gomes (2018), a implementação da tecnologia digital nas rotinas contábeis estão tornando-as mais práticas e eficientes. Podemos destacar como principais benefícios: a geração de folha de pagamento automática através de software específico, praticidade na geração dos relatórios contábeis, controle de estoques, controle contas a pagar e a receber, entre outros benefícios.

2.2 Escritórios virtuais de contabilidade

O profissional que presta serviços contábeis precisa continuamente satisfazer às necessidades dos seus clientes. Conforme Lee et al. (2016, apud MACIEL; MARTINS, 2018, p. 100), “o serviço de contabilidade exige não só competências e conhecimentos profissionais, mas também inovação na transformação de negócios, fornecendo valor a seus clientes para enfrentar o mercado competitivo.”

Ainda sobre os referidos autores, a necessidade de satisfação do cliente em relação à qualidade do

serviço oferecido pelos escritórios de contabilidade e a superação do que é percebido com relação ao esperado podem ser um ponto-chave das intenções comportamentais e da fidelidade do cliente, diminuindo assim, a pressão exercida pela concorrência”.

De acordo com Pigatti (2018), a contabilidade virtual é a utilização de plataforma on-line automatizada por um profissional da contabilidade para atender às demandas dos clientes. Portanto, entende-se que a contabilidade virtual é a prestação de serviços contábeis por meio de ferramentas digitais, através de plataforma on-line, onde ocorre a relação entre o contador e o empresário.

Em relação à regulamentação, os escritórios de contabilidade on-line estão abrangidos neste projeto de lei, que regulamenta as condições para suas atividades, mas ainda não há regulamentação específica dos órgãos contábeis para esta modalidade. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço aprovou o Projeto de Lei n.º 8.300, de 16 de agosto de 2017, que trata da regulamentação e do funcionamento dos escritórios virtuais, *business centers*, *coworkings* e semelhantes no Brasil.



No decorrer dos últimos anos, a contabilidade on-line vem crescendo no Brasil, sendo mais voltada às micro e pequenas empresas, devido à simplicidade das operações e participação dos clientes na inserção de informações no sistema, de modo a permitir uma redução do serviço do contador e consequentemente reduzir a precificação dos serviços (FRANÇA, 2018, p. 20).

As novas tecnologias provocaram um desenvolvimento da contabilidade, podendo caracterizar a contabilidade digital como um modelo disruptivo. Segundo Schiavi (2018),

Modelos de negócios disruptivos representam a junção de modelos de negócios, rupturas tecnológicas e inovação. Os modelos de negócios disruptivos criam oportunidades e desafios às organizações, representam ameaças diretas para a manutenção de modelos tradicionais, buscam novas formas de agregar valor ao consumidor e oferecem produtos com maior simplicidade, acessibilidade e menor custo.

No que se refere à disrupção na contabilidade, o autor Duarte (2016) explica as diferenças entre contabilidade on-line e na contabilidade digital:

A contabilidade on-line não pode ser considerada uma inovação disruptiva, pois é apenas um modelo de aprimoramento de processos no relacionamento com o cliente, não cria novos mercados. Já a contabilidade digital pode ser considerada uma inovação disruptiva, por oferecer serviços além dos tradicionais, como consultorias em áreas financeiras, por meio da utilização de sistemas integrados em nuvem aos sistemas contábeis.

A disrupção veio com a promessa de inovação e transformação, tornando possível o surgimento de

novos mercados inspirados em modelo contemporâneos e visando acompanhar as constantes mudanças que ocorrem no mercado competitivo (ANDRADE; MEHLECKE, 2020). A competitividade do mercado impulsiona o surgimento de modelos de negócios que proporcionem um diferencial competitivo que seja vantajoso para o empresário. Como exemplo, o preço baixo das mensalidades de uma contabilidade on-line.

Avaliar a precificação do produto ou serviço é fator de decisão para a maioria dos clientes. Segundo Barbosa (2018, p. 24), “Os escritórios de contabilidade on-line divulgam em seus portais virtuais a proposta de oferecer um serviço contábil com uma redução dos custos, gerando informações que se tornam mais acessíveis aos clientes”. Para França (2018, p. 21), “o preço é o diferencial de maior destaque da contabilidade on-line, além da praticidade na disponibilização de informações através da utilização de plataforma on-line e aplicativos, trazendo vantagens competitiva a este segmento.

A adaptação do escritório tradicional para um escritório virtual não é complexa. De acordo com Barbosa (2018), para um escritório contábil prestar serviços virtuais, precisa capacitar os profissionais com habilidades digitais e também os clientes precisam saber operar no meio virtual.

2.3 Plataformas virtuais de contabilidade

Com os avanços tecnológicos, surgiram as plataformas virtuais para prestação de serviços contábeis, com ferramentas computacionais que auxiliam no processo de informatização, de maneira eficiente. A computação em nuvem é uma dessas tecnologias, que permite o armazenamento de dados e informações em um ambiente seguro.

O levantamento em nível nacional, das plataformas virtuais de contabilidade, as quais são utilizadas por alguns escritórios contábeis para prestação dos serviços de forma on-line, inclui: ContAzul, Osayk, eContador do Alterdata, Nooven Sistemas e Onvio do Domínio, Makro System.

O portal da ContaAzul oferece tecnologia contábil em nuvem e grátis, em plataforma integrada que permite fechamento de folha na nuvem e integrado ao financeiro e contábil: rotinas de folha na nuvem, disponíveis em qualquer lugar; integração automática com fiscal e contábil; conexão com o financeiro do cliente; ambiente exclusivo do contador. Na gestão financeira: controle de honorários dos clientes; emissão recorrente de NFS-e e de boleto, com baixa automática; conciliação bancária com integração e importação. Na área Fiscal: geração do DAS individual e em lote. Na Gestão Contábil: balancete, DRE, livro razão, imobilizado (CONTAZUL, 2019).

O Osayk é uma plataforma on-line de gestão financeira e contabilidade on-line que disponibiliza: sistema de cadastro para processo de migração e legalização de empresas on-line: faturamento e cobrança dos honorários contábeis com recorrência para cartão de crédito e boleto bancário; emissor de notas fiscais eletrônicas, NF-e e NFS-e; controle de estoque; sistema de gestão financeira com a sua marca para os seus clientes; exportação dos arquivos do financeiro para o seu sistema contábil; sistema de compartilhamento de arquivos entre a contabilidade e o cliente na nuvem; chat on-line com os clientes (OSAYK, 2019).

De acordo com informações coletadas em seu portal, a Alterdata Software desenvolveu o PackUp, uma solução em nuvem, sem custo adicional para soluções contábeis (Departamento Pessoal, Fiscal ou Contábil). Com essa ferramenta, o contador pode prestar atendimento qualificado e rápido para clientes de todo o Brasil, integrar a sua contabilidade ao financeiro do seu cliente em tempo real, enviar e receber informações de forma centralizada e segura, e reduzir custos operacionais com impressões, ligações e locomoção (ALTERDATA, 2019).

A Alterdata também desenvolveu um aplicativo como complemento do PackUp. Segundo ela, o eContador é um aplicativo que traz a praticidade da empresa contábil disponível 24 horas por dia para otimizar tempo, reduzir custos e estreitar o relacionamento com o cliente. O app oferece: envio on-line de guias, relatórios, encargos e recibos diretamente do sistema; total integração entre empresa e os clientes; movimentações via web para otimizar tempo e reduzir custos; acesso a soluções 24 horas por dia (ALTERDATA, 2019).

A Alterdata desenvolveu a solução PackUp e o app eContador como ferramentas para que o con-



tador possa executar seus serviços de maneira virtual, de modo que a empresa prestadora de serviços contábeis, ou o contador autônomo que já atua no mercado ou que está em início de carreira, possa aderir a essa nova modalidade com total ou parte dos seus serviços a serem prestados de forma virtual.

Conforme dados coletados no portal, a NooveN Sistemas – Sistemas *Cloud Computing*, é uma empresa do Grupo SuperSoft Sistemas, o qual já atua no mercado de sistemas para gestão empresarial e contábil desde 1992. A NooveN Sistemas é um conjunto de programas para gestão 100% on-line, sendo permitido gerenciar a empresa ou escritório contábil por meio de qualquer dispositivo conectado à internet. O *cloud computing* ou computação nas nuvens é um formato que permite a utilização do sistema em modo on-line (NOOVEN SISTEMAS, 2020).

De acordo com o Portal Thomson Reuters (2020), o Onvio é um software em nuvem, criado a partir de uma plataforma on-line, que fará a gestão de todas as necessidades do escritório, aproximando o contador e o cliente de modo a gerar resultados juntos. A referida empresa já havia colocado no mercado o Domínio Web, que se trata de um sistema de hospedagem do sistema local nas nuvens, ou seja, virtualização do sistema. Com isto, o Onvio promete substituir o Domínio Web, pois o Onvio é uma plataforma totalmente em nuvem para onde serão migrados todos os módulos do contábil. Através do Portal do Cliente, módulo de relacionamento entre o Escritório Contábil e seus Clientes, haverá a prestação e solicitação de serviços, e o compartilhamento de documentos e arquivos.

A Makro System, é um software on-line para prestação dos serviços contábeis. No portal, é possível realizar: geração de folha de pagamento automática, encargos e pró-labore; controle de informações contratuais dos trabalhadores; todas as exigências da legislação trabalhista e eSocial; importação automática das notas fiscais de entrada e saída; integração com o departamento contábil; contempla SPED

“Com os avanços tecnológicos, surgiram as plataformas virtuais para prestação de serviços contábeis, com ferramentas computacionais que auxiliam no processo de informatização, de maneira eficiente.”

Fiscal, Sintegra, DeSTDA e demais obrigações acessórias; preparado para entrega do Reino; apuração de ICMS; Bloco K; contabilização automática do pessoal, fiscal e financeiro; importação do ECD, etc.

3. Materiais e métodos

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva quanto ao objetivo, de abordagem qualitativa; e, quanto ao delineamento, trata-se de um levantamento tipo *survey* com aplicação de questionário on-line com questões em escala likert direcionado aos contadores responsáveis pelos escritórios de contabilidade do município de Cruz das Almas/BA, após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, sendo realizada de forma on-line no período de 30 de março a 10 de abril de 2020.

Para atender ao objetivo, foi feito um levantamento dos escritórios contábeis ativos na cidade de Cruz das Almas/BA, através do portal do CRCBA, de modo que foram encontrados 19 cadastros ativos em 30 de março de 2020; aplicou-se o método estatístico; a população é representada por 19 escritórios; e os dados foram coletados em 10 escritórios, representando a amostra estudada.

As questões específicas foram segregadas em três blocos, que correspondem aos objetivos específicos da pesquisa, sendo: Bloco 1 - Concordância ou discordância dos contadores de escritórios contábeis de Cruz das Almas sobre os principais serviços ofertados e precificação praticada pelos escritórios virtuais; Bloco 2 – Concorrência entre escritórios físicos e virtuais e Bloco 3 – A qualidade da prestação de serviços contábeis pelas plataformas virtuais. Os resultados foram analisados e discutidos abaixo, respectivamente, por meio de gráficos de barras agrupadas.

4. Resultados e discussão

Ao analisar o perfil dos respondentes, 80% são do sexo masculino e 20% são do sexo feminino. Quanto à faixa etária, 30% possuem até 25 anos, 20% possuem entre 26 e 30 anos, 10% possuem entre 31 e 35 anos, 40% possuem acima de 36 anos. Em relação ao tempo de atuação na área contábil, 30% entre 1 e 5 anos, 20% entre 5 e 10 anos e 50% a mais de 10 anos. Quanto à formação, 90% possuem bacharelado em Ciências Contábeis e 10% possuem grau Técnico em Contabilidade.

Analisando o Bloco 1 - Concordância ou discordância dos contadores de escritórios contábeis de Cruz das Almas sobre os principais serviços ofertados e precificação praticada pelos escritórios virtuais, são apresentados abaixo, respectivamente, os gráficos das questões correspondentes.

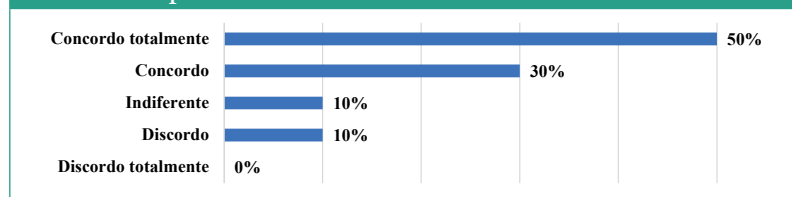
Conforme apresentado no Gráfico 1, 50% dos respondentes concordam totalmente que a utilização de plataforma virtual ampliou a integração de informações do escritório para com os clientes; 30% concordam, le-

vando assim a 80% de concordantes; apenas 10% optaram por indiferente; e apenas 10% discordam.

De fato, a utilização de plataforma on-line pelos escritórios contábeis ampliou a integração de informações com os clientes, pois essa tecnologia permite acesso à informação contábil através de aparelhos que a plataforma disponibilize o acesso, como celular, tablet, notebook. A exemplo, conforme apresentado no tópico 2.4 desta pesquisa, a Contactu Contabilidade oferece em seu portal acesso à informação contábil e financeira através de celular, tablet ou computador (CONTACTU, 2020). Dessa forma, o cliente recebe e passa informações, entre outras atividades relacionadas a rotina contábil, sem a necessidade de deslocar-se até o escritório contábil.

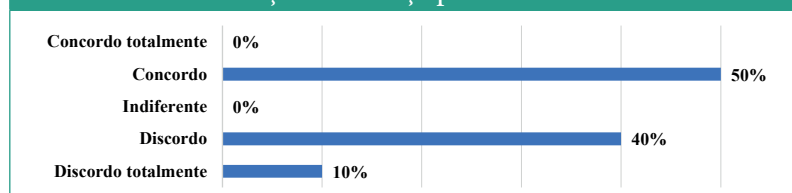
De acordo com a apresentação do Gráfico 2, 50% dos respondentes concordam que o serviço de transformar um Microempreendedor Individual (MEI) em uma Microempresa (ME) pode ser realizado por um preço a partir de R\$199,00, entretanto, 40% discordam e 10% discordam totalmente desse preço.

Gráfico 1 – Ampliação da integração de informações contábeis pelos escritórios virtuais de contabilidade



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Precificação do serviço para transformar MEI em ME



Fonte: dados da pesquisa.

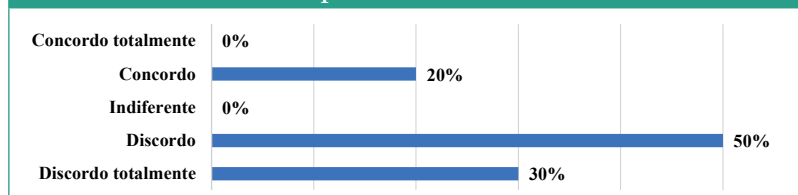
“De fato, a precificação do serviço contábil virtual é reduzida em relação ao escritório físico, entretanto, em relação aos custos para manter um escritório, o virtual tem um custo reduzido comparado ao escritório físico.”

Esses dados permitem perceber que, em relação à precificação do serviço contábil exemplificado, a opinião do contador de escritório físico é heterogênea, de modo, que a percepção dos contadores não apresenta um consenso, mostrando que a classe contábil da cidade se apresenta dividida quanto à questão da precificação.

A contabilidade virtual tem oferecido maior simplicidade, acessibilidade e menor custo, divulgando a promessa de oferecer um serviço com baixo custo, sendo o preço o destaque das plataformas virtuais (SCHIAVI, 2018; BARBOSA, 2018; FRANÇA, 2018). De fato, a precificação do serviço contábil virtual é reduzida em relação ao escritório físico, entretanto, em relação aos custos para manter um escritório, o virtual tem um custo reduzido comparado ao escritório físico. Para Carvalho e Gomes (2018), a tecnologia da informação desenvolvida para o setor contábil promove a redução de custos e melhoria no desempenho das atividades. A plataforma virtual permite um custo mais baixo para o empreendedor, um deles é a redução de custos operacionais (PIGATTI, 2018).

Em relação à precificação do pacote básico de serviços contábeis oferecido pelos escritórios virtuais

Gráfico 3 – Precificação do pacote de serviços contábeis para MEI e ME



Fonte: dados da pesquisa.

para MEI e ME, o Gráfico 3 apresenta que, apenas 20% dos respondentes concordam, 50% discordam e 30% discordam totalmente, levando em consideração que a precificação a exemplo analisada sugere uma percepção de desvalorização do serviço contábil diante do percentual de discordância encontrado.

De acordo com os dados acima apresentados, é possível considerar que 80% dos respondentes são discordantes em relação à mensalidade cobrada pelo escritório contábil virtual. O valor cobrado, segundo Barbosa (2018) é de até R\$100,00/mês, e um pouco mais de 60% dos escritórios virtuais de contabilidade espalhados pelo Brasil estão cobrando, em média, esse valor.

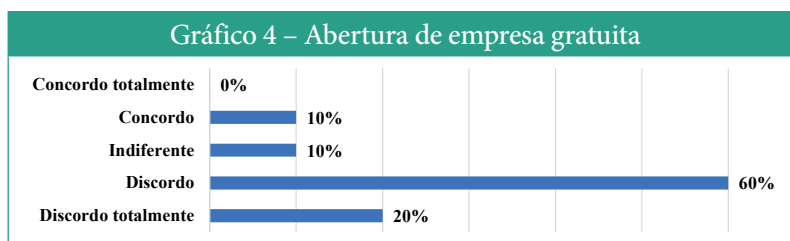


Em relação ao serviço de abertura de empresas, a maioria dos escritórios virtuais realiza esse serviço de forma gratuita. De acordo com França (2018), foi constatado em sua pesquisa que os escritórios oferecem abertura de empresa gratuita, mediante a contratação de plano anual, embora essa oferta possa atrair o cliente, pois envolve a condição de fidelização. O Gráfico 4 apresenta a percepção dos contadores de escritórios físicos do Município de Cruz das Almas acerca desse serviço.

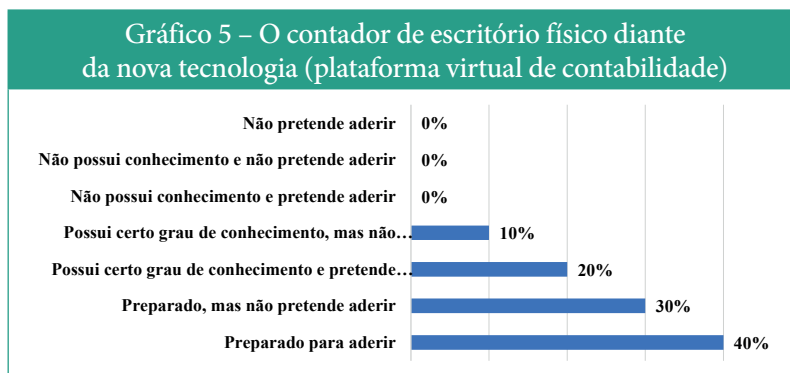
De acordo com a apresentação do Gráfico 4, em relação à abertura gratuita de empresa oferecida pelos escritórios contábeis virtuais, 60% dos respondentes discordam e 20%, discordam totalmente com a oferta de abertura gratuita de empresas, apenas 10% dos respondentes concordam e 10% optaram por indiferente.

Por meio da análise dos Gráficos 1, 2, 3 e 4, foi possível visualizar a percepção dos contadores acerca da sua concordância e discordância quanto aos principais serviços ofertados e precificação praticada pelas plataformas virtuais. De modo geral, nos Gráficos 1, 2, 3 e 4 do Bloco 1, 80% dos respondentes concordam que a plataforma virtual ampliou a integração de informações contábeis; 80% dos respondentes discordaram em relação à precificação do serviço para transformar MEI em ME, sendo cobrado um valor a partir de R\$199,00/mês; 80% discordaram do pacote de serviço para MEI e ME, sendo cobrada uma média de R\$100,00/mês; e 80% discordaram do serviço de abertura gratuita de empresas oferecido pelas plataformas virtuais.

Esses resultados são convergentes com a pesquisa de Barbosa (2018), tratando especificamente da precificação dos serviços contábeis pelas contabilidades virtuais. Barbosa (2018) realizou um levanta-



Fonte: dados da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa.

tamento da precificação dos serviços ofertados pelos escritórios virtuais de contabilidade e obteve como resultado que pouco mais de 60% dos 30 escritórios pesquisados cobram até R\$100,00/mês por um pacote básico para serviços prestados à MEI e à ME. O presente estudo encontrou como resultado que os contadores de escritórios de contabilidade físicos do Município de Cruz das Almas discordam, em maioria, em relação à precificação cobrada pelos escritórios virtuais para serviços de: transformar MEI em ME, pacote de serviços abaixo de R\$100,00 e serviço de abertura de empresa gratuita.

Analisando o Bloco II – Concorrência entre escritórios físicos e virtuais, são apresentados nos Gráficos 5, 6, 7 e 8, respectivamente, as questões correspondentes.

Conforme é apresentado no Gráfico 5, em relação ao posicionamento

dos contadores de escritórios físicos diante das novas tecnologias, 40% dos respondentes estão preparados para aderir; 30% estão preparados, mas não pretendem aderir; 20% possuem certo grau de conhecimento e pretendem aderir; e 10% possuem certo grau de conhecimento, mas não pretendem aderir.



Esses números revelam que 60% dos profissionais da contabilidade de escritórios físicos pretendem aderir à plataforma virtual. Segundo Andrade e Mehlecke (2020), foi constatado em sua pesquisa, que metade dos profissionais ainda possui dificuldades em se adaptar às mudanças que ocorrem constantemente, que são resultados das novas tecnologias, e em saber utilizar a tecnologia a seu favor, de modo a aperfeiçoar a qualidade dos serviços.

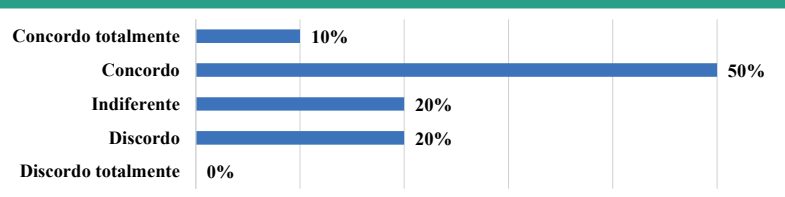
No Gráfico 6, é apresentada a percepção dos contadores em relação à concorrência entre escritórios físicos e virtuais.

Conforme é apresentado no Gráfico 6, em relação à concorrência entre escritório físico e virtual, 10% dos respondentes concordam totalmente e 50% concordam que existe essa concorrência, 20% optaram por indiferente e 20% discordam. Deste modo, pode-se considerar um total de 60% que concorda que existe concorrência entre seu escritório físico e os escritórios virtuais.

Os escritórios virtuais têm como vantagem o alcance territorial maior em relação aos escritórios físicos. Através da utilização de uma plataforma on-line, é possível prestar serviços a empresas em diversas localizações, sendo micro e pequenas empresas. De acordo com França (2018), o contador tem a possibilidade de escolher um local para a sede do escritório, que não necessita ser bem localizado, podendo assim reduzir custos, já que esses escritórios não recebem os clientes pessoalmente.

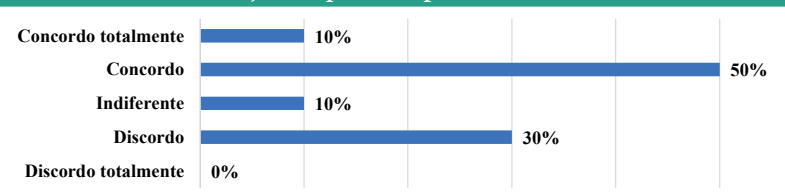
No Gráfico 7, são apresentadas as respostas dadas ao questionamento sobre a redução da procura por escritórios físicos devido ao surgimento da contabilidade virtual, na percepção dos contadores de escritórios físicos, 10% dos respondentes concordam totalmente e 50% concordam com a ques-

Gráfico 6 – Concorrência entre escritório contábil físico e virtual



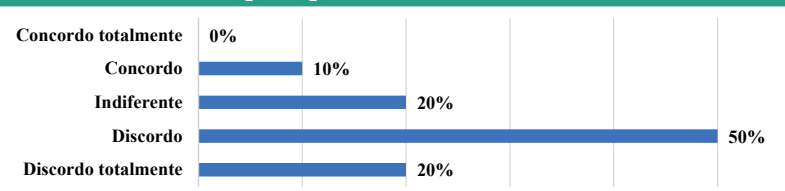
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 7 – Redução da procura por escritórios tradicionais



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 8 – Substituição das contabilidades tradicionais pelas plataformas virtuais



Fonte: dados da pesquisa.

tão, 10% optaram por indiferente e 30% discordam. Com isto, pode-se constatar que 60% dos respondentes concordam que a contabilidade virtual pode provocar uma redução da procura por escritórios físicos.

A contabilidade virtual, nos últimos anos, tem ganhado espaço no mercado por apresentar uma proposta de serviços de valor reduzido e prometendo agilidade nos processos. Trata-se ainda de uma tecnologia que está transformando o ambiente contábil, bem como exigindo mais do perfil do contador.

Na pesquisa de Andrade e Mehlecke (2020), em relação à concepção dos participantes sobre o que a contabilidade digital acarretará aos profissionais da contabilidade, constatou-se que existe uma preocupação dos contadores em relação à virtualização de os serviços

da contabilidade terem como consequência o desemprego, pois é possível que ocorra uma seleção, separando profissionais que buscam conhecimento de profissionais que se encontram em situação de comodismo.

No Gráfico 8, são apresentadas as respostas dadas ao questionamento sobre a substituição das contabilidades tradicionais pelas plataformas virtuais. Na percepção dos contadores físicos, 10% dos respondentes concordam que a contabilidade virtual substituirá os escritórios tradicionais, 20% optaram por indiferente, 50% discordam e 20% discordam totalmente, levando assim a considerar que 70% dos respondentes discordam com a substituição das contabilidades tradicionais pelas contabilidades virtuais.

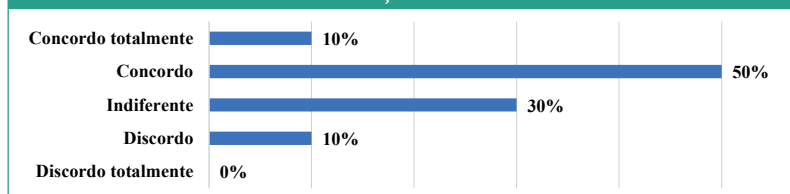
Por meio da análise dos gráficos do Bloco 2, foi possível alcançar o objetivo específico de verificar a percepção dos contadores quanto a uma possível concorrência com escritório virtual. De modo geral, a apresentação dos Gráficos 5, 6, 7 e 8, no Bloco 2, revela que 40% dos respondentes estão preparados para aderir a plataforma virtual de contabilidade, 60% concordam que existe concorrência entre seu escritório físico e os escritórios virtuais, 60% concordam que a contabilidade virtual pode provocar a redução da procura por escritórios físicos e 70% discordam que a plataforma virtual substituirá os escritórios tradicionais de contabilidade.

Na pesquisa de Andrade e Mehlecke (2020), a concepção dos participantes sobre o que a contabilidade digital acarretará aos profissionais da contabilidade; revela que alguns profissionais se preocupam com o desemprego, entretanto, outros profissionais concordam que a contabilidade virtual trará facilidades e os profissionais devem estar preparados para aderir a essa ferramenta para não se tornarem defasados no mercado.

Os dados obtidos no presente estudo, em relação à redução da procura por escritórios físicos e à possível substituição dos escritórios tradicionais, apresentados respectivamente nos Gráficos 7 e 8, convergem com os dados levantados na pesquisa de Santos e Konzan (2020) ao destacarem que, aproximadamente, 76% dos escritórios de contabilidade discordam que serão extintos e 85% discorda que se tornarão menos importantes para os clientes com o advento da contabilidade digital.

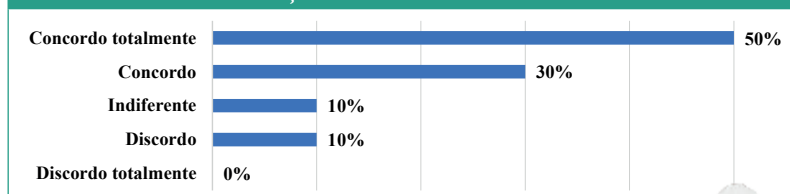
Na análise do Bloco III – 1, a qualidade da prestação de serviços contábeis pelas plataformas virtuais é apresentada a seguir, respectivamente, nos gráficos 9, 10, 11 e 12 das questões correspondentes.

Gráfico 9 – Utilização das plataformas virtuais para prestação dos serviços contábeis



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 10 – Relação virtual entre o contador e o cliente

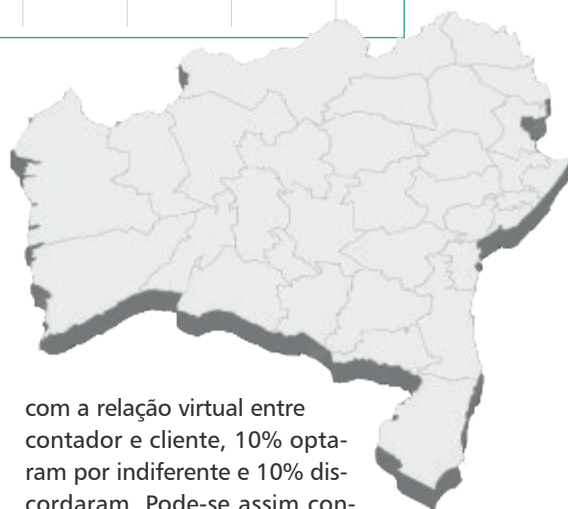


Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 9, quanto à utilização de plataformas virtuais para a prestação dos serviços contábeis, 10% dos respondentes concordam totalmente e 50% concordam com a utilização, 30% optaram por indiferente e 10% discordaram. Deste modo, podemos considerar que 60% dos profissionais da contabilidade concordam com a utilização de plataforma virtual para prestação de serviços contábeis.

A utilização de plataforma virtual agiliza as rotinas contábeis, principalmente, nos serviços relativos às atividades operacionais. Para Barbosa (2018), as atividades operacionais, que tradicionalmente são as que demandam mais tempo, com a plataforma virtual há um ganho de tempo na geração de informações e redução de custos. Conforme Santos e Konzen (2020), “quase 88% dos escritórios de contabilidade concordam que a contabilidade digital proporcionará maior produtividade às suas equipes e, com isso, sobrá mais tempo para aplicar em outras demandas, o que contribuirá para o seu crescimento”.

Conforme o Gráfico 10 apresenta, 50% dos respondentes concordam totalmente e 30% concordam



com a relação virtual entre contador e cliente, 10% optaram por indiferente e 10% discordaram. Pode-se assim considerar que 80% dos profissionais concordam com a relação virtual entre contador e cliente.

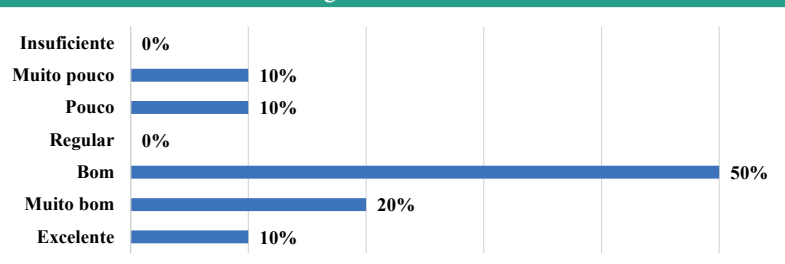
O relacionamento entre contador e cliente no formato virtual está ligado ao contato mediante a utilização de ligações telefônicas, whatsapp, chat on-line, e-mail, e plataformas similares. A plataforma contábil virtual permite o compartilhamento de informações, a troca de documentos, geração de relatórios, e outras funcionalidades da rotina contábil entre contador e cliente. Segundo Barbosa (2018, p. 34), “à medida que a tecnologia vem sendo mais presente na profissão do contador e no dia a dia da sociedade, é possível que haja uma tendência na adoção de serviços remotos.

No Gráfico 11 é apresentado o entendimento dos contadores sobre as novas tecnologias voltadas à contabilidade, 10% possuem muito pouco, 10% pouco, 50% possuem um bom entendimento, 20% muito bom e 10% excelente. Sendo assim, pode-se considerar que 80% dos respondentes possuem algum tipo de entendimento sobre as novas tecnologias voltadas à contabilidade.

Na pesquisa de Andrade e Mehlecke (2020), em relação ao conhecimento dos participantes sobre contabilidade digital, destacam-se algumas respostas mais adequadas ao conceito de contabilidade digital: sistemas mais inteligentes; integração entre cliente e contador por meio de sistemas; aceleração de processos; representa algo inovador; classifica-se como uma nova categoria de serviço; dispensa o uso de papel e impressos. Duarte (2016) conceitua contabilidade digital como um modelo de negócio disruptivo, que consiste em utilizar plataformas em nuvem, a fim de tornar as informações acessíveis e, assim, otimizar os serviços.

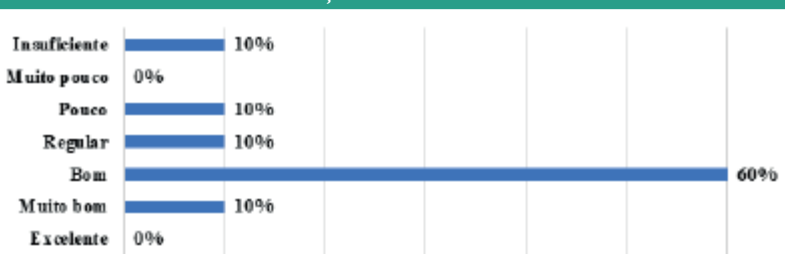


Gráfico 11 – Entendimento dos contadores sobre as novas tecnologias voltadas à contabilidade



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 12 – Avaliação da qualidade da prestação dos serviços contábeis virtuais



Fonte: dados da pesquisa.

No Gráfico 12 é apresentado a percepção dos contadores em relação à qualidade dos serviços contábeis virtuais, 10% dos respondentes avaliaram como “insuficiente”, 10% “pouco”, 10% “regular”, 60% avaliaram como “bom” e 10% “muito bom”. Sendo assim, pode-se considerar que 70% dos respondentes avaliaram a qualidade dos serviços contábeis oferecidos através das plataformas virtuais como bom, muito bom e excelente.

Andrade e Mehlecke (2020, p. 113) ao analisarem a percepção dos profissionais sobre contabilidade digital, em seu estudo, constatou que dentre os participantes da pesquisa, “84% disseram acreditar que a contabilidade digital proporcionará mais agilidade nas rotinas contábeis”.

Analisando de modo geral, a apresentação dos Gráficos 9, 10,

11 e 12 supracitados no Bloco III, foi possível perceber que 60% dos respondentes concordam com a utilização de plataforma virtual para prestação dos serviços contábeis, 80% concordam com a relação virtual entre o contador e o cliente, 80% possuem entendimento sobre as novas tecnologias voltadas a contabilidade e 70% avaliaram como “bom” e “muito bom” a qualidade dos serviços contábeis em plataforma virtual.

Tendo em vista o objetivo do estudo de detectar a qualidade dos serviços prestados pelas plataformas virtuais, a percepção dos contadores de escritórios físicos/tradicionais do Município de Cruz das Almas apresentada nos Gráficos 9, 10, 11 e 12 mostra um perfil de profissionais que possuem entendimento sobre as novas tecnologias, que estão preparados para aderir à plataforma virtual e que avaliam a utilização da plataforma como um serviço de qualidade.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos profissionais da contabilidade da cidade de Cruz das Almas/BA, em relação à prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais. Para alcançar esse objetivo, foi aplicado um questionário on-line direcionado aos contadores responsáveis pelos escritórios físicos do município.

Identificou-se que existe uma discordância dos contadores de escritórios físicos sobre a precificação praticada pelos escritórios virtuais, entretanto, em relação à oferta de serviços, os contadores concordam que a prestação de serviços contábeis em plataformas virtuais ampliou a integração de informações entre o contador e o cliente.

Ao analisar a percepção dos contadores acerca da concorrência entre escritórios físicos e virtuais, constatou-se que boa parte dos contadores está preparada no tocante às novas tecnologias, porém, pouco menos da metade pretende aderir à plataforma virtual. Na percepção dos contadores, foi verificado que existe concorrência entre escritórios físicos e virtuais, de modo que a contabilidade virtual pode provocar a redução da procura por escritórios físicos, entretanto, a contabilidade virtual não substituirá os escritórios tradicionais.

A qualidade da prestação dos serviços contábeis pelas plataformas virtuais foi detectada na percepção dos contadores, de modo que os dados revelam um perfil de profissionais que possuem entendimento sobre as novas tecnologias, estão preparados para aderir à plataforma virtual e avaliam a utilização da plataforma como um serviço de qualidade.

No contexto da classe contábil, esta pesquisa traz benefícios significativos, pois apresenta a opinião dos contadores de escritórios físicos sobre a prestação de serviços contá-

beis em plataformas virtuais, fato relevante, porquanto acredita-se que esta modalidade tende a se expandir. Conforme foi apurado, a plataforma on-line é um meio de ampliar a integração de informações entre contador e cliente, e ainda armazena dados e informações com segurança, reduzindo custos e agilizando processos. No entanto, a precificação dos serviços é inquestionável, visto que não é aceitável pela maioria da classe de contadores que prestam serviços no município de Cruz das Almas/BA. Portanto, as informações obtidas com esta pesquisa contribuirão para contadores que visam aderir à plataforma virtual e usuários da informação em geral.

Como proposições, sugere-se que a precificação praticada pelos escritórios virtuais de contabilidade seja adaptada a um valor justo, de modo a não provocar discordância por parte dos escritórios físicos, e de não ser considerada como uma concorrência desleal, assim como, em relação à abertura de empresa de modo gratuito, sugere-se que seja cobrado o valor justo visto que mais da metade dos contadores discordaram do modo como esse serviço é ofertado. Em relação à concorrência entre escritórios físicos e virtuais, conforme foi observado, a maioria dos contadores concordam que existe essa concorrência; também concordam que o virtual poderá provocar a redução da procura por escritórios físicos, mas discordam quanto à possibilidade de substituição. Contudo, a modalidade virtual para prestação dos serviços contábeis é decorrente da evolução das práticas contábeis e é fundamental a atuação do Conselho Federal de Contabilidade para regulamentar o serviço contábil on-line.

Observou-se que os contadores de escritórios contábeis físicos de Cruz das Almas/BA avaliam a qualidade da prestação dos ser-

viços contábeis pelas plataformas virtuais, de modo que concordam com a utilização das plataformas on-line para prestação dos serviços contábeis; concordam com a relação virtual entre contador e cliente; e visto que a maioria possui um bom entendimento e avaliam a qualidade como "bom" e "muito bom", sugere-se que os escritórios físicos adiram à plataforma virtual para agregar mais tecnologia ao escritório.

O presente estudo apresenta como limitações o cenário de pandemia Sars-Cov-2 vivenciada nas etapas finais desta pesquisa. A estudo inicialmente utilizaria questionário presencial para a coleta dos dados, entretanto, fez-se necessário adaptar o questionário na plataforma *Google Forms* para coletá-los de forma on-line. Com isto, houve uma certa dificuldade de comunicação e retorno por parte dos respondentes, entretanto a amostra da pesquisa alcançou 52,6% da população.

Espera-se que este estudo possa contribuir para melhor compreensão da contabilidade virtual, despertando interesse em profissionais da contabilidade, acadêmicos e pesquisadores, de modo que o assunto possa ser explorado no âmbito da ciência. Sugere-se que pesquisas sejam realizadas com foco em investigar como a rotina contábil tem sido realizada pelos escritórios virtuais de modo a verificar a percepção dos usuários da informação contábil em relação à prestação dos serviços contábeis em plataformas virtuais.



Referências

ANDRADE, Charliene Bruna Holanda; MEHLECKE, Querte Teresinha Conzi. *As Inovações Tecnológicas e a Contabilidade Digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale do Paranhana/RS*. Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis, v. 9, n. 1, p. 93-122, 2020.

BARBOSA, Laíse Maria Rodrigues. *A contabilidade e as novas tecnologias: um levantamento do perfil de escritórios virtuais de contabilidade no Brasil*. 2018. 47 f. *Monografia*_(Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal. RN. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC nº 560/83. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946*. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARVALHO, Adson Ferreira de. GOMES, Valcimeiri de Souza. *A era digital e suas contribuições para a contabilidade: evolução histórica dos processos contábeis*. Repositório Institucional UEA. 2018. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/1063>>. Acesso em 15 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<https://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso em: 09 fev. 2020

Cruz das Almas (BA). Prefeitura. 2019. Disponível em: <<http://www.cruzasalmas.ba.gov.br/cidade>>. Acesso em: 12 out. 2019.

DUARTE, Roberto Dias. *A verdadeira inovação disruptiva nos escritórios contábeis*. 2016. Disponível em: <<https://www.robertodiasduarte.com.br/a-verdade-sobreinovacaodisruptiva-nos-escritorios-contabeis/#.XMxBG-hKhPY>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FRANÇA, Brenda Frota. *Os impactos da tecnologia da informação no exercício da profissão contábil: um levantamento do perfil de escritórios virtuais de contabilidade no Distrito Federal*. 2018.

MACIEL, Aline Ribas; MARTINS, Vinícius Abilio. *Percepção da qualidade em serviços contábeis: estudo de caso em um escritório contábil em Foz do Iguaçu/PR*. Revista Evidenciação Contábil e Finanças. João Pessoa, v.6, n.2, p.95-113, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>>. Acesso em: 21 set. 2019.

MELLO, Roberta. *Jornal do comércio*. 2017. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/cadernos/jc_contabilidade/626611-contabilidade-on-line-abre-novas-possibilidades-de-negocios.html>. Acesso em: 03 jul. 2019.

NESPOLI, Alice Tavares; SILVA, Renan Ferreira da. *O perfil do profissional da contabilidade e a demanda das empresas de mármore e granito do município de Vargem Alta - ES*. Revista Científica da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim, v. 2, n. 1, p. 54-77, 2017.

PIGATTI, Fernando. *Contabilidade On-line e Contabilidade Tradicional*. Rede Jornal Contábil. [S.L], 31 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/contabilidade-on-line-e-contabilidade-tradicional/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SANTOS, Emilaine Kullmann; KONZEN, Juliano. *A percepção dos escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a contabilidade digital*. Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis, v. 9, n. 2, p. 101-130, 2020.

SCHIAVI, G. *Sordi. Potenciais modelos de negócios disruptivos para a área contábil*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2018.

TOMAZI, Jane; SCHNEIDER, Milton. *Desafios e perspectivas da profissão contábil na percepção dos profissionais da contabilidade da região do Vale do Rio Pardo*. REVISTA DE ANAIS DE EVENTOS DOM ALBERTO, v. 1, n. 2, p. 31-36, 2019.



Análise do impacto da pandemia da Covid-19 na estrutura de capital de bancos múltiplos listados na B3 e instituições de pagamento reguladas pelo Bacen

A presente pesquisa investiga os determinantes da estrutura de capital de bancos múltiplos brasileiros listados na B3 e de instituições de pagamento reguladas pelo Banco Central do Brasil. Tal investigação se dá entre 2019 e 2020, a partir da análise entre um ano perene e outro de alto *stress* econômico devido à pandemia Covid-19, para buscar entender como estas entidades relevantes para o desenvolvimento de um país se comportaram em um período de grande stress econômico por meio de testes não paramétricos. Os resultados indicaram poder explicativo da teoria dos custos de falência para a estrutura de capital para os bancos múltiplos e da teoria *pecking order* para instituições de pagamento, bem como a não observância da ToT no que se refere à tributação destas instituições, considerando também os impactos da pandemia no endividamento destes setores assíncronos. As conclusões a partir das análises podem se mostrar úteis para o mercado financeiro e para seus reguladores, visto que mostram a rigidez do sistema e a evolução da alavancagem em cenários de perturbação econômica.

Ícaro Luiz de Sousa Silva

Mestrando pelo Programa de Mestrado em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP-SP).
E-mail: socialicaro@gmail.com

André Magalhães Bravo

Mestrando pelo Programa de Mestrado em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP-SP).
E-mail: andre.mbravo@hotmail.com

Elizabeth Borelli

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Pós-Doutorado em Ciências Sociais pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. É Mestre em Economia Política pela PUCSP e Graduada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – SP. Possui Bacharelado e Licenciatura em Matemática e Bacharelado e Licenciatura em Física pela Universidade Mackenzie, com Especialização em Física Nuclear pela Universidade de São Paulo e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
E-mail: eborelli@pucsp.br

José Odálio Santos

Livre docente em Administração/Finanças pela FEA-USP (2012), pós-doutor em Administração/Finanças pela FEA-USP (2007), doutor em Administração/Finanças pela FGV-SP (2000), mestre em Administração/Finanças pela PUC-SP (1993), pós-graduado (Lato Sensu) em Administração Industrial pela USP (1990), graduado em Ciências Contábeis pela PUC-SP (1988) e graduado em Administração de Empresas pela PUC-SP (1986).
E-mail: j.odalio@pucsp.br

1. Introdução

A discussão sobre estrutura de capital na academia concentra grande atenção da comunidade desde o fim da década de 1950, com as publicações dos artigos de Modigliani e Miller (1958) e Durand (1952), que abordavam o impacto da estrutura de capital no valor de mercado das empresas.

De forma mais específica, o trabalho de Modigliani e Miller (1958) tratou, a partir de determinadas premissas, da não afetação do valor da empresa em razão de sua estrutura de capital. Tal teoria contrapõe o que estava sendo estudado anteriormente por Durand (1952), que discorre sobre a chamada teoria tradicional, na qual se afirmava existir uma estrutura ótima entre os capitais de terceiros e próprio, considerando a minimização do custo médio ponderado de capital.

Ao longo do tempo, surgiram outras teorias, pesquisas e trabalhos acadêmicos para complementar o que se sabia até então sobre estrutura de capital. Dentre estas, destacam-se a teoria *Trade-Off*, de Myers (1984), que indica um nível ideal de endividamento; a *Pecking Order Theory*, de Myers (1984) e Myers e Majluf (1984), a qual denota que, a partir da assimetria entre *stakeholders* de uma empresa, existe uma ordem ou hierarquia de fontes de financiamento, na qual primeiramente se reinveste lucros e fluxos gerados em âmbito interno, depois se recorre a títulos de dívida e, por último, ocorre a emissão de ações.

Também é posta a teoria *Market Timing*, trazida por Baker e Wurgler (2002), na qual se considera que as empresas aproveitam oportunidades de financiamento via emissão de ações quando o *gap* entre seu valor de mercado e valor patrimonial é relevante, tendo em vista o custo da emissão de ações como

menor do que o de outras fontes de financiamento (AHMADIMOU-SAABAD et al., 2013).

Em linha com o que Bernardo (2016) escreve, os estudos-base sobre o tema usualmente abordam fatores em ambientes que desconsideram diversos elementos que também podem influenciar as tomadas de decisão no sentido da escolha de quais serão as fontes usadas para financiamento de atividades de uma empresa. Há de se considerar todo o ambiente institucional, regulatório e macroeconômico.

Diante do exposto até aqui, e considerando o ambiente de crise econômica mundial iniciado em 2020, a partir do alastramento do vírus Sars-Cov-2 (Covid-19), configurando-se uma pandemia, com reflexos nos mercados globais, o presente artigo objetivou analisar os determinantes da estrutura de capital de dois setores importantes para o funcionamento do sistema financeiro brasileiro – os bancos múltiplos privados e as instituições de pagamentos. Nessa conjuntura, caracteriza-se o setor bancário como mais tradicional, consolidado e regulado pelo Estado, em contraponto com o setor de instituições de pagamentos que atua predominantemente na prestação de serviços focados em tecnologia da informação, e que desde 2010 passa por uma transformação considerável, a partir da quebra da exclusividade entre bandeiras e adquirentes que destruiu o duopólio que era estabelecido (PEREZ; BRUSCHI, 2018).

O tema se justifica principalmente pelo fato de que os objetos de estudo são dois setores de suma importância ao país e devido ao detalhamento de um cenário de *stress* e seus possíveis desdobramentos, considerando a estrutura de

capital das empresas componentes desses ramos de atividade econômica. Dessa forma, o artigo contribui para as caracterizações de indústrias que são responsáveis tanto pelo fornecimento de capital às empresas e pessoas físicas e pela distribuição de investimento (bancos múltiplos), quanto pelo processamento de transações eletrônicas de pagamento no Brasil, que se populariza perante o uso de papel moeda e outros meios de pagamento (SILVEIRA, 2017).

A contribuição da pesquisa se dá diretamente por meio do diagnóstico da estrutura de capital e da alavancagem de dois setores essenciais para a economia brasileira em cenário de *stress* econômico, em que costumeiramente empresas buscam apoio em capital de terceiros e precisam se bancarizar e digitalizar de maneira rápida e assertiva. Além disso, também pode indicar para os reguladores como as regras prudenciais estão fazendo a manutenção de bancos e instituição de pagamento.



“As decisões de como financiar as atividades de uma empresa, com base nas teorias de estrutura de capital, ao lado de áreas de decisões de investimento e políticas de distribuição de lucros, formam um dos temas mais debatidos no mundo das finanças.”

2. Revisão de Literatura

2.1 Teorias de Base sobre Estrutura de Capital

As decisões de como financiar as atividades de uma empresa, com base nas teorias de estrutura de capital, ao lado de áreas de decisões de investimento e políticas de distribuição de lucros, formam um dos temas mais debatidos no mundo das finanças. Quando se trata de estrutura de capital em si, a maior questão é se existe uma estrutura ótima (KAYO, 2002).

Modigliani e Miller (1958) afirmaram que não existe uma estrutura de capital ótima e que a determinação do valor das empresas depende da qualidade das decisões de investimento. Contra esta posição, Durand (1952 e 1959) acredita que é possível definir uma estrutura em que haja a maximização da riqueza dos acionistas.

Myers (1984) propõe um modelo de estrutura baseado no custo de oportunidade entre ônus e bônus do endividamento – este é conhecido como teoria *Trade-Off*. De acordo com o autor, mantendo-se constantes os investimentos e ativos da empresa, o limite para usufruto do capital de terceiros acontece quando os custos da dívida são inferiores aos benefícios gerados por esta.

Outra teoria importante dentro do escopo de estrutura de capital é a *Pecking Order Theory*, proposta por Myers e Majluf (1984), por meio da qual se estabelece uma hierarquia na decisão de *funding* das empresas. Esse conceito considera que a fonte de recurso mais barata são os lucros gerados internamente, passando pelo financiamento com terceiros que geram custos fixos ao longo da duração dessas dívidas e, por último, a emissão de novas ações.

Nesse sentido, Stewart III (1999) dispõe cinco formas em que um nível ótimo de endividamento pode gerar valor para uma empresa: benefícios fiscais, obrigação de pagar o serviço e amortização da dívida, concentração de propriedade da empresa na mão de gestores e empregados, organização e estímulo à venda de negócios pouco rentáveis, além de uma forma, ainda que psicológica, que traz a necessidade de antecipação de mudanças pela necessidade de honrar a dívida.

Autores como Jensen (1986) e Stulz (1990), entre outros, também defendem o uso de endividamento para influenciar o fluxo de caixa livre, controlando investimentos pouco rentáveis, apesar da existência de um outro lado da moeda, na medida em que se

pode inibir investimentos rentáveis. Ainda, Baker e Wurgler (2002) argumentam sobre o melhor momento para a escolha da fonte de financiamento a partir de outras variáveis que podem diminuir seus respectivos custos.

Ainda, outras teorias fornecem mais elementos para avaliação da estrutura de capital de empresas e seus determinantes, tais como a Teoria da Agência, proposta por Jensen e Meckling (1976), que dispõe sobre os relacionamentos entre os agentes e o principal dentro de um cenário de execuções de diretrizes, tarefas e administração. O custo de agência pressuposto pelos autores relaciona-se com o fato de que cada um dos indivíduos possui preferências distintas, e por isso nem sempre as ações dos agentes irão ao encontro dos interesses do principal. Tal fenômeno pode interferir na estrutura de capital considerando, por exemplo, as escolhas de maximização de lucro (interesse dos acionistas) ante benefícios remuneratórios fixos aos diretores da companhia.



2.2 Variáveis Determinantes da Estrutura de Capital

A teoria *Pecking Order* – como Nakamura et al. (2007) e Bastos et al. (2009) ressaltam, em linha com o texto original de Myers e Majluf (1984) – propõe a existência de uma hierarquia de recursos para aplicação em uma empresa, na qual a primeira fonte são os lucros gerados internamente. Partindo deste ponto, a primeira relação lógica que se estabelece é a de que empresas que geram mais lucros tendem a ser menos endividadas. Estudos como o de Silva et al. (2019), Bernardo et al. (2018) e Correa et al. (2013) também encontraram como resultados a relação de lucro e endividamento que a teoria sustenta.

Para *Trade-Off Theory*, introduzida por Myers (1984), estabelece-se que a volatilidade nos resultados de determinada empresa traz uma probabilidade de insolvência; dessa forma, são inversamente proporcionais o risco e o endividamento, dado que este seria incapaz de cumprir com os compromissos assumidos em razão das dívidas. Além disso, os credores imporiam cada vez mais custos para a tomada de financiamentos, fazendo com que uma empresa com maior risco estivesse menos exposta a endividamento.

Correa, Basso e Nakamura (2013), olhando para a mesma teoria, encontraram alguns indícios contrários no tocante à relação de pagamento de impostos, sendo que esta pressupõe uma relação positiva entre pagamento de impostos e o nível de endividamento, uma vez as ponderações sobre bônus e ônus do custo da dívida e o benefício fiscal gerado pela possibilidade de dedução na base fiscal dos tributos sobre a renda. Anteriormente, Pohlmann e Ludícibus (2010) também trouxeram um resultado positivo com relação ao pagamento de impostos e endividamento.

Segundo Rajan e Zingales (1995), o tamanho de uma empresa pode expressar um baixo risco de falência – expondo a teoria dos custos de falência – que pressupõe que empresas grandes têm mais fontes de receitas e diversificação do que empresas pequenas, e são menos suscetíveis a problemas financeiros. Outros autores, como Albanez, Valle e Corrar (2013) e Cordeiro Filho et al. (2018), também utilizaram essa proposição em suas pesquisas.

Estudos também relacionam a estrutura de controle nas decisões de estrutura de capital. Stulz (1988) expõe que empresas que possuem maior probabilidade de *takeover* provavelmente apresentam

um maior nível de endividamento, dado o nível de assimetria informacional que existe. Procianny e Kraemer (2001) verificaram que não há diferença significativa do ponto de vista estatístico entre controle acionário pulverizado e não pulverizado na composição da estrutura de capital.

Por fim, outro tema que é recorrentemente tratado nos estudos de determinantes de estrutura de capital é o crescimento da receita. Essas pesquisas anteriores trazem visões em linha da perspectiva de *trade-off*, que aborda a relação negativa entre o aumento de receita e o endividamento. Textos como de Bastos et al. (2009) e Silva et al. (2019) também se desenvolvem sob a mesma ótica e chegam aos resultados em questão, propondo, então, que empresas com maiores oportunidades de crescimento buscam evitar um nível de endividamento elevado que pode ocasionar tensões financeiras futuras.

2.3 Instituições de Pagamento no Brasil

Desde o lançamento do Diners Club, em 1950, considerado o primeiro instrumento de pagamento moderno, o mundo observou a popularização das transações eletrônicas para pagamento, frente ao uso do dinheiro ou cheque nas principais economias do mundo (SILVEIRA, 2017).

Considerando uma transação para aquisição de um bem ou serviço, a ser paga com cartão, seja este de débito ou crédito, existem empresas que habilitam estabelecimentos comerciais e de serviços ao recebimento destes pagamentos, ou seja, atuam na captura, no processamento e na liquidação de operações, sendo estas as que compõem a indústria de meios de pagamento e são conhecidas como credenciadoras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil a exercerem as atividades citadas, nos termos da Lei n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013 (BRASIL, 2013).



“As informações secundárias foram obtidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) apresentadas pelas companhias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como, na sua ausência, em demonstrações financeiras e notas explicativas divulgadas pelas empresas.”

No Brasil, o segmento de instituições de pagamento é “conhecidamente concentrado e tem relações verticais intrincadas” e, nesse sentido, uma série de intervenções vêm sendo tomadas para tornar esse setor mais competitivo e justo (PEREZ & BRUSCHI, 2018). Dentre essas iniciativas, destaca-se a quebra da exclusividade entre bandeiras e adquirentes feita em 2010, que concentrava todo mercado de aceitação de instrumentos de pagamento em duas empresas: Redecard (atualmente Rede) e VisaNet Brasil (hoje, Cielo).

A evolução das normas e regulações do segmento, muito bem pontuada pelo estudo de Perez e Bruschi (2018), permitiu que outras empresas adentrassem ao setor de meios de pagamento, inclusive as *fintechs*, o que possibilitou a oferta de soluções eficientes de serviços a públicos anteriormente não atendidos neste sentido (SOUZA, 2018).

Leong e Sung (2018) conceituam *fintechs* (contração de *finance* + *technology*) como empresas focadas em serviços de tecnologia financeira, que combinam de maneira multidisciplinar as finanças, a gestão tecnológica e a gestão da inovação. Os autores asseveram que as *fintechs* es-

tão atualmente em uma fase posterior à chamada “internet das coisas”, caracterizada pelas tecnologias de dados (*data technologies*), de modo que o crescimento do setor no mundo está, nos dias atuais, intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento de tecnologias facilitadoras.

2.4 Bancos Múltiplos no Brasil

De acordo com a Resolução Bacen n.º 2.099, de 17 de agosto de 1994 (BACEN, 1994), os bancos múltiplos são instituições financeiras que realizam atividades em mais de um tipo de carteira – no mínimo, a carteira comercial ou a de investimento (ou a de desenvolvimento no caso de bancos públicos). Também há a possibilidade de que a empresa atue adicionalmente em crédito imobiliário, crédito, financiamento e investimento, bem como em arrendamento mercantil.

A atuação tradicional dos bancos comerciais diz respeito à atividade de intermediação financeira realizada diretamente com os agentes superavitários e deficitários da economia, que se dá, de um lado, pela captação de recursos à vista e a prazo dos depositantes ou poupadores, e de outro,

pela aplicação desses recursos em empréstimos ou financiamentos concedidos aos seus tomadores, com a assunção do risco de inadimplência vinculada a esses últimos (OLIVEIRA; PACHECO, 2017).

Nos bancos de investimento, a atuação na atividade de intermediação financeira é concentrada em operações de maior prazo, como o financiamento de capital fixo e de giro, repasses de linhas de crédito fornecidas ou subsidiadas pelo Estado e outros. A diferença em relação aos bancos comerciais diz respeito às operações especiais, remuneradas mediante comissões pagas por determinados serviços prestados, como a administração de fundos de investimento ou a distribuição, intermediação e colocação de títulos e valores mobiliários (NIYAMA; GOMES, 2012).

Os Acordos de Basileia I, II e III estabeleceram, em nível internacional, instrumentos de regulação de natureza prudencial, materializados em determinadas exigências de adequações patrimoniais, estabelecidas com a finalidade de conferir ao sistema bancário a capacidade de absorver choques decorrentes de *stress* financeiro e/ou econômico (BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION, 2011; PINTO, 2015).

Dentre as adequações patrimoniais exigidas pelas regras internacionais, o requerimento de capital conhecido como capital principal do índice de Basileia, ou simplesmente índice de Basileia, tornou-se a mais importante referência regulatória internacional, calculada pela divisão entre o capital mínimo requerido e os ativos ponderados pelo risco (PINTO, 2015 e GARCIA, 2018). Quanto maior o índice de Basileia, maior é a possibilidade de alavancagem marginal do banco; dessa forma, é esperada uma relação negativa entre esse índice e o endividamento.

Em bancos de grande porte, o risco sistêmico tende a ser tão elevado que esses são considerados “muito grandes para quebrar” (*too big to fail*). Tal premissa gera a percepção de que, se houver uma quebra de um banco de grande porte, é certo que o governo irá socorrer no sentido de restabelecer a liquidez, o que pode gerar risco moral que deve ser controlado pela autoridade reguladora do sistema financeiro (PINTO, 2015; GODOI, 2018).

Em 23 de março de 2020, em razão do avanço da pandemia da Covid-19, o Banco Central do Brasil (Bacen) reduziu a alíquota do empréstimo compulsório de 25% para 17%, bem como incrementou os empréstimos de liquidez lastreados em debêntures e autorizou as captações garantidas pelo fundo garantidor de créditos (FGC) previstas da Resolução Bacen n.º 4.785 de 2020 (BACEN, 2020). É esperado que tais medidas possam ter influenciado o valor dos ativos investidos pelos bancos múltiplos. Outro efeito esperado relacionado à pandemia da Covid-19 é o aumento dos saldos de perdas prováveis (*impairment*) deduzidos dos ativos financeiros em 2020, chamados na regulação do Bacen de provisão para débitos de liquidação duvidosa (PDL D).

3. Metodologia

Quanto ao objetivo, a investigação é descritiva, fundamentada na técnica documental de levantamento de dados, que, por intermédio da aplicação de método de natureza quantitativa, analisou as alterações ocorridas no endividamento dos bancos múltiplos privados listados na B3 e das instituições de pagamento, em função dos possíveis impactos da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. As informações secundárias foram obtidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) apresentadas pelas companhias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como, na sua ausência, em demonstrações financeiras e notas explicativas divulgadas pelas empresas. Foi utilizada estatística descritiva e inferencial não paramétrica. A pesquisa quantitativa é um meio utilizado para testar teorias objetivas, mediante o exame da relação existente entre variáveis (CRESWELL, 2014).

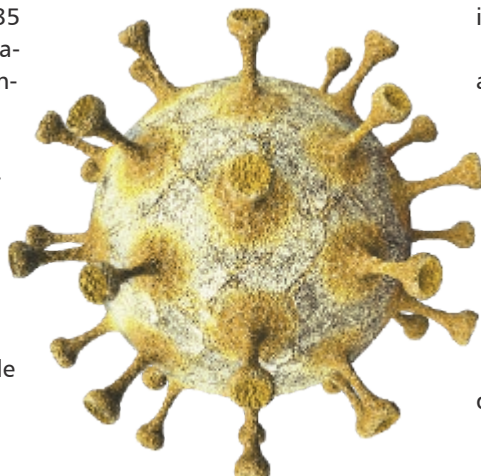
Foram incluídas na população de pesquisa companhias de dois setores econômicos: o setor bancário e as instituições de pagamento. No setor bancário, foram selecionados todos os bancos múltiplos, de capital ou controle privado, listados no pregão da Bolsa, Brasil, Balcão (B3) até dezembro de 2020 (B3, 2021). Quanto às instituições de pagamento, foram analisadas todas as em-

presas registradas no Banco Central do Brasil (Bacen), constantes no cadastro daquela autarquia em dezembro de 2020 (BACEN, 2021), que tenham apresentado DFP à CVM ou divulgado demonstrações financeiras desde o ano de 2017.

A justificativa para a escolha dos dois setores para fins da análise dos possíveis impactos da pandemia da Covid-19 se relaciona com o contraponto entre as maiores instituições privadas autorizadas a realizar todas as operações financeiras fiscalizadas pelo Bacen, sendo um setor tradicional da economia e com elevada concentração de mercado, dedicado à atividade de intermediação financeira, caracterizada pela alta alavancagem (NIYAMA; GOMES, 2021; OLIVEIRA; PACHECO, 2017) e um setor inovador, composto basicamente por empresas focadas em tecnologia na prestação de serviços financeiros – inclusive *fintechs* – que têm experimentado altos índices de crescimento nos últimos anos (LEONG; SUNG, 2018).

Para Pinto (2015), a crescente conglomeração das atividades de bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras de valores mobiliários e companhias de seguros, entre outras de natureza semelhante, que pode ser observada nos bancos múltiplos privados atuantes no País, sobretudo no caso dos de maior porte, potencializa a propagação do risco sistêmico para outras atividades não relacionadas à intermediação financeira.

Seguindo os critérios de seleção acima indicados, foram selecionados 11 (onze) bancos múltiplos, de capital ou controle privado, listados na B3 e 12 (doze) instituições de pagamento cadastradas no Bacen. Devido ao fato de que a quantidade de empresas analisadas por setor é inferior a 30 unidades, não foi possível pressupor a distribuição normal das variáveis dependentes e/ou independentes.



“O teste de Wilcoxon é utilizado para dados emparelhados de um mesmo indivíduo e, portanto, originados de amostras relacionadas, em que se realiza a análise de duas medidas: antes e depois. É mais interessante que o teste dos Sinais.”

Destarte, foram utilizados testes não paramétricos para as análises estatísticas inferenciais (MARTINS; DOMINGUES, 2017; FÁVERO; BELFIORE, 2017). Foram utilizados os testes não paramétricos de Wilcoxon, de Spearman e da Mediana.

O teste de Wilcoxon é utilizado para dados emparelhados de um mesmo indivíduo e, portanto, originados de amostras relacionadas, em que se realiza a análise de duas medidas: antes e depois. É mais interessante que o teste dos Sinais, posto que leva em consideração a magnitude da diferença verificada em cada par (MARTINS; DOMINGUES, 2017). É uma alternativa ao teste t quando a amostra não for aderente à distribuição normal (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

O teste de Spearman dimensiona a significância estatística da correlação entre duas variáveis ordinais quando o número de observações é maior que 10 elementos, mensurada pelo coeficiente por postos de Spearman (MARTINS; DOMINGUES, 2017). O coeficiente por postos de Spearman é uma medida da associação entre duas variáveis qualitativas ordinais (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Já o teste da Mediana mensura a probabilidade de dois grupos independentes, de tamanhos

Quadro 1 – Variáveis Dependentes e Fórmulas	
Variável Dependente	Fórmula
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\text{saldo do passivo circulante no encerramento do ano}}{\text{saldo do patrimônio líquido no encerramento do ano}}$
Endividamento Geral (EG)	$EG = \frac{\text{saldo do passivo no encerramento do ano}}{\text{saldo do patrimônio líquido no encerramento do ano}}$
Endividamento de Longo Prazo (ELP)	$ELP = \frac{\text{saldo do passivo não circulante no encerramento do ano}}{\text{saldo do patrimônio líquido no encerramento do ano}}$

Fonte: elaborado pelos autores, 2021

iguais ou não, provenham de populações com a mesma mediana (MARTINS; DOMINGUES, 2017). Este último teste foi utilizado para as variáveis categóricas do tipo *dummy*.

A seguir, o Quadro 1 mostra as variáveis dependentes, e suas respectivas formas, consideradas no presente estudo: “Endividamento de Curto Prazo”, “Endividamento Geral” e “Endividamento de Longo Prazo”.

As variáveis independentes consideradas nos testes não paramétricos foram, a saber: “Índice de Basileia” (bancos múltiplos); “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)”; ETR (*Effective Tax Rate*); ROE (*Return on Equity*); “Crescimento do Resultado de Intermediação” (bancos múltiplos); “Risco (Desvio Padrão do ROE)”; “Receita de Intermediação / Receita Operacional” (instituições de pagamento);



“Crescimento da Receita Operacional” (instituições de pagamento); “Capital Aberto ou Fechado – Dummy” (instituições de pagamento); “Emissor de Instrumentos Pós-Pagos – Dummy” (instituições de pagamento) e “Credenciador – Dummy” (instituições de pagamento). O Quadro 2 descreve as variáveis independentes, seus métodos de obtenção ou fórmulas, bem como o sinal esperado na correlação com as variáveis dependentes, de acordo com o explicitado no referencial teórico:

4. Resultados

Com relação às variáveis dependentes e independentes examinadas nos 11 bancos múltiplos privados analisados, as medianas verificadas em 2019 e 2020, bem como a significância estatística (*p-value*) obtida no teste de Wilcoxon, estão apresentadas na Tabela 1.

Nos 11 bancos múltiplos privados analisados, observou-se que apenas duas variáveis apresentaram alterações estatisticamente significativas entre os anos de 2019 e 2020, ao nível de significância de 0,05: o endividamento geral (*p-value* 0,004) e o tamanho medido pelo ativo total consolidado (*p-value* 0,003).

Quanto ao endividamento geral, foi observado aumento em 10 dos 11 bancos múltiplos privados analisados, na comparação entre os índices de 31/12/2019 e 31/12/2020.

Ademais, verificou-se que os 11 bancos múltiplos privados analisados apresentaram aumento nos ativos totais consolidados, na comparação de 31/12/2019 com 31/12/2020, passando de 4,076 trilhões em dezembro/2019 para 4,974 trilhões em dezembro/2020, em valores totais divulgados pelas companhias, o que representou um aumento médio de 22,04% (mediana 23,31%).

Quadro 2 – Variáveis Independentes, Métodos de Obtenção / Fórmulas e Sinal Esperado			
Variável Independente	Método de Obtenção / Fórmula	Sinal Esperado	Referencial
Índice de Basileia	Percentual do índice de basileia – capital principal – divulgado pelos bancos múltiplos nas notas explicativas das demonstrações financeiras dos anos de 2019 e 2020	-	Mendes e Oliveira (2016) e Silva et al (2019)
Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)	Logaritmo natural ou neperiano do ativo total consolidado divulgado nas demonstrações financeiras de 2019 e 2020	+	Rajan e Zingales (1995), Albanez, Valle e Corrar (2013) e Cordeiro Filho et al. (2018)
ETR (Effective Tax Rate)	ETR = $\frac{\text{Provisões Corrente e Diferida para os Tributos} * (-1)}{\text{Lucro Antes dos Tributos (IRPJ e CSLL)}}$ Obs: caso o ETR tenha resultado negativo, o valor considerado é igual a zero.	+	Pohlmann e Iudicibus (2010) e Correa, Basso e Nakamura (2013)
ROE (Return on Equity)	ROE = $\frac{\text{Lucro Antes dos Tributos (IRPJ e CSLL)}}{\text{Saldo final do Patrimônio Líquido}}$	-	Silva et al. (2019), Bernardo et al. (2018) e Correa et al. (2013)
Crescimento do Resultado de Intermediação (CRI) (Bancos Múltiplos)	CRI = $\frac{\text{Resultado Bruto na Intermediação no ano X} - 1}{\text{Resultado Bruto na Intermediação no ano X} - 1}$	-	Bastos et al (2009) e Silva et al (2019)
Risco (Desvio Padrão do ROE)	Desvio padrão do ROE apurado nos três últimos exercícios, incluído o exercício corrente	+	Myers (1984) e Bastos et al (2009)
Receitas de Intermediação / Receitas Operacionais (RI / RO) (Instituições de pagamento)	RI / RO = $\frac{\text{Resultado Bruto na Intermediação Financeira}}{\text{Receitas Operacionais}}$ Obs: nas receitas operacionais está incluído o resultado bruto na intermediação financeira	+	A ser explorado na presente pesquisa
Capital Aberto ou Fechado – Dummy (Instituições de pagamento)	0 – Capital Aberto 1 – Capital Fechado	-	Stulz (1988) e Procianny e Kraemer (2001)
Emissor de Instrumento Pós-Pago – Dummy (Instituições de pagamento)	0 – Sim 1 – Não	?	A ser explorado na presente pesquisa
Credenciador – Dummy (Instituições de pagamento)	0 – Sim 1 – Não	?	A ser explorado na presente pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Tabela 1 – Bancos Múltiplos Privados – Medianas em 2019 e 2020 e Teste de Wilcoxon (p-value)			
Variáveis Dependentes e Independentes	Medianas		Teste de Wilcoxon p-value
	2019	2020	
Endividamento de Curto Prazo	55,0%	56,1%	0,286*
Endividamento Geral	87,9%	89,5%	0,004*
Endividamento de Longo Prazo	30,4%	32,1%	0,657*
Índice de Basileia	16,50%	16,60%	0,328*
Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)	17,48	17,48	0,003*
ETR (Effective Tax Rate)	0,0%	0,0%	0,310*
ROE (Return on Equity)	10,8%	6,9%	0,286*
Crescimento do Resultado com Intermediação	11,9%	0,3%	0,230*
Risco (Desvio Padrão do ROE)	5,2%	8,2%	0,772*

*Nível de significância de 0,05.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Uma possível explicação para as alterações estatisticamente significativas observadas no endividamento geral e nos ativos totais consolidados dos 12 bancos múltiplos privados é a diminuição da alíquota do empréstimo compulsório, de 25% para 17%, determinada pelo Bacen em 23 de março de 2020, bem como o incremento dos empréstimos de liquidez lastreados em debêntures e da autorização para as captações garantidas pelo fundo garantidor de créditos (FGC), previstas na Resolução Bacen n.º 4.785 de 2020 (BACEN, 2020).

No que se refere às variáveis dependentes e independentes examinadas nas 12 instituições de pagamento analisadas, as medianas verificadas em 2019 e 2020, bem como a significância estatística (*p-value*) obtida no teste de Wilcoxon, estão apresentadas na Tabela 2.

Nas 12 instituições de pagamento analisadas, o teste de Wilcoxon não demonstrou a ocorrência de alteração estatisticamente significativa no “Endividamento de Curto Prazo”, “Endividamento Geral” e “Endividamento de Longo Prazo” (variáveis dependentes) na comparação entre os índices relativos a 31/12/2019 e 31/12/2020, ao nível de significância de 0,05.

Porém, o teste de Wilcoxon inferiu variações estatisticamente significativas em três variáveis independentes, na comparação entre as informações financeiras de 31/12/2019 e 31/12/2020, ao nível de significância de 0,05, a saber: a “Receita de Intermediação / Receita Operacional” (*p-value* igual a 0,015), o “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural – *p-value* igual a 0,005)” e o “Crescimento do Resultado Operacional (*p-value* igual a 0,002)”.

Quanto à variável independente “Receita de Intermediação / Receita Operacional”, é importante asseverar que as receitas de inter-

Tabela 2 – Instituições de Pagamento – Medianas em 2019 e 2020 e Teste de Wilcoxon (*p-value*)

Variáveis Dependentes e Independentes	Medianas		Teste de Wilcoxon <i>p-value</i>
	2019	2020	
Endividamento de Curto Prazo	86,5%	82,3%	0,695*
Endividamento Geral	90,6%	91,1%	0,530*
Endividamento de Longo Prazo	2,0%	1,9%	0,722*
Receita de Intermediação / Receita Operacional	6,2%	2,8%	0,015*
Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)	16,16	16,47	0,005*
ETR (Effective Tax Rate)	14,2%	11,2%	0,674*
ROE (Return on Equity)	21,1%	11,6%	0,117*
Crescimento do Resultado Operacional	7,9%	1,4%	0,002*
Risco (Desvio Padrão do ROE)	33,2%	21,3%	0,117*

*Nível de significância de 0,05.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Tabela 3 – Bancos Múltiplos – Teste de Spearman – Coeficientes e Significâncias Estatísticas

Variáveis Independentes / Variáveis Dependentes x Ano	Endividamento de Curto Prazo				Endividamento Geral			
	2019		2020		2019		2020	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
Índice de Basileia	-0,127	0,709*	0,027	0,937*	-0,555	0,077*	-0,682	0,021*
Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)	0,645	0,032*	0,636	0,035*	0,400	0,223*	0,273	0,417*
ETR (Effective Tax Rate)	0,190	0,577*	-0,317	0,342*	-0,063	0,854*	-0,431	0,185*
ROE (Return on Equity)	0,391	0,235*	-0,127	0,709*	-0,009	0,979*	-0,375	0,259*
Crescimento do Resultado com Intermediação	-	1,000*	-0,445	0,170*	-0,491	0,125*	0,300	0,370*
Risco (Desvio Padrão do ROE)	-0,364	0,272*	0,127	0,709*	-0,500	0,117*	0,027	0,937*

*Nível de significância de 0,05.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

mediação financeira sofreram redução em 8 das 12 instituições de pagamento, na comparação do índice nos anos de 2019 e 2020. Em valores agregados, houve uma redução das receitas de intermediação de R\$ 2,819 bilhões no ano de 2019 para R\$ 2,614 bilhões em 2020, o que representa -7,27% em média (mediana -18,23%). No mesmo período as demais receitas operacionais auferidas pelas 12 instituições de pagamento examinadas neste estudo aumentaram de R\$ 28,69 bilhões para R\$ 30,34 bilhões, constituindo um acréscimo de 5,75% em média (mediana 5,57%).

Em relação à variável independente “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)”, é de se ressaltar que os ativos totais consolidados cresceram em 11 das 12 instituições de pagamento. Em

montantes agregados, os valores passaram de R\$ 266,65 bilhões em 2019 para R\$ 319,08 bilhões em 2020, o que representou um aumento de 19,66% em média (mediana 29,13%).

No que concerne à variável independente “Crescimento da Receita Operacional”, verificou-se um decréscimo dos percentuais em todas as 12 instituições de pagamento analisadas. Constatou-se, portanto, a mediana 7,9% no período 2019/2018 e uma queda acentuada no período 2019/2020, em que a mediana decresceu para 1,4%, conforme demonstrado na Tabela 2.

A Tabela 3 apresenta os coeficientes e as significâncias estatísticas (*p-values*) referentes ao teste de Spearman aplicado aos 11 bancos múltiplos privados examinados nesta pesquisa.

Ao proceder ao teste de Spearman, verificou-se que a variável dependente “Endividamento de Curto Prazo” apresentou correlação positiva e estatisticamente significativa ao nível de 0,05, com o “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)” nos anos de 2019 e 2020, de modo que, quanto maior foi o ativo consolidado dos bancos múltiplos, maiores foram os seus endividamentos de curto prazo. Observa-se que a referida associação entre as variáveis dependente e independente praticamente não se alterou na comparação entre os anos de 2019 e 2020, nem nos coeficientes (0,645 em 2019 e 0,636 em 2020), nem nas significâncias estatísticas (0,032 em 2019 e 0,035 em 2020).

Essa correlação entre o “Endividamento de Curto Prazo” e o “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)” nos anos de 2019 e 2020 corrobora a teoria dos custos de falência de Rajan e Zingales (1995), que está em linha com a premissa *too big to fail* associada à atividade regulatória dos sistemas financeiros (PINTO, 2015; GODOI, 2018).

Quanto à variável dependente “Endividamento Geral” dos 11 bancos múltiplos privados analisados, a única variável independente testada que apresentou correlação estatisticamente significativa foi o “Índice de Basileia” no ano de 2020, com coeficiente negativo de -0,682 e significância estatística (*p-value*) 0,021. Merece atenção o resultado do ano de 2019 para a referida variável independente, o qual ficou próximo ao nível de significância pretendido, com coeficiente -0,555 e significância estatística (*p-value*) 0,077.

Esse aumento na correlação negativa entre o “Endividamento Geral” e o “Índice de Basileia” sugere que as medidas do Bacen anunciadas em 23 de março de 2020, tomadas no sentido de elevar a liqui-

Tabela 4 – Instituições de Pagamento – Teste de Spearman – Coeficientes e Significâncias Estatísticas

Variáveis Independentes / Dependentes x Ano	Endividamento de Curto Prazo				Endividamento Geral			
	2019		2020		2019		2020	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
Receita de Intermediação / Receita Operacional	0,585	0,046*	0,204	0,524*	0,427	0,156*	0,120	0,711*
Tamanho – Ativo Total Consolidado (Log. Natural)	0,098	0,762*	0,056	0,863*	-0,105	0,746*	0,070	0,829*
ETR (Effective Tax Rate)	-0,573	0,051*	-0,392	0,208*	-0,666	0,018*	-0,464	0,129*
ROE (Return on Equity)	-0,147	0,649*	-0,028	0,931*	-0,084	0,795*	0,112	0,729*
Crescimento do Resultado Operacional	0,427	0,167*	0,594	0,042*	0,601	0,039*	0,524	0,080*
Risco (Desvio Padrão do ROE)	0,573	0,051*	0,713	0,009*	0,615	0,033*	0,692	0,013*
Capital Aberto ou Fechado	0,307	0,331*	0,461	0,132*	0,461	0,132*	0,410	0,186*
Emissor de Instrumento Pós-Pago	0,338	0,283*	0,241	0,450*	–	1,000*	0,241	0,450*
Credenciador	-0,048	0,882*	0,048	0,882*	0,193	0,548*	0,048	0,882*

*Nível de significância de 0,05.

Fonte: preparado pelos autores, 2021.

dez do sistema financeiro, surtiram o efeito desejado de não aumentar o risco sistêmico durante a crise da Covid-19. Conforme indicam os resultados da Tabela 3 (mediana e teste de Wilcoxon), o aumento estatisticamente significativo do endividamento geral dos bancos múltiplos em 2020 não foi acompanhado por uma alteração estatisticamente significativa dos índices de Basileia. Tal resultado pode ter sido influenciado também pelo provável aumento, ao menos proporcional, dos saldos das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em função de uma maior incerteza quanto aos recebimentos dos tomadores de recursos em 2020, que têm o efeito de reduzir os ativos financeiros ponderados pelo risco.

No caso dos 11 bancos múltiplos privados, nenhuma variável independente testada apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável dependente “Endividamento de Longo Prazo” nos anos de 2019 e 2020.

Por seu turno, a Tabela 4 traz os coeficientes de correlação e as significâncias estatísticas (*p-values*) concernentes ao teste de Spearman aplicado às 12 instituições de pagamento examinadas nesta pesquisa.

Com relação às 12 instituições de pagamento no ano de 2019, a variável dependente “Endividamento de Curto Prazo” apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável “Receita de Intermediação / Receita Operacional”, resultando no coeficiente 0,585 e *p-value* 0,046. É importante mencionar ainda que, no ano de 2019, as variáveis “ETR” e “Risco” apresentaram coeficientes iguais a -0,573 e 0,573, respectivamente, ambos com *p-value* 0,051.

Já no ano de 2020, a aplicação do teste de Spearman às 12 instituições de pagamento ora analisadas revelou que a variável dependente “Endividamento de Curto Prazo” apresentou correlação estatisticamente significativa em relação às variáveis “Risco”, com coeficien-

“O resultado conjunto dos testes de Wilcoxon e de Spearman indicou que as medidas tomadas pelo Bacen para elevar a liquidez do sistema financeiro nacional em março de 2020 surtiram os efeitos desejados.”

te 0,713 e *p-value* 0,009, e “Crescimento da Receita Operacional”, com coeficiente 0,594 e *p-value* 0,042.

No que concerne à variável dependente “Endividamento Geral” no ano de 2019, as variáveis independentes “ETR”, “Risco” e “Crescimento da Receita Operacional” apresentaram correlação estatisticamente significativa, com coeficientes -0,666, 0,615 e 0,601, e *p-values* 0,018, 0,033 e 0,039, respectivamente. No ano de 2020, apenas a variável independente “Risco” manteve a correlação estatisticamente significativa com o “Endividamento Geral”, com coeficiente 0,692 e *p-value* 0,013.

5. Considerações Finais

No que tange aos bancos múltiplos privados, os resultados da pesquisa quantitativa sugerem que a teoria dos custos de falência, conforme descrevem Rajan e Zingales (1995), é a que melhor explica a estrutura de capital de curto prazo das empresas do setor, uma vez que o “Endividamento de Curto Prazo” e o “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)” nos anos de 2019 e 2020 apresentaram correlação estatisticamente significativa, ao nível de significância de 0,05, de acordo com

os achados de Silva et al. (2019), o que confirma a premissa *too big to fail* vinculada à atividade regulatória dos sistemas financeiros (PINTO, 2015; GODOI, 2018), sendo compatível com o grande porte das empresas incluídas na população de pesquisa.

O resultado conjunto dos testes de Wilcoxon e de Spearman indicou que as medidas tomadas pelo Bacen para elevar a liquidez do sistema financeiro nacional em março de 2020 surtiram os efeitos desejados: aumento dos saldos dos ativos totais consolidados dos bancos múltiplos sem ocasionar uma variação estatisticamente significativa nos índices de Basileia, de modo a controlar o risco sistêmico de contágio durante a crise da Covid-19.

No tocante às instituições de pagamento, o teste de Wilcoxon não apresentou alteração nos endividamentos de curto prazo, geral ou de longo prazo (variáveis dependentes). Ao comparar esse resultado com o dos bancos múltiplos privados, é possível vinculá-lo a uma menor regulação dessas empresas por parte do Bacen. A redução verificada nas receitas de intermediação financeira entre 2019 e 2020 denota a assunção de menores riscos por parte das instituições de pagamento no ano em que a pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil.

Todavia, nas instituições de pagamento, foram constatadas alterações estatisticamente significativas em duas variáveis independentes de 2019 para 2020, ao nível de significância de 0,05: “Tamanho – Ativo Total Consolidado (Logaritmo Natural)”, que apresentou aumento em 2020; e “Crescimento das Receitas Operacionais”, que registrou redução em 2020. Isso significa que as instituições de pagamento analisadas, que vinham experimentando elevadas taxas de crescimento nas receitas operacionais em anos anteriores, com mediana 7,9% em 2019, apresentou mediana 1,4% em 2020. Por outro lado, o aumento no tamanho dos ativos consolidados é explicado pela apuração de lucro contábil consolidado em 8 das 12 instituições de pagamento.

No que se refere ao teste de Spearman, a correlação negativa entre os endividamentos (de curto prazo e geral) relativamente à tributação efetiva do lucro, medida pela *Effective Tax Rate* (ETR) e observada nos anos de 2019 e 2020, bem como a perda de significância estatística ao nível de 0,05 no ano de 2020 indicam a não aplicação da teoria *Trade-Off*, em sentido contrário ao verificado por Pohlmann e Ludícibus (2010).

Por outro lado, o aumento da correlação positiva verificado entre os endividamentos (de curto prazo e geral) relativamente à variável “Risco” entre 2019 e 2020, sem perda de significância estatística ao nível de 0,05, corrobora a teoria *Pecking Order* por dois motivos: 1) nas empresas com maior variabilidade de resultado, a diferença entre o custo do capital próprio e de terceiros tende a ser maior; e 2) em tempos de crise, espera-se a obtenção de capital de terceiros a um maior custo (maiores *spreads*), sobretudo no caso das empresas de maior risco, medido pelo *Return On Equity* (ROE). Tal resultado alinha-se aos achados de Nakamura et al. (2007), Bastos et al (2009), Correa et al. (2013), Bernardo et al. (2018) e Silva et al. (2019).

As conclusões deste estudo se limitam às populações de pesquisa ora examinadas, não cabendo qualquer generalização com relação às demais empresas dos respectivos setores econômicos. Além disso, é de

se salientar que não foi examinada a correlação entre os endividamentos (de curto prazo, geral ou de longo prazo) e outras *proxys* já analisadas na literatura de estrutura de capital, a exemplo das variáveis ROA (*Return On Assets*), tangibilidade, nível de governança corporativa, carteira preponderante (bancos), etc.

Sugerem-se futuras pesquisas que venham a abordar a questão das instituições de pagamento, na condição de um setor econômico em franca evolução e crescimento, impulsionado pela constante inovação em soluções tecnológicas aplicadas a finanças. Além disso, os impactos da pandemia da Covid-19 devem ser analisados também com relação ao ano de 2021, em que foi iniciado o processo de retomada das economias, sobretudo guindadas pelo avanço da vacinação.



Referências

AHMADIMOUSABAD, A., BAJURI, N., JAHANZEB, A., KARAMI, M., & REHMAN, S. (2013). *Trade-Off Theory, Pecking Order Theory and Market Timing Theory: a comprehensive review of capital structure theories*. International Journal of Management and Commerce Innovations, 1(1), 11-18. Disponível em: <<http://EconPapers.repec.org/RePEc:ebl:ecbull:eb-13-00118>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ALBANEZ, T., VALLE, M. R.; E CORRAR, L. J. *Fatores Institucionais e Assimetria Informacional: influência na estrutura de capital de empresas brasileiras*. Revista Administração Mackenzie, São Paulo, 13(2), 76-105. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S1678-69712012000200004>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. *Companhias listadas*. São Paulo, SP: B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão. (2021). Disponível em: <<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BAKER, M., & WURGLER, J. (2002). Market Timing and Capital Structure. *The Journal of Finance*, 57(1), 1-32. Disponível em: <<http://doi.org/10.1111/1540-6261.00414>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular Bacen n.º 1.273, de 29 de dezembro de 1987. Institui o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_O.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução Bacen n.º 2.099, de 17 de agosto de 1994. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v1_O.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução Bacen n.º 4.785, de 23 de março de 2020. Altera a Resolução n.º 4.222, de 23 de maio de 2013, para autorizar a captação de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) sem cessão fiduciária em favor do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e para ajustar a contribuição adicional das instituições associadas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50948/Res_4785_v1_O.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (2011). *Basel III: a global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*. Basel: BCBS. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf>>

BASTOS, D. D., NAKAMURA, W. T., & BASSO, L. F. C. (2009). Determinantes da estrutura de capital das companhias abertas na América Latina: um estudo empírico considerando fatores macroeconômicos e institucionais. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(6), 47-77. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S1678-69712009000600005>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BERGER, A. N.; BOUWMAN C. H. S. (2013). How does capital affect bank during financial crisis? *Journal of Financial Economics*. 109. 146-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2013.02.008>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BELÉM, V. C., & GARTNER, I. R. (2016). Análise Empírica dos Buffers de Capital dos

Bancos Brasileiros no Período de 2001 a 2011. *Revista de Contabilidade e Finanças*

USP. São Paulo, (27)70, 113-124. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-057x201612300>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013. (...) dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) (...). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12865.htm>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CORDEIRO Filho, M. PAMPLONA, J. B., LUCAS, E. C., KAWAI, R.M. (2018). Determinantes da Estrutura de Capital no Brasil: Evidências Empíricas a partir de Dados em Painel no período entre 2010 e 2016. *Revista de Administração Sociedade e Inovação*, Volta Redonda, 4(2), 183-203. Disponível em: <<http://doi.org/10.20401/rasi.4.2.211>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CORREA, C. A.; BASSO, L. F. C.; NAKAMURA, W. T. (2013). A estrutura de capital das maiores empresas brasileiras: análise empírica das teorias de pecking order e trade-off, usando panel data. *Revista Administração Mackenzie*, São Paulo, 14(4), 103-133. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S1678-69712013000400005>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CRESWELL, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed). Porto Alegre: Artmed.

DURAND, D. (1952). Costs of debt and equity funds for business: trends and problems of measurement. *Paper presented at the Conference on research in business finance*. Cambridge, NBER, 215-262. 1952. Disponível em: <<http://www.nber.org/system/files/chapters/c4790/c4790.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DURAND, D. (1959). The cost of capital, corporate finance and the theory of investment: comment. *American Economic Review*, 49(4), 639-655. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1812918>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P. (2017). *Manual de análise de dados estatística e modelagem multivariada com excel, spss e stata* (1a ed). Rio de Janeiro: LTC.

GARCIA, P.O. *Value Relevance do Índice de Basileia: o impacto da regulação bancária no mercado de capitais* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18062018-163803/en.php>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GODOI, A.F. (2018). Uma contribuição à análise da estrutura de capital para a rentabilidade dos maiores bancos brasileiros com papéis negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://sapientia.pucsp.br/handle/handle/21393>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GODOI, A.F.; SANTOS, J.O.; SANTOS, F. A.; MARION, J.C. (2020). Estrutura de capital dos bancos: discussões teóricas acerca de sua relevância na maximização do valor. *Revista Administração em Diálogo*, 22(3), 73-94. Disponível em: <<http://doi.org/10.23925/2178-0080.2020v22i3.45245>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

JENSEN, M.C. (1986). Agency Costs of Free Cash Flow, Corporate Finance, and Takeovers. *The American Economic Review*, 76(2), 323-329. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1818789>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

KAYO, E.K. (2002). *A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas* (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.12.2002.tde-05032003-194338. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05032003-194338/en.php>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

LEONG, K., & SUNG, A. (2018). FinTech (Financial Technology): What is It and How to Use Technologies to Create Business Value in FinTech Way? *International Journal of Innovation, Management and Technology*, 9, 74-78. Disponível em: <<http://www.ijimt.org/index.php?m=content&c=index&a=show&catid=93&id=1138>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. (2017). *Estatística geral e aplicada* (6a ed). São Paulo: Atlas.

MENDES, P. C. M.; OLIVEIRA, E. B. Relação entre Endividamento Geral, Tributação e o Índice de Basileia nas Maiores Instituições Financeiras do Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, 19(1), 64-82. Disponível em: <<http://revistacgg.org/contabil/article/view/901>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MENDONÇA, F. F. P.; MARTIN, H. C.; TERRA, P. R. S. (2019). Estrutura de Capital e Mecanismos de Governança Externos à Firma: uma análise multipaís. *Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, 23(6), 765-785. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190109>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. (1958). The costs of capital, corporation finance and the theory of investment. *American Economic Review*, 48, 197-261. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1809766>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MYERS, S. (1984). The capital structure puzzle. *The Journal of Finance*, 39(3), p. 575-592. MYERS, S.; MAJLUF, N.S. (1984). Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. *Journal of Financial Economics*, Amsterdam, 13(2), 187-221. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0304-405X\(84\)90023-0](https://doi.org/10.1016/0304-405X(84)90023-0)>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NAKAMURA, W. T. et al. (2007). Determinantes de estrutura de capital no mercado brasileiro – Análise de regressão com painel de dados no período 1999-2003. *Revista de Contabilidade e Finanças da USP*, São Paulo, 44, 72-85. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S1519-70772007000200007>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NIYAMA, J. K.; GOMES, Amaro L.O. (2012). *Contabilidade de instituições financeiras* (4a ed). São Paulo-SP: Atlas.

OLIVEIRA, G.; PACHECO, M. (2017). *Mercado Financeiro Objetivo e Profissional* (3a ed). Curitiba-PR: Fundamento Educacional.

PEREZ A. H.; BRUSCHI C. A. (2018). *Indústria de Meios de Pagamento no Brasil: movimentos recentes*. Insper, 2018.

PINTO, G. M. A. (2015). *Regulação sistêmica no setor bancário brasileiro*. São Paulo: Almedina.

POHLMANN, M. C.; IUDÍCIBUS, S. (2010). Relação entre Tributação do Lucro e a Estrutura de Capital das Grandes Empresas no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, 21(53), 1-25. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-70772010000200002>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PROCIANOY, J. L. & SNIDER, H. K. (1995). Tax changes and dividend payouts: Is shareholders wealth maximized in Brazil? *Working paper*, New York University.

RAJAN, R.; ZINGALES, L. (1995). What do we know about capital structure? Some evidence from international data, *Journal of Finance*, 50, 1.421-1.460. Disponível em: <<http://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1995.tb05184.x>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SILVA, A; SANTOS, J.F.; RAMOS, R.S.; FREITAS, M.S.L. (2019). Determinantes da Estrutura de Capital dos Bancos Brasileiros. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(2), 59-76. doi: 10.18028/rgfc.v9i2.7152. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/7152>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

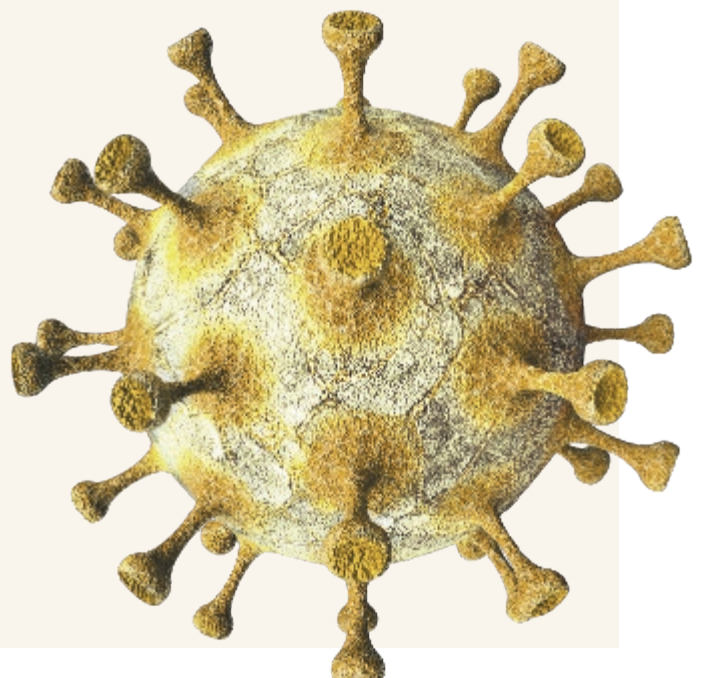
SILVEIRA, L. (2017). *O marco regulatório e a concentração do mercado de credenciamento para aceitação de cartões de crédito no Brasil no período de 2010 a 2016*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/172477>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SOUZA, V. O. (2018). *Meios de pagamento no Brasil: uma análise dos movimentos recentes na indústria de adquirentes*. Insuper, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11224/1903>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

STEWART III, G. (1999). *The quest for value*. USA: HarperCollins.

STULZ, R. M. (1988). Managerial control of voting rights. *Journal of Financial Economics*, (20), 25–54. Disponível em: <[http://doi.org/10.1016/0304-405X\(88\)90039-6](http://doi.org/10.1016/0304-405X(88)90039-6)>. Acesso em: 29 ago. 2022.

STULZ, R. (1990). Managerial discretion and optimal financing policies. *Journal of Financial Economics*, 26, 3-27. [http://doi.org/10.1016/0304-405X\(90\)90011-N](http://doi.org/10.1016/0304-405X(90)90011-N)>. Acesso em: 29 ago. 2022.





Artigo Convidado

Influência da Educação Financeira no Planejamento da Aposentadoria

Aspectos relacionados à educação financeira e ao efeito desta sobre a vida das pessoas alcançaram uma maior visibilidade no ambiente brasileiro nos últimos anos. Dentro da perspectiva de entender esses efeitos gerados pela educação financeira, este estudo tem por objetivo verificar a influência do tema no planejamento da aposentadoria de cidadãos que residem no Estado da Paraíba. Para isso, foram aplicados questionários, por meio eletrônico (Google Docs) e em locais públicos, como *shoppings* e praças nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, sendo obtidas 901 respostas. Os resultados mostram que há relação positiva entre a educação financeira e a intenção de planejamento de aposentadoria, em que a relação é maior na faixa de idade mediana (de 36 a 50 anos). Todavia, para os que têm mais de 50 anos, os resultados não demonstraram significância estatística para a relação. Ainda assim, esse grupo de indivíduos se autoavaliaram como os de excelente educação financeira, demonstrando um excesso de confiança por parte destes que pode infringir o oferecimento de empréstimos e financiamentos poucos atraentes para aposentados e pensionistas. Posto isso, a pesquisa contribui para evidenciar a educação financeira como um fator relevante na tomada de decisões financeiras pessoais.

Thamirys de Sousa Correia

Doutoranda em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFPB, é mestra em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFPB (2018). Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2016). Atualmente é bolsista de Doutorado do CNPq.

E-mail: thamirys_correia@hotmail.com

Ingrid Laís de Sena Costa

Doutoranda em Ciências Contábeis no PPGCC/UFPB, é mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFPB (2017). É bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (2015) e professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui experiência na área contábil, atuando com temas relacionados a evidenciação contábil, desempenho econômico-financeiro e Finanças Comportamentais.

E-mail: ilsenna2.0@gmail.com

Wenner Glaucio Lopes Lucena

Doutor e Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional UnB/UFPB/UFRN (2011) e (2004), é especialista em Controladoria pela Universidade Federal da Paraíba (2001). Graduado em Engenharia de Minas pela Universidade Federal da Paraíba (2001), atual UFCG, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba, em 1998. Professor Associado I da Universidade Federal da Paraíba, tem experiência na área de Administração com ênfase em Ciências Contábeis. As principais áreas de interesse são: Contabilidade Aplicada aos Usuários da Informação, Educação Financeira e Finanças Comportamentais.

E-mail: wdlucena@yahoo.com.br

1. Introdução

Temas voltados à educação financeira, nos últimos anos, começaram a galgar um maior espaço no cenário brasileiro. A preocupação por parte do Governo, de empresas privadas (principalmente instituições financeiras) e de associações comunitárias com o nível de conhecimento financeiro das pessoas vem crescendo (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012). Nesse sentido, muitas instituições educacionais passaram a incorporar a educação financeira ao ensino básico, desenvolvendo conceitos relacionados às finanças pessoais (BRUHN; IBARRA; MCKENZIE, 2014; AMBUEHL; BERNHEIM; LUSARDI, 2014; FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014).

Essa preocupação é reflexo de uma nova situação econômica apresentada no Brasil, desde a implantação do Plano Real, com a estabilização da economia e da inflação. A redução dos juros possibilitou o aumento do crédito disponível por meio das políticas de incentivo ao consumo. Isso, porém, trouxe algumas consequências, como o aumento do endividamento familiar e da inadimplência dos cidadãos e das organizações (FERNANDES; CANDIDO, 2014).

Outra situação que fornece base para a preocupação da sociedade com a educação financeira é a aposentadoria. Todavia, é imprescindível verificar se os indivíduos possuem conhecimento financeiro adequado e se estão informados sobre os componentes mais importantes dos planos de poupança, e também verificar se há planejamento para aposentadoria (LUSARDI; MITCHELL, 2011; BROWN, 2016).

Mesmo sabendo que o efeito da educação financeira na poupança para a aposentadoria é de importância óbvia, essa economia,

por vezes, pode não ser colocada em prática no início da vida adulta. Por exemplo, em 94% dos componentes das famílias pesquisadas pela *Survey of Consumer Finances*, os menores de trinta e cinco anos, no relatório de 2010, detêm ativos financeiros (cujo valor médio dos ativos é de US \$ 5.500); há evidências de que a dívida desses ativos é a principal preocupação financeira (BROWN et al., 2016).

Lusardi e Mitchell (2011) evidenciam que o analfabetismo financeiro é generalizado na população dos Estados Unidos, principalmente em grupos demográficos específicos, como os de baixa escolaridade. Dessa maneira, cerca da metade dos trabalhadores mais velhos não sabem quais os tipos de planos de aposentadoria estão disponíveis.

Não obstante, a educação financeira visa subsidiar os consumidores a adquirirem os conhecimentos básicos e as habilidades de que precisam, sendo que a educação financeira desempenha um papel relevante no comportamento financeiro das pessoas. Com isso, os programas de educação financeira podem ajudar a melhorar a poupança e a tomada de decisões financeiras (LUSARDI; MITCHELL, 2011; AMBUEHL; BERNHEIM; LUSARDI, 2014).

Um programa de treinamento em educação financeira de larga escala é "O Programa de Avaliação" de uma importante instituição financeira na Cidade do México. O curso é desenvolvido por especialistas bancários e por professores de uma organização dedicada a promover a educação financeira. Consiste em módulos de cartões de crédito, poupança e aposentadoria. Esse curso recebeu dois prêmios de uma importante instituição de desenvolvimento internacional para inovação (BRUHN; IBARRA; MCKENZIE, 2014).



No Brasil, Birochi e Pozzebon (2016) afirmam que instituir programas de educação financeira pode aumentar a inclusão financeira e a transformação social por meio da integração de princípios orientadores, refletida pela quase total ausência de iniciativas voltadas para microempreendedores de baixa renda no Estado do Amazonas, tendo em vista que a falta de tais projetos promove aumento do endividamento resultante do uso inadequado de recursos, e agrava ou perpetua a exclusão social.

Diante disso, destaca-se a implementação do Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com intuito de promover a Educação Financeira e Previdenciária, para uma tomada de decisão consciente dos consumidores. O artigo 2º do decreto evidencia que a ENEF deve observar algumas diretrizes, tais como: (I) atuação permanente e em âmbito nacional; (II) gratuidade das ações de educação financeira; (III) prevalência do interesse público; (IV) atuação por meio de informação, formação e orientação; (V) centralização da gestão e descentralização da execução das atividades; (VI) formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e (VII) avaliação e revisão periódicas e permanentes.

“Sendo assim, os resultados do estudo contribuem para a literatura ao evidenciar a relação positiva que o conhecimento financeiro dos indivíduos tem sobre as suas decisões financeiras, e, de forma mais específica, sobre aspectos relacionados à aposentadoria.”



Tomando como base a pesquisa desenvolvida por Lusardi e Mitchell (2011), o presente estudo possui o seguinte problema de pesquisa: qual a influência da educação financeira no planejamento da aposentadoria de cidadãos que residem no Estado da Paraíba? Para, com isso, verificar quais os indícios referentes as intenções de economia para aposentadoria e a educação financeira referente à amostra selecionada para estudo.

Sendo assim, os resultados do estudo contribuem para a literatura ao evidenciar a relação positiva que o conhecimento financeiro dos indivíduos tem sobre as suas decisões financeiras, e, de forma mais específica, sobre aspectos relacionados à aposentadoria.

2. Revisão de Literatura

2.1 Educação Financeira

Há certas características que a promoção da educação financeira deve obter para o aprimoramento da tomada de decisões financeiras dos indivíduos; dessa maneira, Birochi e Pozzebon (2016) destacam três aspectos:

- A educação financeira deve incentivar e promover o pensamento crítico, permitindo que

as pessoas identifiquem interesses prevaletentes por meio da análise de estruturas e sistemas sociais e econômicos; com isso, um dos principais objetivos é a capacitação dos indivíduos;

- A educação financeira deve relacionar-se com a alfabetização, incluindo atividades focadas no modo de vida das pessoas (suas características, necessidades, particularidades de suas vidas e subsistência); assim, o conhecimento deve ser significativo e aplicado ao contexto local;
- A educação financeira deve incluir diálogo/debate como uma prática educacional, com intuito de ter uma comunidade participativa, por meio de abordagens baseadas em cooperativas e práticas de ensino, em detrimento a interesses individuais.

Mesmo com os esforços para aumentar a educação financeira, muitos ainda continuam fazendo escolhas econômicas impulsivas, que, em última instância, causam danos à sua futura estabilidade financeira. Em outras palavras, as pessoas frequentemente tomam decisões financeiras a curto prazo, que proporcionam benefícios mais imediatos, em vez de tomarem decisões que sejam consistentes com seus objetivos fi-

nanceiros de longo prazo (LUSARDI; MITCHELL, 2011; AMBUEHL; BERNHEIM; LUSARDI, 2014; DEHART et al., 2016). As pessoas que relatam níveis baixos de conhecimento financeiro em pesquisas são menos propensas a terem suas economias organizadas, por não quitarem suas contas no tempo certo, ou até mesmo não manterem um orçamento eficiente (COLLINS, 2012).

Nesse contexto, Trombetta (2016) investigou o nível de educação financeira de empresários na Espanha, para isso aplicou questionários relacionados ao financiamento e ao relatório financeiro de uma determinada empresa. Dessa forma, seus resultados mostram que o nível de alfabetização financeira básica é bastante baixo, não encontrando diferenças significativas entre empresários e não empresários. Mas os empreendedores de sucesso entendem melhor a diversificação e o potencial perigo de crescimento descontrolado, o que mostra a contribuição do conhecimento sobre educação financeira.

Behrman et al. (2010) afirmam que a alfabetização financeira e o nível de escolaridade são vinculados ao acúmulo de riqueza das famílias. No entanto, para os autores, descobertas anteriores podem ser tendenciosas, devido a fatores não observados. Por isso, foram utilizados um novo conjunto de dados de agregados familiares e uma abordagem de variáveis instrumentais para isolar os efeitos causais da educação financeira e escolaridade na acumulação de riqueza. Os resultados indicaram que há efeitos positivos significativos entre alfabetização financeira e escolaridade; os impactos estimados são suficientes para sugerir que os investimentos em educação financeira podem ter grandes retornos positivos.

No Brasil, Kühl, Valer e Gusmão (2016), ao avaliar a percepção dos colaboradores em uma Cooperativa de Crédito quanto à importância da alfabetização financeira dos seus cooperados, com levantamento de dados por meio de questionário estruturado e com análise de dados com a utilização de métodos quantitativos, identificaram que o conhecimento financeiro é uma questão relevante no âmbito da instituição a

partir da percepção dos colaboradores, seguido da visibilidade externa.

Todavia, mesmo que os programas de educação financeira estimulem o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades financeiras dos indivíduos, ainda há um contexto de “assimetria informacional”, devido aos diferentes contextos culturais. Essa situação atua como um forte delimitador do cenário de analfabetismo funcional no que se refere às decisões financeiras. Pode-se afirmar que a educação financeira vai além de conhecimento matemático ou de finanças: também incorpora aspectos sociais, de compreensão de consumo responsável, e de combate à vulnerabilidade destes consumidores (CAMARGO; FONTOLAN JR; STREHLAU, 2020).

2.2 Planejamento da Aposentadoria

Em se tratando da educação financeira, percebe-se que indivíduos com um maior nível de conhecimento e planejamento financeiro podem obter uma maior qualidade de vida, considerando que estes serão mais propícios a adquirir imóveis, financiar o ensino superior, empreender ou ainda garantir uma aposentadoria mais tranquila (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012). No que se refere ao planejamento da aposentadoria, cada vez mais esta se caracteriza como uma preocupação mais presente na vida das pessoas.

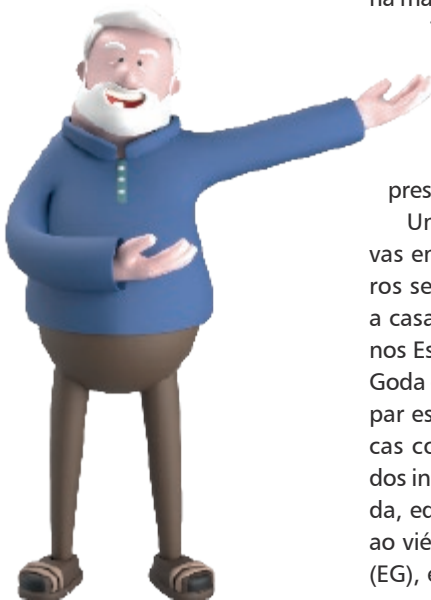
Uma prova disso é que as reservas em poupanças atingem números sem precedentes, já abrangem a casa dos mais de US\$ 25 trilhões nos Estados Unidos. De acordo com Goda et al. (2015), a decisão de poupar está relacionada às características comportamentais e cognitivas dos indivíduos, tais como idade, renda, educação e outras relacionadas ao viés do crescimento exponencial (EG), e à tendência de subestimar o

crescimento do valor de um ativo ao longo do tempo, devido ao abandono dos juros compostos.

O planejamento da aposentadoria pode ser uma maneira de interagir e buscar uma maior segurança para manter a qualidade de vida nessa fase da vida. Tal planejamento se refere, na maioria das vezes, a uma taxa de poupança realizada ao longo da vida (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012; COSTA; MIRANDA, 2013). É comum também que pessoas com renda mais alta e um maior nível educacional tendam a ter uma taxa de poupança mais elevada, evidenciando uma relação positiva entre renda, educação e aposentadoria (COSTA; MIRANDA, 2013).

Considerando que a fase da aposentadoria é a mais crítica da vida financeira das pessoas, pois os níveis de renda declinam significativamente, alguns estudos têm surgido no sentido de verificar como a população está conscientizada em relação a se planejar financeiramente para aposentadoria. Lusardi e Mitchell (2005, 2011) verificam tanto os motivos pelos quais os americanos não poupam ou não se planejam para a aposentadoria, como a relação que os conhecimentos sobre educação financeira pode ter com as decisões de planejamento para a aposentadoria (AGARWALLA et al., 2012; POTRICH et al., 2014).

Assim, a educação financeira pode exercer um papel importante nessa conscientização a respeito do planejamento e da poupança para aposentadoria. Na Nova Zelândia, por exemplo, são desenvolvidos alguns programas de educação financeira que buscam incentivar planos de aposentadoria e também trabalhar na educação dos jovens (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011; AMBUEHL; BERNHEIM; LUSARDI, 2014; DEHART et al., 2016).

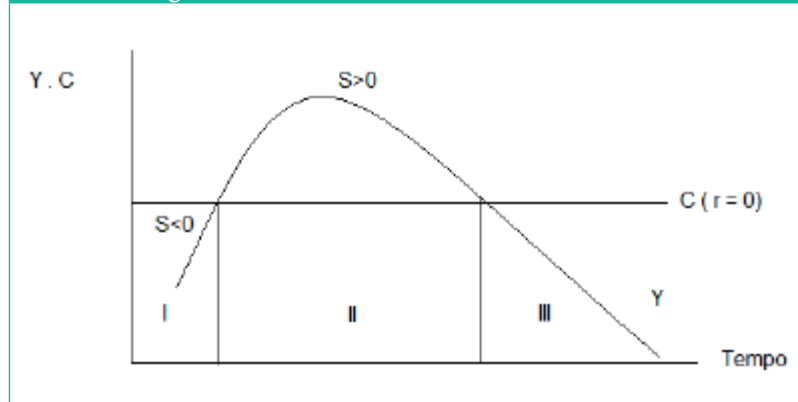


“Considerando que a fase da aposentadoria é a mais crítica da vida financeira das pessoas, pois os níveis de renda declinam significativamente, alguns estudos têm surgido no sentido de verificar como a população está conscientizada em relação a se planejar financeiramente para aposentadoria.”

Países com níveis de renda e de educação financeira mais elevados tendem a ter maiores taxas de poupança entre a população. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 94% da população que possui maiores rendimentos possui conta bancária e, mesmo entre os com menor renda, essa porcentagem é de 91% (TROMBETTA, 2016). Essas características demonstram o quanto as pessoas estão susceptíveis às decisões financeiras e a importância de ter o conhecimento mínimo sobre a educação financeira para ter uma aposentadoria mais tranquila.

Rafalski e Andrade (2016) afirmam que a temática referente ao planejamento da aposentadoria tem crescido em relevância, com o aumento da expectativa de vida e a previsão de déficit previdenciário no Brasil. Dessa forma, evidenciaram uma Escala de Processo de Planejamento da Aposentadoria (EPPIA), constatando que o estilo de tomada de decisão no âmbito do planejamento da aposentadoria auxilia as finanças dos indivíduos. Além disso, amplia a aptidão em economizar, gerenciar o tempo e desenvolver expectativas para o futuro com intuito de obter uma saúde financeira (WANG; SHULTZ, 2010; ADAMS; RAU, 2011).

Figura 1 – Teoria do modelo de Ciclo de Vida



Fonte: Oreiro (2003).

2.3 Teoria do Modelo de Ciclo de Vida

O Modelo do Ciclo de Vida evidencia que a poupança e o consumo não estão sujeitos apenas à renda corrente, mas a uma expectativa de vida para o futuro. Dessa forma, a teoria considera que os indivíduos tomam decisões verificando a opção de consumir no presente ou poupar para o futuro (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954; COSTA; MIRANDA, 2013).

Nessa perspectiva, Oreiro (2003), tomando como base Modigliani e Brumberg (1954), aborda o Modelo do Ciclo de Vida de um indivíduo, que, por sua vez, é evidenciado em três estágios. São

eles: o Estágio I, em que os jovens tendem a poupar menos, na expectativa de obter uma renda mais vantajosa no futuro; o Estágio II, durante a meia-idade, no qual as pessoas passam a pagar a dívida e poupar para a aposentadoria; e o Estágio III, na aposentadoria, em que, mesmo que a renda tenda a zero, os indivíduos satisfazem suas necessidades de consumo e pouparam menos (OREIRO, 2003; MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954; AGARWAL et al., 2009). A Figura 1 diz respeito à representação gráfica do Modelo do Ciclo de Vida abordado na pesquisa de Oreiro (2003), tomando como base Modigliani e Brumberg (1954).

Na evidência empírica, Agarwal et al. (2009) afirmam que muitos consumidores fazem escolhas financeiras ruins, e particularmente os idosos são vulneráveis a tais erros. Com isso, os autores estudaram padrões de ciclo de vida em erros financeiros, usando um banco de dados que mede dez tipos diferentes de comportamento de crédito. Os erros financeiros incluem o uso inadequado de cartão de crédito e o pagamento de taxas e juros em excesso. Como resultado, os adultos de meia-idade cometem menos erros financeiros do que os jovens e os adultos mais velhos, confirmando a teoria.

No Brasil, Costa e Miranda (2013), ao investigarem se a educação financeira influencia a taxa de poupança escolhida pelos indivíduos, constaram que, para os respondentes do estudo, a propensão a poupar aumenta com o crescimento da renda, assim como a poupança cai com a redução da renda. O ápice da renda fica próximo aos 50 anos de idade; posteriormente a essa faixa etária, há uma redução na poupança, o que condiz com a Teoria do Modelo de Ciclo de Vida.

2.4 Hipótese de Pesquisa

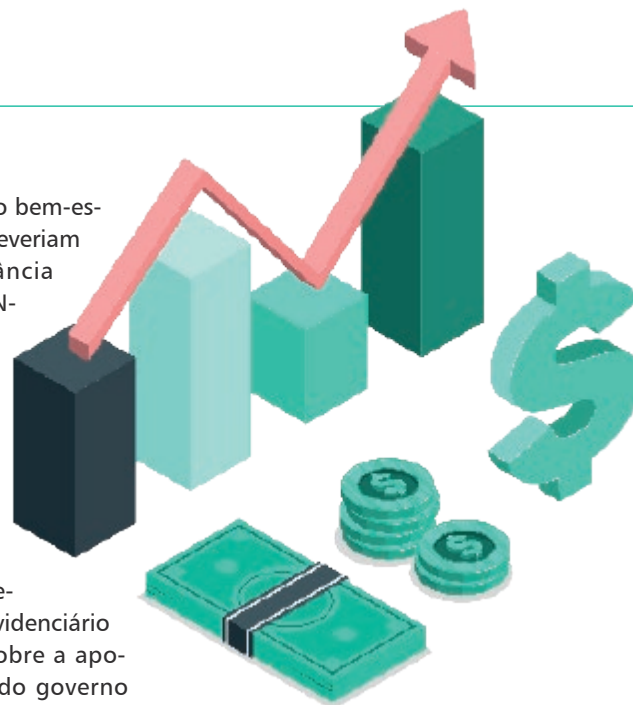
Duas explicações sobre o porquê de os consumidores terem problemas com as decisões financeiras estão ganhando força. Uma delas é que as pessoas são mal-educadas financeiramente, uma vez que não compreendem conceitos econômicos simples e não podem realizar cálculos, como juros compostos, o que poderia levá-las a tomar decisões financeiras abaixo do ideal. A segunda é o viés pela preferência em tomar decisões de curto prazo. Ou seja, algumas pessoas escolhem a gratificação imediata, em vez de aproveitar os benefícios de longo prazo (VAN ROOIJ; LUSARDI; ALESSIE, 2011; HASTINGS; MITCHELL, 2011). Com isso, os formuladores

de políticas voltadas ao bem-estar da aposentadoria deveriam considerar a importância desses fatores (HASTINGS; MITCHELL, 2011).

Diante disso, de acordo com Lusardi e Mitchell (2011), o cidadão comum precisa ter a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar financeiro, ou seja, as reformas no sistema previdenciário levaram as decisões sobre a aposentadoria das mãos do governo e das organizações para as mãos dos indivíduos (VAN ROOIJ; LUSARDI; ALESSIE, 2011; LUSARDI; MITCHELL, 2011). Para isso, a educação financeira é imprescindível, por proporcionar conhecimentos com os quais as pessoas possam gerenciar seu patrimônio, com escolhas certas sobre consumo, poupança e investimentos (DONADIO et al., 2016).

Como exemplo, o panorama da aposentadoria nos Estados Unidos tem mudado drasticamente. Economizar por meio de um planejamento da aposentadoria tornou-se a principal forma de poupança para a aposentadoria. Poterba, Venti e Wise (2007) destacam os benefícios dos sistemas de previdência privada e mostram seu efeito sobre a riqueza na aposentadoria, ao projetar o crescimento dos ativos de participantes da pesquisa em três décadas. As projeções sugerem que o advento da economia pessoal e da educação financeira aumentará a riqueza na aposentadoria para futuros aposentados.

Nesse aspecto, o estudo foi estruturado por meio de uma hipótese de pesquisa, pela qual a constatação foi possível, a partir das análises estatísticas dos dados, bem como tomando como base Lusardi e Mitchell (2011), Collins (2012), Ambuehl, Bernheim e Lusardi (2014), Bruhn, Ibarra e McKenzie



(2014), Birochi e Pozzebon (2016) e Dehart et al. (2016), que evidenciam a contribuição da educação financeira para que os indivíduos possam ter uma maior conscientização quanto à realização de economias para aposentadoria. Assim, a hipótese de pesquisa é a seguinte:

H1: Há influência positiva da educação financeira em relação à intenção de planejamento da aposentadoria de cidadãos que residem no Estado da Paraíba.

3. Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida no Estado da Paraíba, e teve como instrumento de coleta de dados um questionário baseado no estudo de Lusardi e Mitchell (2011), cujo objetivo foi verificar a capacidade que os americanos possuíam em realizar cálculos financeiros simples e a opção pela aposentadoria.

O questionário está subdividido em 3 categorias. A primeira fez referência ao perfil sociodemográfico dos respondentes, envolvendo questões sobre sexo, idade, formação e renda familiar. A segunda categoria, por sua vez, correspondia à educação financeira,

e era composta por questões que tinham por objetivo avaliar o conhecimento dos respondentes a respeito de questões básicas, como juros compostos, inflação e investimentos simples, além de solicitar uma avaliação própria a respeito do seu nível de educação financeira, e, por último, questionar sobre o planejamento da aposentadoria.

Os questionários foram aplicados por meio eletrônico, utilizando o formulário do Google Docs. Além disso, foram aplicados em locais públicos, como shoppings e praças, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. A escolha por esses municípios é justificada por possuírem o maior número de habitantes no Estado da Paraíba, bem como a opção dos locais de aplicação dos questionários é explicada pela busca de uma amostra mais heterogênea, tendo em vista a grande quantidade de pessoas, bem como a diversidade social. No total, foram obtidas 901 respostas.

Para o tratamento do questionário, foi realizada a análise descritiva das respostas obtidas. Em seguida, foi feita a análise econométrica, buscando identificar as possíveis relações existentes entre a educação financeira e o planejamento de aposentadoria dos paraibanos.

3.1 Variável Dependente

Para verificar inferencialmente a relação proposta, abordou-se como variável dependente do modelo o planejamento da aposentadoria, conforme apresentado no Quadro 1.

3.2 Variável Independente

Assim como Lusardi e Mitchell (2011), aplicou-se questões sobre conhecimentos financeiros como *proxies* para educação financeira. Para tanto, como definição da educação financeira, foram aplicadas três questões simples, sobre juros,

Quadro 1 – Intenção de planejamento à aposentadoria

Variável	Definição
Planejamento da aposentadoria	Variável <i>dummy</i> , na qual, caso afirmem que já tentaram descobrir o quanto precisam economizar para a aposentadoria, receberão valor 1 (um); caso contrário, receberão valor 0 (zero)

Fonte: adaptado de Lusardi e Mitchell (2011).

Quadro 2 – Questão atrelada a educação financeira da amostra

Variável	Definição
Acerto a todas as questões sobre educação financeira	Variável <i>dummy</i> , na qual, caso acerte a todas as questões sobre educação financeira, receberá valor 1 (um); caso contrário receberá valor 0 (zero)

Questões sobre Educação Financeira constantes no questionário de pesquisa

Educação Financeira:

- Suponha que você tinha R\$ 100 na poupança e a taxa de juro foi de 2% por ano. Após 5 anos, quanto você acha que teria em conta?
[] Mais de R\$ 102 [] Exatamente R\$ 102 [] Menor que R\$ 102 [] Não sei
- Imagine que a taxa de juro em sua conta poupança foi de 1% ao ano e a inflação foi de 2% ao ano. Depois de 1 ano, quanto você seria capaz de comprar com o dinheiro nesta conta?
[] Mais do que hoje [] Exatamente o mesmo [] Menos do que hoje [] Não sei
- “Comprar uma única ação da empresa normalmente fornece um retorno mais seguro do que uma ação de fundo mútuo” A afirmação é verdadeira ou falsa?
[] Verdadeira [] Falsa [] Não sei

Fonte: adaptado de Lusardi e Mitchell (2011).

Quadro 3 – Características atreladas ao perfil sociodemográfico da amostra

Variável	Definição
Sexo	Variável <i>dummy</i> , na qual respondente do sexo masculino receberá valor 1 (um), e do sexo feminino receberá valor 0 (zero)
Formação	Variável <i>dummy</i> , na qual respondente com ensino superior receberá valor 1 (um); caso contrário, receberá valor 0 (zero)
Renda Familiar	Foi subdividida em 3 variáveis <i>dummies</i> . A primeira considera renda até R\$ 1.320,00 com valor 1 (um), caso contrário, 0 (zero); a segunda, de R\$ 1320,01 até R\$ 2.640,00 com valor 1 (um), caso contrário, 0 (zero); e, na terceira, com renda acima de R\$ 2.640,00 receberá valor 1 (um), caso contrário 0 (zero).
Autoavaliação do Conhecimento sobre Educação Financeira	Foi subdividida em 3 variáveis <i>dummies</i> . A primeira considera notas de 1 a 3 com valor de 1 (um), caso contrário 0 (zero); a segunda com nota 4 com valor 1 (um), caso contrário 0 (zero); e, na terceira, notas de 5 a 7 receberão valor 1 (um), caso contrário 0 (zero).

Fonte: adaptado de Lusardi e Mitchell (2011).

poupança e fundos mútuos. Com isso, segue no Quadro 2 a variável independente selecionada.

3.3 Variáveis de Controle

As variáveis de controle são representadas pelas questões que fazem referência ao perfil sociodemográfico dos respondentes, conforme evidenciado no Quadro 3.

3.4 Modelo Econométrico

A partir da seleção das variáveis, apresenta-se abaixo, a Equação 1,

referente ao modelo econométrico, destacado em Regressão Logística Binária. É importante destacar que a escolha do modelo logístico – Logit, e não do modelo Probit, tem como justificativa o fato de que, na maioria das aplicações, os modelos são semelhantes. A principal distinção é que a distribuição logística tem caudas ligeiramente mais longas, não havendo motivos para preferir um modelo ao outro (Gujarati, 2006):

$$Aposent = \beta_0 + \beta_1 Acertos + \beta_2 Sexo + \beta_3 Formação + \beta_4 Renda + \beta_5 Avaliação + \varepsilon \quad (1)$$

Em que Aposentadoria (*Apo-sent*) representa a probabilidade de um determinado evento de interesse ocorrer, ou seja, na Regressão Logit como método de modelagem estatística, a variável dependente é dicotômica. Pela afirmação de que já tentaram descobrir o quanto precisam economizar para a aposentadoria, recebem valor 1 (um); caso contrário, valor 0 (zero). Acertos, Sexo, Formação, Renda e Avaliação são as variáveis independentes, e $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ são os parâmetros do modelo Logit, bem como é o erro aleatório.

4. Análise dos Resultados

4.1 Análise Descritiva dos Resultados

A análise descrita das respostas dos 901 entrevistados é apresentada na Tabela 1. A amostra foi organizada conforme a faixa etária dos respondentes, tomando como base a teoria do Modelo de Ciclo de Vida pelo modelo de Modigliani e Brumberg (1954). A definição das escalas das faixas etárias foi determinada de acordo com estudo de Lusardi e Mitchell (2011).

Com relação à variável de planejamento da aposentadoria, que busca verificar a intenção de poupar para a aposentadoria, percebeu-se que ela segue a sequência do Modelo de Ciclo de Vida apresentado por Modigliani e Brumberg (1954) e Agarwal, Driscoll, Gabaix e Laibson (2009). Cerca de 23% dos

mais jovens apresentam a preocupação de se planejarem e poupar para a aposentadoria e, na faixa de idades mediana, essa preocupação aumenta para 29% da amostra enquadrada nessa faixa etária. Por fim, para os que

Tabela 1 – Estatística descritiva para questões sobre educação financeira, planejamento da aposentadoria e fatores demográficos (%)

Variáveis Média	Até 35 anos		De 36 a 50 anos		Maiores que 50 anos		Geral	
	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	
Planejamento da aposentadoria	0,23	0,42	0,29	0,45	0,16	0,37	0,25	
Acerto a todas as questões	0,37	0,48	0,38	0,48	0,25	0,43	0,37	
Sexo	0,46	0,49	0,50	0,50	0,50	0,50	0,48	
Formação	0,73	0,44	0,64	0,47	0,55	0,50	0,71	
Renda Familiar	Até R\$ 1.320,00	0,23	0,42	0,20	0,40	0,17	0,38	0,23
	R\$1320,01 até R\$ 2.640,00	0,26	0,44	0,22	0,41	0,22	0,41	0,26
	Acima de R\$ 2.640,01	0,49	0,50	0,57	0,49	0,59	0,49	0,52
AutoAvaliação	De 1 a 3	0,31	0,46	0,28	0,45	0,25	0,43	0,31
	Resposta 4	0,33	0,47	0,33	0,47	0,29	0,46	0,33
	De 5 a 6	0,32	0,46	0,34	0,47	0,41	0,49	0,33

Fonte: dados da pesquisa.

têm mais de 50 anos de idade, essa intenção cai ainda mais, sendo preocupação de apenas 16% dos entrevistados. Esses dados são coerentes com os posicionamentos discutidos pela literatura da teoria do Modelo de Ciclo de Vida como proposto por Modigliani e Brumberg (1954).

Esses resultados são reflexo também da renda dos indivíduos, visto que a faixa etária mediana também coincide com a fase de maior produtividade e maior remuneração dos indivíduos, o que corrobora uma maior taxa de poupança (POTERBA; VENTI; WISE, 2007; LUSARDI; MITCHELL, 2011; HASTINGS; MITCHELL, 2011; AGARWALLA et al., 2012; POTRICH et al., 2014; AMBUEHL; BERNHEIM; LUSARDI, 2014).

Com relação ao sexo dos respondentes, a amostra se apresenta bem equilibrada no geral com 48% de homens, o que é percebido também em todas as faixas etárias. Já sobre a formação dos indivíduos, analisou-se na perspectiva de quem possui ensino superior e quem não tem, assim, observou-se que, na faixa etária mais jovem, o percentual de pessoas com ensino superior é de 73%, e segue numa faixa decrescente com relação à faixa etária mediana, que possui um percentual

de 64% de respondentes com ensino superior; entre as pessoas com mais de 50 anos, cerca de 50% possuem o ensino superior. Essa é uma característica relacionada a teoria do capital humano, na qual se associa a produtividade à educação, em que esta combinação resultará numa maior remuneração para os indivíduos (LIPS, 2013).

Percebe-se que as pessoas que compõem a amostra, em sua maioria, possuem uma renda mensal superior a R\$ 2.640,00 (52%), principalmente as pessoas nas faixas etárias superiores. Isso corrobora a decisão de aposentadoria, bem como as teorias de ciclo de vida e de capital humano.

Com relação à autoavaliação feita pelos respondentes, percebeu-se um maior equilíbrio na avaliação dos indivíduos da amostra da faixa etária até 35 anos, e da faixa de 36 a 50 anos; na faixa acima de 50 anos, a maioria dos indivíduos se autoavaliaram com as notas mais altas, ou seja, eles acreditam que possuem elevado conhecimento financeiro. Esse resultado está de acordo com Lusardi e Mitchell (2011), em que a população norte-americana da faixa etária mais alta também se avaliou com uma maior educação financeira.



Esses resultados fornecem bases para acreditar que a educação financeira possui uma relação positiva ante as decisões de planejar-se financeiramente para a aposentadoria, assim, como é pressuposto pela literatura. Tais relações serão mais perceptíveis por meio da análise econométrica apresentada na próxima seção dos resultados.

4.2 Análise Econométrica

Com intuito de verificar as possíveis relações capazes de explicar a opção de se planejar financeiramente para aposentadoria dos paraibanos, foram realizados alguns tratamentos econométricos por meio da regressão Logit, conforme apresentado nas Tabelas 2 e 3.

Para analisar tais relações, foram estimados três modelos-base para as respostas. O primeiro (Modelo 1) considera apenas a variável independente, que tem o papel de mensurar o conhecimento a respeito dos conceitos básicos financeiros, cujo objetivo é representar a educação financeira e verificar o impacto que esta pode exercer na escolha de planejamento da aposentadoria dos paraibanos que responderam à pesquisa.

Os resultados evidenciaram que os acertos das questões apresentam uma relação positiva significativa com as decisões de aposentadoria, ou seja, indivíduos com uma maior educação financeira têm uma maior probabilidade de poupar para a aposentadoria. Tais resultados estão de acordo com o esperado pela literatura, visto que Lusardi e Mitchell (2011) obtiveram resultados semelhantes para o contexto norte-americano.

O segundo modelo (Modelo 2), além da variável de acertos nas questões sobre educação financeira, também considera algumas características do perfil sociodemográfico dos indivíduos, como o sexo e

Tabela 2 – Regressão Logit – Acerto a todas as questões sobre educação financeira, planejamento da aposentadoria e fatores demográficos

Variáveis		Modelo[1] Sem controles	Modelo[2] Controle por demografia ou semi controlado	Modelo[3] Controle por perfil sociodemográfico
Acerto a todas as questões		1,18*** (7,37)	1,10*** (6,78)	0,92*** (5,41)
Sexo			0,13 (0,83)	0,04 (0,29)
Formação			0,47** (2,48)	0,38* (1,91)
Renda Familiar	Até R\$ 1.320,00			-0,22 (0,99)
	R\$ 1.320,01 até R\$ 2.640,00			-0,18 (-0,90)
Autoavaliação	De 1 a 3			-1,31*** (-2,85)
	Resposta 4			-0,95** (-2,15)
	De 5 a 7			-0,55 (-1,26)
Constante		-1,63*** (-14,44)	-2,02*** (-10,47)	-0,87* (-1,89)
R ² de McFadden		0,05	0,06	0,08
LR Estat. F		55,63	62,55	80,58
Prob. F		0,00	0,00	0,00
Classificação correta		75,5%	75,4%	75,9%
Observações		901	900	897

Notas: renda acima de R\$ 2.640,01 foi omitida nos modelos devido a colinearidade exata. Estatística Z entre parênteses.
* Estatisticamente significante a 10%, ** Estatisticamente significante a 5%, *** Estatisticamente significante a 1%
Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 3 – Regressão Logit – Acerto a todas as questões sobre educação financeira, planejamento da aposentadoria e fatores demográficos por faixa etária

Variáveis	Até 35 anos		De 36 a 50 anos		Maiores que 50 anos	
	Modelo[1] Sem controles	Modelo[2] Controle por perfil sociodemográfico	Modelo[3] Sem controles	Modelo[4] Controle por perfil sociodemográfico	Modelo[5] Sem controles	Modelo[6] Controle por perfil sociodemográfico
Acerto a todas as questões	1,15*** (6,25)	0,91*** (4,73)	1,44*** (3,76)	1,26*** (2,81)	0,63 (0,90)	-0,20 (-0,18)
Sexo		-0,03 (-0,17)		0,38 (0,94)		0,50 (0,59)
Formação		0,51** (2,06)		-0,16 (-0,33)		0,67 (0,66)
Renda familiar até R\$ 1.320,00		-0,25 (-1,00)		-0,20 (-0,35)		-0,58 (-0,48)
Renda familiar R\$1320,01 até R\$ 2.640,00		-0,16 (-0,73)		-0,30 (-0,53)		-0,30 (-0,33)
Avaliação de 1 a 3		-1,32** (-2,38)		-1,80* (-1,78)		15,17*** (9,60)
Avaliação 4		-0,82 (-1,46)		-1,54 (-1,45)		13,36*** (8,10)
Avaliação de 5 a 7		-0,48 (-0,90)		-1,23 (-1,29)		15,14*** (10,58)
Constante	-1,66*** (-12,60)	-1,04* (-1,83)	-1,51*** (-5,49)	-0,02 (-0,02)	-1,81*** (-4,45)	-16,89*** (-13,92)
R ² de McFadden	0,05	0,08	0,08	0,11	0,01	0,10
LR Estat. F	40,02	62,44	14,88	20,55	0,78	6,46
Prob. F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37	0,59
Classificação correta	76%	76,5%	70,3%	74,6%	83,6%	83,6%
Observações	684	684	145	142	67	67

Notas: renda acima de R\$ 2.640,01 foi omitida nos modelos devido a colinearidade exata. Estatística Z entre parênteses.
* Estatisticamente significante a 10%, ** Estatisticamente significante a 5%, *** Estatisticamente significante a 1%
Fonte: dados da pesquisa.

a formação. Quando consideradas tais variáveis de controle, o modelo, ainda assim, evidencia uma relação positiva da educação financeira com a decisão de aposentadoria: já com relação às variáveis de controle, apenas a formação apresenta significância estatística, e também uma relação positiva, assim como esperado.

Para o terceiro modelo (Modelo 3), foram consideradas mais duas variáveis de controle: a renda familiar, que foi subdividida em três faixas, e a autoavaliação do conhecimento financeiro feita pelos respondentes, também subdividida em três categorias. Os resultados possibilitaram inferir relação positiva entre a educação financeira e o planejamento da aposentadoria. Além disso, as variáveis formação e autoavaliação (com notas de 1 a 4) apresentaram-se significativas no modelo, evidenciando relações positivas e negativas, respectivamente. Ou seja, indivíduos com maior nível educacional, consequentemente, possuem uma maior educação financeira e apresentam uma maior tendência a se planejar para a aposentadoria. Essas considerações estão de acordo com os resultados identificados por Augustinis, Costa e Barros (2012).

A partir do Modelo de Ciclo de Vida, destaca-se na Tabela 3 os resultados analisados por faixa etária. Nos respondentes com idade até 35 anos, verifica-se que há influência positiva entre a educação financeira e o planejamento da aposentadoria, descrito pelos modelos 1 e 2. Mesmo com esse resultado positivo, corrobora-se o Estágio I do modelo de Oreiro (2003),

no qual pessoas mais jovens tenderiam a serem menos preocupadas em poupar suas economias visando uma aposentadoria no futuro, quando comparado ao Estágio II. Isso porque, ao analisar os coeficientes da variável acertos a todas as questões sobre educação financeira, de todos os modelos da Tabela 3, observa-se a sequência do Modelo de Ciclo de Vida. Ou seja, os coeficientes dos modelos da faixa etária de 36 a 50 anos são maiores em relação aos que têm até 35 anos, verificando-se relações mais significativas.

Uma provável justificativa para esse resultado é o elevado índice de instrução da amostra selecionada na faixa etária de até 35 anos, o que condiz com as relações positivas entre a formação em nível superior de ensino e o planejamento da aposentadoria. Do mesmo modo, Lusardi e Mitchell (2011) identificaram influência positiva entre a formação e a educação financeira dos respondentes de sua pesquisa.

Destaca-se que, mesmo com o resultado positivo para a amostra mais jovem, apenas 37%, em média, foram capazes de responder a todas as questões corretamente. Isso corrobora Brown et al. (2016), por identificarem que os jovens americanos têm deficiências claras em matéria de alfabetização financeira, assim como Lusardi e Mitchell (2011), que, ao analisar a educação financeira por idade, constataram que os respondentes até 35 anos foram os que se apresentaram mais vulneráveis ao responder às questões de forma errada.

Nos resultados da faixa etária entre 36 e 50 anos de idade, corroborando o Modelo de Ciclo de Vida, na meia-idade, percebe-se uma maior preocupação dos indivíduos em relação ao planejamento da aposentadoria – mesmo

que, em média, apenas 29% tenham respondido já terem buscado economizar para essa finalidade – e sua relação com a educação financeira.

Para a amostra referente aos maiores que 50 anos de idade, como já era esperado, não há influência da educação financeira no planejamento da aposentadoria, pois não há significância estatística nos modelos 5 e 6. Esse resultado condiz com Modigliani e Brumberg (1954), Costa e Miranda (2013) e Agarwal et al. (2009) segundo os quais as pessoas mais idosas gastam um maior percentual da renda em artigos de seu interesse, ou seja, poupam menos. Também nessa amostra verifica-se que são os que menos responderam a todas as questões sobre educação financeira corretamente (apenas 25%, em média).

Com relação à variável de controle sobre a autoavaliação dos conhecimentos sobre educação financeira, tanto para a amostra de faixa etária até 35 anos, quanto para os que têm de 36 a 50 anos de idade, foi observado que, apesar de não haver significância estatística para as notas mais elevadas de autoavaliação (notas que variam de 5 a 7), foram verificadas relações negativas e significantes entre as notas de autoavaliação mais baixas, de 1 a 3, no que se refere ao planejamento de aposentadoria. Ou seja, os que acreditam não possuir uma boa educação financeira também são os que não possuem a intenção de economizar para a aposentadoria.

Todavia, para a faixa etária dos maiores de 50 anos, foram observadas relações positivas e significantes – desde as notas de autoavaliação mais baixas até as notas mais elevadas. O resultado dos que se autoavaliavam com excelentes conhecimentos sobre educação financeira, mesmo sendo os que menos acertaram a todas as questões, condiz com Lusardi e Mitchell (2011), havendo como ar-



“Acerca daqueles que têm mais de 50 anos de idade, não houve significância estatística, o que condiz com o Modelo do Ciclo de Vida, no qual, para as pessoas mais idosas, não há mais uma preocupação em economizar os seus recursos financeiros.”

gumento que a medida da incompatibilidade entre o real e a autoavaliação de conhecimentos pode explicar a razão pela qual muitas vezes são oferecidos financiamentos menos atraentes às pessoas mais idosas.

As variáveis sexo e renda familiar, em nenhum dos modelos, apresentaram significância estatística; dessa maneira, não houve indícios de que tais variáveis teriam influenciado o planejamento da aposentadoria. Quanto ao sexo, Lusardi e Mitchell (2011) também não identificaram significância estatística. Mas, no que diz respeito à renda familiar, os autores afirmam que isso pode impactar a busca pela educação financeira, como também a conscientização de economia para um planejamento da aposentadoria.

5 Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi verificar a influência da educação financeira no planejamento da aposentadoria de cidadãos que residem no Estado da Paraíba. Para isso, foi definida uma hipótese de pesquisa: há influência positiva da educação financeira em relação ao planejamento da aposentadoria de cidadãos que residem no Estado da Paraíba. Diante dos resultados ob-

tidos, a hipótese de pesquisa foi confirmada, pois evidenciou-se uma relação positiva e significativa entre a educação financeira (representada pelos acertos às questões sobre juros, poupança e fundos mútuos), no que se refere à intenção de economia para o planejamento de aposentadoria dos participantes da pesquisa.

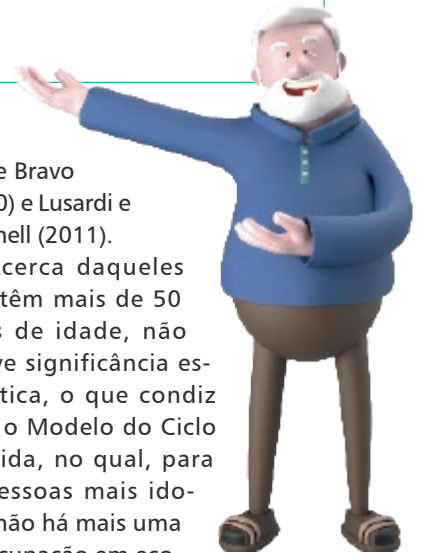
Destaca-se ainda, por meio da análise dos resultados, tanto nas análises descritivas, quanto nos testes econométricos, que estes corroboram o Modelo de Ciclo de Vida (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954; AGARWAL et al., 2009).

Para os mais jovens – que nesta pesquisa são os de faixa etária até 35 anos –, mesmo sendo verificada a relação positiva entre a educação financeira e o planejamento da aposentadoria, nos coeficientes dos modelos, os de meia-idade (de 36 a 50 anos) são os que apresentam coeficientes maiores em relação aos modelos analisados nas outras faixas etárias, conseqüentemente têm uma relação mais significativa. Vale salientar que uma provável justificativa para a relação positiva dos mais jovens é o fato de possuírem uma maior formação acadêmica, com nível superior em média de 73% dessa amostra. Isso corrobora com os resultados de Behrman, Mitchell,

Soo e Bravo (2010) e Lusardi e Mitchell (2011).

Acerca daqueles que têm mais de 50 anos de idade, não houve significância estatística, o que condiz com o Modelo do Ciclo de Vida, no qual, para as pessoas mais idosas, não há mais uma preocupação em economizar os seus recursos financeiros. Destaca-se que indivíduos nesta faixa etária foram os que mais se autoavaliaram como de “excelente educação financeira”, mesmo sendo os que menos responderam às três questões corretamente, corroborando Lusardi e Mitchell (2011), ao afirmarem que isso pode infringir o oferecimento de empréstimos e financiamentos poucos atraentes para aposentados e pensionistas.

Por fim, o tema relacionado à educação financeira é bastante amplo e rico em informações. Dessa forma, é sugerida para pesquisas futuras a investigação de outros elementos associados às escolhas financeiras, como perfil de consumo, aspectos comportamentais, contexto de vulnerabilidade financeira, entre outros.



Referências

ADAMS, G. A.; RAU, B. L. Putting off tomorrow to do what you want today: Planning for retirement. *American Psychologist*, v. 66, n. 3, p. 180-192, 2011.

AGARWAL, S., et al. The age of reason: financial decisions over the lifecycle with implications for regulation. *Brookings Papers on Economic Activity* v. 2, p. 51-117, 2009.

AGARWALLA, S. K., et al. A Survey of Financial Literacy among Students, Young Employees and the Retired in India. *Indian Institute of Management Ahmedabad - Citi Financial Literacy Symposium*, 2012.

AMBUEHL, S.; BERNHEIM, B. D.; LUSARDI, A. The Effect of Financial Education on the Quality of Decision Making. *NBER WORKING PAPER SERIES*. Working Paper No. 20618, 2014.

AUGUSTINIS, V. F.; COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F. Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital. *Revista ADM.MADE*, v. 16, n. 3, p. 79-102, 2012.

BEHRMAN, J, et al. Financial Literacy, Schooling, and Wealth Accumulation. *NBER WP* 16452, 2010.

BIROCHI R.; POZZEBON, M. Improving financial inclusion: Towards a critical financial education framework. *Revista de Administração de Empresas*, v. 56, n. 3, p. 266-287, 2016.

BRASIL, Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010: Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm> Acesso em 28 jun. 2017.

BROWN, M., et al. Financial Education and the Debt Behavior of the Young. *RFS Advance Access published February*, v. 24, p. 1-41, 2016.

BRUHN, M.; IBARRA, G. L.; MCKENZIE, D. The minimal impact of a large-scale financial education program in Mexico City. *Journal of Development Economics*, v. 108, p. 184-189, 2014.

CAMARGO, R. Z.; FONTOLAN JUNIOR, M.; STREHLAU, S. Vulnerabilidade e Educação Financeira: A Visão de Gerentes de Banco. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 10, n. 2, p. 9-105, 2020.

COLLINS, J. M. The impacts of mandatory financial education: Evidence from a randomized field study. *Journal of Economic Behavior & Organization*, p. 1-13, 2012.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.

DEHART, W. B., et al. The Effects of Financial Education on Impulsive Decision Making, *PLoS ONE*, v. 11, n. 7, 2016.

DONADIO, R., et al. Educação financeira e o investimento no mercado de ações. *XIX Semead - Seminários em Administração*. ISSN 2177-3866, 2016.

FERNANDES, A. H. S., CANDIDO, J. H. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DO ENDIVIDAMENTO: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014.

FERNANDES, D.; LYNCH JR, J.G.; NETEMEYER, R.G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014.

GODA, G. S., et al. The Role of Time Preferences and Exponential-Growth Bias in Retirement Savings. *17th Annual Joint Meeting of the Retirement Research Consortium*. Washington, 2015.

GUJARATI, D. *Econometria Básica* (4 ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HASTINGS, J.; MITCHELL, O. S. How Financial Literacy and Impatience Shape Retirement Wealth and Investment Behaviors. *NBER Working Paper* No. 16740, 2011.

LIPS, H. M. The Gender Pay Gap: Challenging the Rationalizations. Perceived Equity, Discrimination, and the Limits of Human Capital Models. *Sex Roles*, v. 68, p. 169-185, 2013.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Planning: Implications for Retirement Wellbeing. *DNB Working Paper*, v. 78, 2005.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Retirement Planning in The United States. *National Bureau of Economic Research*, Massachusetts Avenue, Cambridge, 2011.

KÜHL, M. R.; VALER, T.; GUSMÃO, I. B. Alfabetização Financeira: Evidências e Percepções em uma Cooperativa de Crédito. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 11, n. 2, 2016.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. H. Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data, In: Kenneth K. Kurihara, (ed.) *PostKeynesian Economics*, New Brunswick, NJ. Rutgers University Press, 1954.

OREIRO, F. D. R. Os microfundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente. *Revista de Economia*, p. 119-139, 2003.

POTERBA, J.; VENTI, S.; WISE, D. S. The Changing Landscape of Pensions in the United States. *NBER Working Paper* No. 13381, 2007.

POTRICH, A. C. G., et al. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 9, n. 3, p. 109-129, 2014.

RAFALSKI, J. C.; ANDRADE, AL. L. Planejamento da aposentadoria: adaptação brasileira da PRePS e influência de estilos de tomada de decisão. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 16, n. 1, p. 36-45, 2016.

TROMBETTA, M. ACCOUNTING AND FINANCE LITERACY AND SELF EMPLOYMENT: an exploratory study. *IE Business School – IE University*, p. 1-32, 2016.

VAN ROOIJ, M.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, v. 101, n. 2, p. 444-472, 2011.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. *Revista de Administração da Unimep*, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

WANG, M.; SHULTZ, K. S. Employee retirement: A review and recommendations for future investigation. *Journal of Management*, v. 36, n. 1, 172-206, 2010.

